

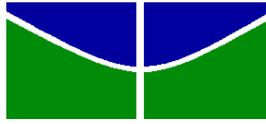


**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

A formação profissional como estratégia de enfrentamento a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do SUAS

Aline Rose Inácio Pinho

Brasília, 2024



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

A formação profissional e o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito da Assistência Social

Aline Rose Inácio Pinho

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Brasília, 2024

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
Universidade de Brasília – UnB
Presidente da Banca

Prof^a. Dra. Cláudia de Oliveira Alves
Universidade de Brasília – UnB
Membro Titular

Profa. Dra. Juliana Prates Santana
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Membro Titular

Profa. Dra. Miriam Cássia Mendonça Pondaag
Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB
Membro Titular

“O amor é o que o amor faz, e é nossa responsabilidade dar amor às crianças. Quando as amamos, reconhecemos com nossas próprias ações que elas não são propriedades, que têm direitos – os quais nós respeitamos e garantimos. Sem justiça, não pode haver amor.”

bell hooks

Agradecimentos

Nessa jornada, encontrei muitas mãos generosas que seguraram as minhas e me levaram por caminhos incríveis e diferentes. Parcerias de vida que se fortaleceram, parcerias acadêmicas que, certamente, se tornaram de vida e todas regadas a muito afeto e amor. Então, inicio essa sessão agradecendo às pessoas que fizeram desse período um processo de formação para a vida e me ajudaram a dar sentido a essa caminhada.

À minha orientadora Professora Silvia Renata Lordello pela generosa disponibilidade não só para partilhar sua valiosa experiência, mas para estar junto e fazer junto. Foi um privilégio indescritível vivenciar essa experiência com alguém tão comprometida com o que faz, com a promoção de autonomia das/dos estudantes nesse trajeto e com a construção cuidadosa de processos verdadeiramente éticos em que nos afetamos e nos engajamos. Com certeza esse processo foi muito mais leve e ganhou muito mais sentido pela bela forma com que você nos orienta. Espero de verdade que essa parceria possa encontrar outros percursos.

À Professora Liana Fortunato Costa pela generosa e acolhedora presença em todo meu processo de formação e trabalho. Por sempre estar disposta a atender um chamado para palestra, oficina, encontro e partilhar seu conhecimento.

À Professora Sheila Murta, pelas inestimáveis contribuições no processo de qualificação dessa pesquisa, que ampliou nossas perspectivas e nos permitiu reavaliar e rever rotas.

Às Professoras Cláudia Alves e Miriam Pondaag que prontamente se disponibilizaram para compor a banca examinadora desta tese, investirem seu tempo na leitura desse trabalho e partilhar conosco suas impressões e conhecimentos sobre essa pesquisa.

À Professora Juliana Santana agradeço pela disponibilidade dupla, de compor a banca de qualificação, com contribuições que nos ajudaram a dar mais consistência a esse estudo, e a

banca de defesa desta tese. Agradeço por mais uma vez poder contar com seu conhecimento e experiência.

Agradeço a paciência, o incentivo e a confiança da minha família. Coincidentemente (ou não), foi um período em que pude conhecer um pouco mais da nossa história. Refletir juntas sobre quem somos e como chegamos aqui me ajudou a enxergar para onde podemos e queremos ir. Assim, agradeço minha mãe, Maria do Socorro, por todos os dias checar como andava esse processo, o que eu estava fazendo e se estava tudo bem. Por acreditar em mim incondicionalmente, por me ensinar todos os dias sobre a vida e me amar com tanta entrega e beleza. Às minhas tias-mães, Kelly e Olívia; a minhas primas irmãs, Kenny, Letícia, Luiza, Beatriz e Heloisa; e às minhas crianças, Arthur, João e Maju, pelas risadas, pelos abraços, pela compreensão e pelo amor. Ao meu irmão, Anderson, pela parceria, amor e cuidado de sempre, pela firmeza, pelo deboche nosso de cada dia que dá leveza ao mundo. E ao meu pai, Gaspar, pelo abraço silencioso de conforto e amor. Agradeço muito às minhas avós e bisavós. O caminho que trilharam teve muitas pedras, mas também muita luz e espero fazer jus ao que construíram. E agradeço à Ana Julia que, em pouco tempo, me ensinou que o amor transborda, multiplica e é sobre estarmos juntos e fazermos juntos.

A família que se constrói na vida, formada por pessoas especiais e fundamentais nesse processo, sem as quais eu teria bem mais dificuldades para chegar. À Karen que é “um encontro de almas em situações adversas” por me acompanhar em absolutamente todos os pedacinhos desse percurso. No planejamento, na execução, nas elaborações para o que saiu diferente, na força do final para terminar, tem muito de você em mais esse processo. À Dani pelo cuidado, atenção e presença constantes com que acolheu minhas inseguranças, minhas alegrias, se empolgou comigo, passou horas intermináveis discutindo o SUAS e escutando elaborações de considerações finais e lembrando que “vai dar certo!”. Ao Lipe que é parceiro de elaboração sobre a vida e que, de vez em quando, a gente deixa transbordar no trabalho e que lá me cuidou

em diversas etapas desse percurso. Ao Fabio, companheiro de aventuras incríveis, que me acolheu nas angústias ainda antes de eu decidir se era hora desse caminho, se era o melhor jeito de percorrer esse caminho e se tinha caminho e fez dessas e de outras incertezas e conflitos, aconchego.

Recordo aqui o companheirismo das/os amigas/os que me acompanharam em discussões, nas delícias de ver as coisas acontecendo, nos desesperos de achar que não ia dar, nas risadas que deixaram esse caminho sempre mais leve. Às/Aos amigas/os de trabalho que não vou nomear, mas que se preocuparam, incentivaram, apoiaram e se disponibilizaram para ajudar a achar soluções. Uma rede de apoio que permitiu que tudo fosse incrivelmente mais tranquilo e leve. Às/Aos amigos de uma vida que continuaram ao meu lado me lembrando por que eu havia escolhido e estava trilhando esse caminho. À Aline, que mesmo de longe, do nosso jeitinho, checkou se estava tudo bem, me emprestou os ouvidos para áudios de podcast intermináveis. Ao André, por tentar cuidar da minha saúde, do meu café, do meu computador e da minha sanidade. À Leide, à Paola e à Luisa, minhas parceiras acadêmicas e companheiras de jornada. Foram muitos cafés, áudios, risadas, elaborações e discussões que transbordaram acolhimento.

E, por fim, um agradecimento muito especial às/aos colegas que atenderam ao nosso convite e se disponibilizaram a participar desta pesquisa, confiaram no processo que estávamos construindo juntas/os e compartilharam suas experiências e conhecimentos nos nossos diversos encontros.

Sumário

Lista de Tabelas e Figuras.....	10
Lista de Siglas.....	11
Resumo da Tese.....	12
Abstract	14
Apresentação.....	16
Referências.....	22
Manuscrito 1 - Atendimento à violência sexual no contexto de políticas públicas: Uma revisão integrativa	24
Resumo	24
Abstract.....	25
Método	30
Resultados e Discussão	33
Atendimento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Características Relevantes	35
Atenção a Situações de Violência Sexual: Atuação em Contextos de Políticas Públicas.....	40
Considerações Finais.....	44
Referências.....	46
Manuscrito 2 - Enfrentamento à Violência Sexual: Reflexões a Partir da Atuação em um CREAS ...	53
Resumo	53
Abstract.....	54
Método	58
Participantes	58
Procedimentos e Instrumento	59
Análise de Dados.....	60
Resultados e Discussão	60
“Isso é uma indignidade”: Dinâmicas Presentes em Situações de Violência Sexual	61
“Mas eu tenho que atender...”: Impacto dos atendimentos nas Trabalhadoras e Recursos Importantes	64
“Esse trabalho em equipe ajuda”: Enfrentamento, Atendimento e Prevenção a Violência Sexual	66
Considerações Finais.....	73
Referências.....	74
Manuscrito 3 - A formação profissional como processo de trabalho: construindo estratégias de qualificação.....	79
Resumo	79
Abstract.....	80
Construindo uma proposta de formação.....	84

Exploração.....	86
Preparação	91
Implementação	94
Sustentação.....	102
Considerações Finais.....	106
Referências.....	107
Manuscrito 4: O enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do SUAS: o coletivo como potencialidade	112
Resumo	112
Abstract.....	113
Método	118
Procedimentos.....	119
Participantes:	121
Análise de dados	121
Resultados e Discussão	122
“Meu grande receio é...”: Cuidados ao lidar com as situações de violência sexual	123
“Eu acho que o SUAS tem isso forte...”: A identidade do SUAS no enfrentamento a violência sexual	128
“É isso que eu acho que é a mágica do grupo...”: as potencialidades do coletivo	139
Considerações finais	146
Referências.....	147
Considerações Finais da Tese.....	154
Referências.....	161
Anexos.....	163

Lista de Tabelas e Figuras

Manuscrito 1

Figura 1. Diagrama do Processo de Seleção de Artigos	31
Tabela 1. Artigos Incluídos	33
Tabela 2. Identificação De Fatores Importantes Em Intervenções a Situações De Violência Sexual	40

Manuscrito 2

Figura 1. Mapa mental dos temas analisado	59
---	----

Manuscrito 3

Figura 1. Resultados da etapa de exploração	89
Figura 2. Modelo Lógico	91
Tabela 1. Temas Abordados na Etapa 1	96
Tabela 2. Grupos Realizados Durante a Etapa 2	98
Tabela 3. Temas Abordados na Etapa 2	100

Manuscrito 4

Figura 1. Mapa Mental dos Temas Analisados	121
--	-----

Lista de Siglas

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EPIS: Exploração, Preparação, Implementação e Sustentação

NOB/SUAS: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNEP: Política Nacional de Educação Permanente

PSB: Proteção Social Básica

PSE: Proteção Social Especial

SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEAS: Serviço Especializado em Abordagem Social

SEDES: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SGD: Sistema de Garantia de Direitos

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

Resumo da Tese

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui fenômeno social e relacional grave que requer estudos e o desenvolvimento de novas práticas de atenção, enfrentamento e prevenção. A Política Pública de Assistência Social compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e deve atender a situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos com intuito de garantir proteção social. Esta pesquisa teve como objetivo desenvolver uma ação formativa voltada a profissionais que prestam atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, observando as especificidades e objetivos dessa política pública e contribuindo para evidenciar suas atribuições e competências. A tese defendida é que uma formação de qualificação para executores de uma política pública, alicerçada no que os trabalhadores pensam e necessitam, pode reverter em benefícios para usuários e para aprimorar o que é preconizado pela própria política. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa organizada em três estudos. O primeiro consistiu em revisão integrativa de literatura para identificar intervenções voltadas às crianças e adolescentes que sofreram essa violação e que possam ser ofertadas em políticas públicas no Brasil. O segundo consistiu na realização de avaliação de necessidades, a partir de entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras/es do SUAS para identificação de desafios e potencialidades nos contextos de atendimento, bem como de fatores que julgam importante na composição de atividades de formação. Os resultados dessas fases em conjunto com as normativas que fundamentam essa política, foram utilizados para construção da ação formativa proposta. O terceiro estudo consistiu na implementação de curso de atualização piloto voltado a profissionais que atuam em unidades de CREAS e atendem a famílias de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual. Esse último estudo gerou dois artigos: um que descreve minuciosamente a metodologia e outro que trata do processo e resultados da qualificação implantada. A atividade foi realizada a partir de parceria entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e contou

com encontros para discussões sobre questões teóricas e técnicas sobre o tema e encontros para intervisão que viabilizaram discussões e reflexões sobre atendimentos em grupo realizados nos CREAS. Nesse percurso de formação, foram identificadas questões importantes a serem consideradas em atividades de qualificação, como os cuidados necessários para lidar com essas situações, os aspectos referentes ao SUAS e as potencialidades da realização de atividades em grupo.

Palavras-chaves: Violência sexual, formação profissional, educação permanente, assistência social.

Abstract

Sexual violence against children and adolescents is a severe social and relational phenomenon that requires studies and the development of coping and prevention practices. The Public Social Assistance Policy integrates the Rights Guarantee System (SGD) and must assist situation of vulnerability, risk, and rights violation to guarantee social protection. The objective of this research was to develop a training action for professionals who assist children and adolescents who are victims of sexual violence, observing the specificities of this public policy and highlighting their duties and competencies. The defended thesis is that qualification training for executors of a public policy, based on what workers think and need, can result in benefits for users and contribute to enhancing what is recommended by the policy itself. This qualitative research was conducted in three studies. The first was a literature review to identify interventions targeting children and adolescents who have suffered such violations and can be implemented within public policies in Brazil. The second stage consisted of semi-structured interviews with workers of the Social Assistance System (SUAS) to identify challenges and potential aspects in the service contexts and other factors they consider relevant in these training activities. The outcome of these phases and the social assistance regulations were used to construct the proposed training activity. The third stage consisted of the implementation of a pilot course for professionals who work in CREAS units and provide assistance to families of children and adolescents who have experienced sexual violence. The third study resulted in two articles: one that meticulously describes the methodology and another that addresses the process and outcomes of the implemented qualification. The activity was held through a partnership between the University of Brasília and the State Secretariat for Social Development, including meetings for discussions on theoretical and technical issues about the topic and meetings for intervention that enabled discussions and reflections on group activities provided at CREAS. During this training, important issues, as the necessary care to deal with

these situations, aspects relating to SUAS, and the potential of carrying out group activities were identified.

Keywords: Sexual violence, professional training, continuing education, social assistance.

Apresentação

Sabe-se o quanto a escolha por um tema de estudo revela muito de nossa subjetividade e de nossa articulação com a realidade sociohistórica a qual estamos conectados. Por isso, essa apresentação reunirá um pouco da minha história enquanto pesquisadora, escrita de forma personalizada em primeira pessoa e ao mesmo tempo irá informar o leitor sobre o que ele pode esperar dessa investigação. A escrita de uma tese, mesmo quando redigida em artigos, como é a nossa eleição para apresentá-la, revela o processo de amadurecimento de uma pesquisadora. Ela remete a um percurso formativo, cheio de conflitos, contradições, decisões, potencialidades e limites. Por isso convido a leitora e o leitor para me acompanharem nessa desafiadora trajetória e saborearem comigo a historicidade construída ao longo desses quatro anos.

Início abordando o tema que me convocou para essa construção. A violência sexual é uma violação de direitos com grande potencial mobilizador, cercada por tabus, crenças e, infelizmente, de alta prevalência. São situações invisibilizadas e naturalizadas que atravessam o cotidiano, muitas vezes, sem ser identificadas. Atualmente há um forte apelo de enfrentamento a essas violações, baseado na espetacularização desse fenômeno que não auxilia no processo de combate, já que fortalece estereótipos que dificultam ainda mais seu reconhecimento.

O atendimento a crianças, adolescentes e famílias que precisam lidar com os impactos de situações de violência sexual passou a fazer parte da minha prática profissional em 2009, quando me tornei servidora da política pública de assistência social. Até então, nunca havia realizado atendimentos dessa natureza ou estudado a questão. Em minha formação como psicóloga, estagiei em locais que me apresentaram a intervenções psicossociais. No entanto, o contexto do SUAS e a temática eram novos para mim. É importante acrescentar que iniciar minha trajetória profissional, já que eu tinha acabado de me graduar, atendendo a esse tipo de

situação, não foi uma escolha. Foi antes uma demanda da unidade em que fui trabalhar e constituiu uma experiência desafiadora e angustiante.

Diante disso, o retorno ao ambiente acadêmico apresentou-se como uma alternativa para compreender as dinâmicas que perpassavam aqueles contextos e promover alguma segurança profissional. No mestrado, desenvolvi uma pesquisa exploratória acerca do perfil de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual, das dinâmicas dessas violações e dos atendimentos propostos em uma unidade de CREAS. Essa oportunidade me permitiu acessar conhecimentos técnicos e científicos sobre a questão, reconhecer desafios, mas também possibilidades.

Ao longo dessa caminhada profissional e acadêmica percebi que o silêncio, o isolamento, a evitação e a negação são aspectos que permeiam as relações em contextos de violência sexual. Esses elementos se constroem em meio às ambivalências presentes no vínculo estabelecido com o agressor, que em geral é uma pessoa que tem a confiança da família. Embora a criança ou adolescente possa sentir incômodo ou desconforto com essas situações, muitas vezes não consegue nomear ou identificar que essa sensação decorre de uma violação ou agressão contra si.

As violações sexuais não podem, portanto, ser enfrentadas de forma individualizada e desconectadas da realidade. O fortalecimento das redes de apoio familiares e comunitárias constitui uma estratégia fundamental para que essa população possa lidar com os aspectos críticos desencadeados nessas situações. Os impactos desse tipo de violação afetam de forma grave e diversa crianças e adolescentes. No entanto, é necessário considerar que podem impactar também sua rede de apoio próxima, como cuidadoras/es e familiares, e a rede institucional que se forma para efetivar ações de atenção e proteção a esse público.

As características de isolamento e silenciamento podem perpassar também os serviços e profissionais que atendem a essa população. Ter que escutar o relato das violações e não saber

como agir; realizar uma notificação que não se confirme futuramente; ou ofertar alguma intervenção que não seja benéfica para as pessoas atendidas, especialmente para as crianças e adolescentes, são alguns dos receios presentes nessas situações. Lidar com os impactos de violações sexuais constitui tarefa desafiadora e requer o desenvolvimento de estratégias e habilidades diversas.

Ao longo dos anos, participando de atendimentos individuais, familiares ou coletivos, encontros de discussões de casos ou eventos que abordavam essas violações, me senti insegura para lidar com a violência sexual e suas repercussões. Em alguns momentos pude perceber que esse sentimento era compartilhado com algumas/alguns colegas. Essa sensação pode estar relacionada ao desconhecimento das dinâmicas que envolvem a violência sexual, o que também dificulta a identificação de competências e possibilidades da política pública em que atuamos.

Outro fator que pude observar é que articulações com outros órgãos e profissionais são indispensáveis para lidar com essas violações. Participei de reuniões diversas com objetivo de realizar estudos de caso ou elaborar fluxos de encaminhamentos, referência e contrarreferência. Esses encontros são essenciais para que os recursos territoriais sejam mapeados e bem aproveitados em benefício das pessoas que atendemos. Mas em muitas oportunidades, percebi que as discussões esbarravam em questionamentos sobre as competências e atribuições de cada instituição ou acerca da sobreposição de ações de acompanhamento. Dessa forma, o reconhecimento dos objetivos e possibilidades de cada ator desse sistema pode ser muito benéfico. É importante que essa identificação se dê a partir dos recursos de cada instituição, serviço ou política pública para que esse processo resulte na integração dessas possibilidades e não na fragmentação dos atendimentos separados em diversos setores.

A despeito dos avanços ocorridos, a atenção a situações de violência sexual enfrenta dificuldades cotidianas em estabelecer práticas de fato intersetoriais, com ações articuladas e que observem as diretrizes apontadas pelas políticas públicas envolvidas. Diante disso, o

planejamento e realização de formações que permitam tratar dessas questões torna-se aspecto fundamental e estratégico (Damásio et.al, 2014; Vieira et. al, 2015) para o enfrentamento a violências sexuais. A previsão de capacitação também é expressa no art. Nº 14 da Lei 13.431 (2017), que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança ou Adolescente (SGD) vítima ou testemunha de violência, e sugere que estas atividades sejam realizadas em conjunto, abrangendo todos os profissionais envolvidos.

No âmbito da assistência social, a formação assume ainda outro aspecto relevante, posto que essa política pública nas últimas décadas passa por processo de institucionalização e tem se voltado para a garantia de direitos. Esse processo de consolidação enquanto política que promove o direito à cidadania se dá com a mudança de paradigmas, saindo de um viés caritativo e filantrópico. É necessário investir na profissionalização dessa política evidenciando suas diretrizes, objetivos e os desafios de pensar procedimentos que permitam sua operacionalização. Nesse contexto, os processos de capacitação e formação são tidos como essenciais (Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social [PNEP/SUAS], 2013).

Embora haja previsão nas normativas, os processos de qualificação e formação referentes a violência sexual no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ainda são escassos (Vieira et al., 2015). Diante desses desafios e de tantos dispositivos recentes que buscam consolidar políticas de enfrentamento a violência sexual, compreendemos que o desenvolvimento de ações voltadas às trabalhadoras e aos trabalhadores do SUAS que lidam com essas questões é uma demanda fundamental.

Ainda são incipientes estudos que visam desenvolver conhecimentos, habilidades e estratégias, por meio de qualificação profissional, voltadas a trabalhadoras/es do SUAS que atendem pessoas que precisam lidar com os impactos de violências sexuais. É importante que ações dessa natureza considerem as dinâmicas relacionais envolvidas nessas situações, o que

pode promover maior segurança nas intervenções profissionais; as diretrizes e objetivos da política pública de assistência social, reconhecendo seus recursos e potencialidades além de representar espaço de partilha e cuidado entre as/os trabalhadoras/es. Este foi o foco desta pesquisa.

Ressalta-se que o objetivo da tese não era a construção de protocolos pré-determinados para lidar com famílias, crianças e adolescentes que vivenciaram tais situações, mas o reconhecimento dos aspectos fundamentais para a realização de ações garantidoras de direitos de cidadania que não sejam culpabilizadoras ou individualizantes. A intenção foi o desenvolvimento de uma ação formativa voltada a profissionais para o reconhecimento de dinâmicas envolvidas em situações de violência sexual, considerando as questões familiares, seu contexto sociohistórico, comunitário, cultural e estrutural e a busca de ações de enfrentamento mais articuladas com a realidade vivida por essa população. Optou-se, ainda, por uma estratégia centrada nos processos de trabalho das/dos profissionais participantes, com foco na construção de um espaço de troca participativo e horizontal. Esta ação formativa, implementada na terceira etapa da pesquisa, foi facilitada por mim e pela orientadora desta pesquisa.

Objetivo geral

Desenvolver estratégias de atenção e enfrentamento às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito da política pública de assistência social, por meio de formação profissional, considerando as especificidades das ofertas dessa política, as orientações da lei 13.431/2017 e de outras normativas específicas do SUAS.

Objetivos específicos

1. Identificar por meio de revisão de literatura as ofertas e ações realizadas diante de situações de violência sexual no âmbito de políticas públicas no Brasil.

2. Investigar aspectos percebidos pelas/os trabalhadoras/es como facilitadores ou dificultadores para realização de ações e intervenções que visem o enfrentamento das situações de violência sexual no âmbito do SUAS e identificar questões que julgam importantes em ações de formação.
3. Elaborar ação voltada a trabalhadoras/es do SUAS para viabilizar construção de espaço que facilite a realização de intervenções com foco no enfrentamento da violência sexual, observando os objetivos e especificidades da política pública de assistência social.
4. Implementar ação piloto com intuito de identificar aspectos benéficos ou que necessitam de adequação nesse contexto.

Esta tese é composta por quatro manuscritos. O primeiro manuscrito se refere a uma revisão integrativa de literatura que buscou identificar artigos com relatos de intervenções propostas para atendimento a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias, no âmbito de políticas públicas no Brasil. A intenção foi compreender que estratégias estão sendo utilizadas para ofertar suporte a esse público e relacionar fatores importantes que constituem essas ações e que poderiam ser abordados em processos de formação.

O segundo manuscrito foi elaborado após a coleta de dados da segunda etapa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e atendem a crianças, adolescentes e famílias que lidam com os impactos de situações de violência sexual. O objetivo era identificar, a partir da percepção desses profissionais, aspectos relacionados a ocorrência das violências sexuais, elementos que impactam nas ações e rotinas de atendimento, bem como fatores importantes para compor ações formativas. Nesta etapa, foram identificadas questões relacionadas às situações de violações sexuais, aos impactos que afetam as trabalhadoras em decorrência do

atendimento a pessoas que vivenciaram essas situações e os recursos que essas profissionais encontram para lidar com isso, além de questões relacionadas ao enfrentamento, atendimento e prevenção a violências sexuais.

O manuscrito três descreve todo o processo de pesquisa desde a avaliação de necessidades à implementação da ação formativa, dando especial ênfase no processo de elaboração e preparação dessa atividade. Esse manuscrito apresenta o modelo utilizado para a efetivação desse processo – EPIS (Exploração, Preparação, Implementação e Sustentação) – e é um documento importante do ponto de vista metodológico por apresentar informações sobre recursos, conteúdos, materiais, estratégias e procedimentos formulados, com intuito de permitir a replicação desse processo.

O quarto manuscrito apresenta reflexões e discussões a partir da realização da ação formativa piloto. Neste documento, foram apresentadas questões identificadas a partir das interações e partilhas ocorridas nas oficinas e encontros de intervisão¹. Os temas apresentados se relacionam aos cuidados necessários para lidar com situações de violência sexual, às ofertas do SUAS no enfrentamento a essa violação e às potencialidades da realização de ações coletivas, sejam voltadas às pessoas atendidas, sejam voltadas às/aos profissionais.

Ressalta-se que os manuscritos foram apresentados de acordo com a cronologia do desenvolvimento da pesquisa e de construção desta tese. Portanto, os manuscritos 1 e 2 são citados no manuscrito 3, que se trata de um documento metodológico e contém uma exposição mais detalhada de todo o processo.

Referências

Damásio, B. F.; Habigzang, L. F.; Freitas, C. P. P. & Koller, S. H. (2014). Avaliação de processo de uma tecnologia social de capacitação profissional para psicólogos que

¹ Compreende-se por intervisão, nesta pesquisa, o espaço de troca entre profissionais a partir de experiências advindas de seus processos de trabalho considerando-se a horizontalidade na busca por viabilizar elaborações conjuntas e soluções de problemas baseadas em conteúdos teóricos mas baseados em vivências práticas (Finkler et al., 2021; PNEP, 2013).

atendem casos de violência sexual. *Contextos Clínicos*, 7(2), 207-219.

<https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.08>

Finkler, L.; Cunda, M. F.; Giongo, C. D., Rosa, H. R.; & Obst, J. (2021). Intervisão: estratégia de formação profissional para o trabalho com famílias e comunidades. *Pensando famílias*, 25(1), 112-126.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-

[494X2021000100010&lng=pt&tlng=pt.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000100010&lng=pt&tlng=pt)

Lei 13.431, de 04 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). <https://cutt.ly/dLeDokP>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF.

Vieira, L. J. E. S., Silva, R. M., Cavalcanti, L. F. & Deslandes, S. F. (2015). Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11), 3407-3616.

<https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.205120141>

Manuscrito 1 - Atendimento à violência sexual no contexto de políticas públicas: Uma revisão integrativa²

Resumo

O atendimento a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual é fundamental para o avanço no enfrentamento dessas violações. O objetivo desta revisão integrativa foi identificar intervenções voltadas a crianças e adolescentes que sofreram essa violação e que possam ser ofertadas em políticas públicas no Brasil. Foram consultadas as bases de dados BVS, CAPES e Oasis. Os resultados apontaram em sua maioria intervenções grupais e a teoria cognitivo comportamental foi a abordagem teórica mais utilizada. Alguns resultados destacados nessas intervenções foram o fortalecimento de vínculos, a ampliação de redes sociais e de apoio e a redução de sintomas. A postura profissional, a relevância da educação sobre as dinâmicas da violência sexual e a busca por estratégias que possam facilitar a expressão das pessoas atendidas foram identificados como fatores a serem considerados no desenvolvimento dessas ações. A falta de infraestrutura, de recursos humanos e de acesso a outras políticas foram apontados como dificuldades.

Palavras-chaves: Intervenção, violência sexual, abuso sexual, políticas públicas.

² Esse manuscrito deu origem a um artigo publicado no periódico *Interação em Psicologia*. Pinho, A. R. I., & Lordello, S. R. M. (2023). Atendimento à violência sexual no contexto de políticas públicas: Uma revisão integrativa. *Interação em Psicologia*, 27(2). <https://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i2.86304>

Abstract

The provision of assistance to children and adolescents who have experienced sexual violence is crucial for advancing the fight against these violations. The objective of this integrative review was to identify interventions targeting children and adolescents who have suffered this such violations and that can be implemented within public policies in Brazil. The BVS, CAPES, and Oasis databases were consulted for this purpose. The findings predominantly indicated the effectiveness of group interventions, with the cognitive-behavioral theory being the most commonly employed theoretical approach. Notable outcomes of these interventions included strengthening of support networks, expansion of social connections, and reduction of symptoms. Professional attitude, the importance of educating individuals on the dynamics of sexual violence, and the exploration of strategies to facilitate the expression of those receiving assistance were identified as crucial factors in the development of these actions. Challenges such as insufficient infrastructure, limited human resources and, restricted access to additional policies were also highlighted.

Keywords: Intervention, sexual violence, sexual abuse, public policies.

A violência sexual consiste em condutas ou comportamentos que constroem crianças e adolescentes a participarem em práticas ou exposição a atividades sexuais, como a conjunção carnal e/ou atos libidinosos, incluindo o acesso a fotos e vídeos com conteúdo impróprios, seja presencialmente ou por meios eletrônicos (Lei n. 13.431, 2017). Essa forma de violação pode envolver situações impostas por meio de violência física, ameaças ou coerção, com ou sem contato sexual direto (Sufredini et al., 2016).

Dessa forma, a violação sexual se refere ao envolvimento de crianças e adolescentes em situações sexuais que elas não compreendem, pois não estão preparados para reconhecê-las como violentas ou inadequadas devido ao estágio de desenvolvimento e, portanto, são incapazes de consentir ou resistir (Sufredini et al., 2016). Além disso, essas violações são contrárias às leis e normas da sociedade. Esse tipo de agressão pode ser perpetrado por adultos ou por outros adolescentes que, devido à idade ou estágio de desenvolvimento, ocupem posições de confiança, responsabilidade ou poder em relação à vítima (World Health Organization [WHO], 2017). Atualmente, recomenda-se a não utilização do termo “abuso sexual”, pois sugere que alguma forma de uso não abusivo seria aceitável, sendo a expressão “violência sexual” mais adequada para descrever esse fenômeno (Hohendorff & Patias, 2017).

As discussões acerca do enfrentamento da violência sexual têm se intensificado nas últimas décadas, com o fortalecimento da Doutrina de Proteção Integral a crianças e adolescentes. A inclusão dessa temática na agenda formal pública potencializou discussões e viabilizou o investimento em programas, serviços e políticas direcionadas a essa questão. Essa expansão possibilitou também o reconhecimento dessas situações como problemas de saúde pública, que exigem intervenções para serem enfrentadas (Habigzang et al., 2016; Krindges & Habigzang, 2018; Moreira & Costa, 2021; Rossato et al., 2018). Pode-se observar, portanto, avanços no âmbito jurídico e das políticas públicas, impulsionados pelos movimentos sociais

e também no contexto acadêmico, resultando em um processo dinâmico de construção de conhecimento sobre o tema.

No que diz respeito às legislações que envolvem essa questão, é importante destacar a promulgação da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que marcaram mudanças de paradigma e viabilizaram a compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Em 2009, a Lei 12.015 alterou o Código Penal Brasileiro, ampliando o conceito de violência sexual e abordando questões que anteriormente não eram tipificadas como crime no país, acompanhando os debates que buscam desnaturalizar situações de violência. Com o objetivo de potencializar as estratégias de proteção a crianças e adolescentes, foram promulgadas a Lei 13.431 em 2017 e o Decreto 9.603 em 2018, que tratam do Sistema de Garantia de Direitos e das possibilidades de escuta voltadas a esse público.

Como um dos resultados dessa visibilidade e mobilização, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi elaborado em 2000 e revisado em 2013. O documento apontava ações estratégicas a serem desenvolvidas em diversas áreas, estabelecendo diretrizes para o combate às violações sexuais (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013). Para viabilizar o atendimento especializado previsto nesse documento, o governo federal lançou o Programa Sentinela em 2002, o qual, quatro anos depois, foi incorporado pela Política Pública de Assistência Social. O serviço foi extinto com a criação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em 2006, os quais passaram a oferecer atendimento a variadas situações de violência contra crianças, adolescentes e também outras populações vulneráveis (Nascimento & Deslandes, 2016).

Essa estratégia permitiu abordar outras questões de interesse público, como o enfrentamento da violência contra mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência. No entanto, Nascimento e Deslandes (2016) ressaltam que a reformulação dessa política de

atendimento, ao integrá-la em um equipamento que também prevê atenção a outras formas de violência, pode indicar o enfraquecimento das discussões sobre o combate à violência sexual nas agendas políticas e formais, ainda que essa questão não tenha sido solucionada. De acordo com as autoras, a realocação desse atendimento em conjunto com outras demandas pode reduzir a importância da questão da violência sexual, redirecionar recursos destinados a essa política e também dificultar a realização de atendimentos realmente especializados. Essa instabilidade na elaboração e implementação de políticas públicas evidencia que, em um ambiente tão dinâmico, a produção de conhecimento e a visibilidade das necessidades e ações são imprescindíveis para o posicionamento e enfrentamento do problema em questão.

Nesse sentido, as produções acadêmicas resultantes de atividades de pesquisa e extensão junto à comunidade são fundamentais. As publicações científicas sobre o tema têm acompanhado a dinamicidade e a evolução dos debates, concentrando esforços em diversos aspectos. Pode-se destacar que os estudos abordam questões como a conceituação e apresentação das dinâmicas de violência, os impactos nas famílias e nos indivíduos, aspectos macroestruturais, desigualdades sociais e relacionais que permeiam essas situações, a caracterização do perfil das pessoas e das violações, bem como intervenções para lidar com essas consequências.

Todos esses aspectos são fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas de enfrentamento e intervenções para lidar com as consequências e impactos gerados, além de promover ações articuladas e coordenadas, ressaltando a importância das redes intersetoriais e do Sistema de Garantia de Direitos. É importante salientar que essas construções ocorrem de forma integrada, em que as mobilizações sociais e o contexto favorável a discussões reverberam conjuntamente no âmbito político, acadêmico e legislativo, influenciando-se mutuamente e alimentando-se de forma contínua.

Intervenções dirigidas a esse público são indispensáveis, principalmente considerando

as diversas consequências e demandas envolvidas nessas violações (Espíndola & Batista, 2013; Habigzang et. al, 2016), e têm sido apontadas como valiosos recursos de suporte para famílias e indivíduos nesse momento crítico em que lidam com a revelação de uma situação de violência e os desafios decorrentes dela. É importante salientar, no entanto, que intervenções inadequadas podem causar danos secundários e resultar em impactos psicológicos indesejados ou ampliar as consequências já presentes (Furniss, 1993 como citado em Espindola & Batista, 2013; Hohendorff & Patias, 2017).

Diante da complexidade do tema, é notável que a atenção dispensada a essas famílias e indivíduos requer o envolvimento de diversos serviços e profissionais. Estudos apontam que o atendimento em rede, articulado, intersetorial e interdisciplinar é fundamental em situações de violência sexual, ajudando a romper o isolamento e o silêncio característicos desse contexto (Broseguini & Iglesias, 2020; Chaves & Costa, 2018). Nesse sentido, é possível observar avanços na estruturação de serviços e programas no âmbito das políticas públicas, como saúde e assistência social, que têm facilitado o acesso a atendimento especializado para essa população. Isso evidencia a relevância de buscar compreender como ocorrem as intervenções voltadas a esse público no contexto das políticas públicas, onde a maioria dessas ações acontece (Moreira & Costa, 2021).

É importante ressaltar que existem situações que não são atendidas pelos órgãos governamentais. Isso pode ocorrer devido à falta de revelação de algumas violações, uma vez que ainda há um alto índice de subnotificação no país, ou devido a situações envolvendo famílias que possuem recursos para buscar possibilidades de suporte que não impliquem inserção nos serviços públicos (Santos et al., 2021). Apesar disso, a organização de intervenções nas políticas públicas viabilizou a ampliação dos atendimentos, permitindo o acesso de populações em situação de risco e vulnerabilidade, além da estruturação de estratégias de vigilância que dão suporte ao planejamento de ações mais efetivas direcionadas

para essas realidades. Diante disso, a identificação e o reconhecimento das intervenções realizadas no contexto das políticas públicas são fundamentais para o avanço nas estratégias de enfrentamento à violência sexual.

Este estudo é uma revisão integrativa que tem como objetivo observar aspectos técnicos, metodológicos e éticos de ações desenvolvidas para lidar com situações de violência sexual e seus impactos. O foco é identificar intervenções voltadas a crianças e adolescentes que vivenciaram essas violações e suas famílias, com ênfase nas que são ou podem ser oferecidas em contextos de políticas públicas no Brasil, especialmente nas áreas de assistência social e saúde, que concentram boa parte dessas iniciativas.

Método

As revisões de literatura são recursos científicos valiosos, pois permitem o levantamento e a síntese de aspectos importantes em determinadas áreas de conhecimento, a avaliação desses fatores e a diminuição do tempo entre as descobertas e suas aplicações em contextos profissionais (Silva & Otta, 2014; Zoltowski et al., 2014). Além disso, tais estudos podem servir como ponto de partida para o desenvolvimento de novas orientações e instruções para a prática profissional, resgatando práticas já realizadas (Moher et al., 2015). Cumprem, assim, um papel de atualização e organização das produções em um determinado momento de interesse, possibilitando a busca por boas práticas capazes que fundamentem a construção de novas contribuições científicas.

Neste estudo, realizou-se uma revisão integrativa, que consiste na identificação e inclusão de estudos com diferentes desenhos metodológicos, permitindo uma compreensão ampliada da questão abordada (Souza et al., 2010). Os procedimentos para a realização desta revisão incluíram: formulação da pergunta de pesquisa, seleção de descritores, escolha das bases de dados, descrição de critérios de inclusão e exclusão, realização da busca, seleção dos artigos, extração e análise de dados. A formulação da questão da pesquisa foi baseada na

estratégia PICO (Aromataris & Munn, 2020), que possibilitou a identificação de informações sobre a população/problema (P), o fenômeno de interesse (I) e o contexto (Co), resultando na formulação da seguinte pergunta “Que intervenções estão sendo realizadas junto a crianças, adolescentes e suas famílias para lidar com impactos da vivência de violência sexual no âmbito das políticas públicas brasileiras?”.

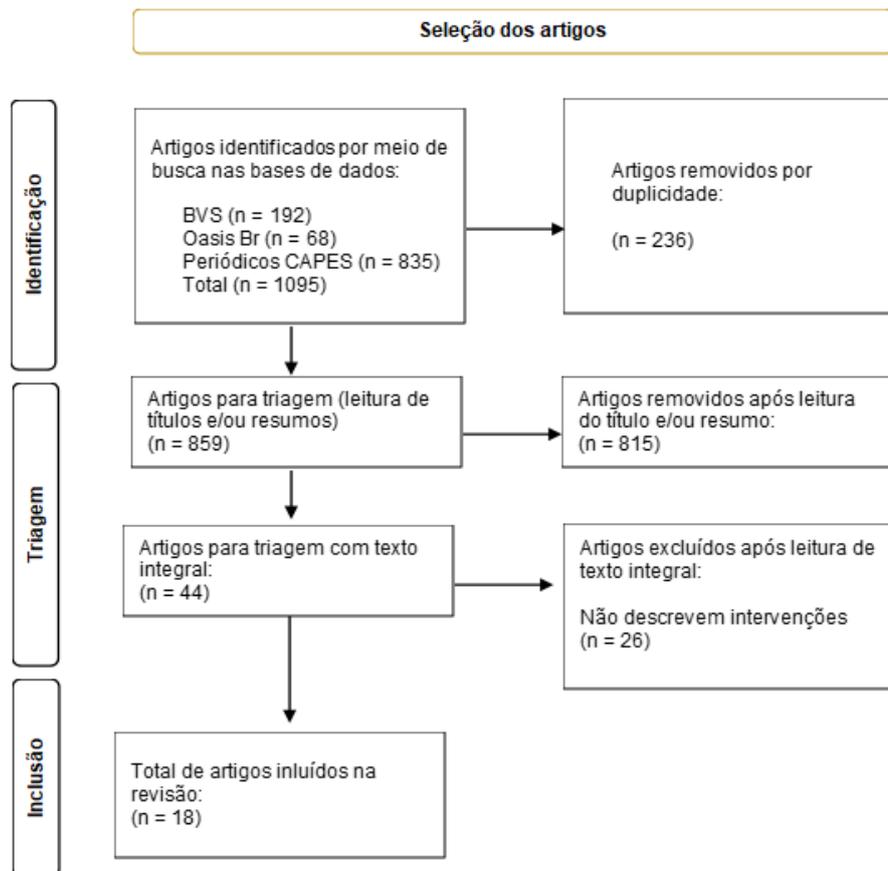
Para identificar estudos que abordassem essa questão, optou-se pela seguinte estratégia de busca composta pelos termos e operadores booleanos [Intervenção AND (“Violência Sexual” OR “Abuso Sexual”) AND (Criança OR Adolescente)]. Ressalta-se que, embora o termo “abuso sexual” seja considerado inadequado atualmente, essa é uma discussão recente. Portanto, essa expressão foi considerada para abranger estudos em que essa terminologia é utilizada. Considerando que a pesquisa busca alcançar resultados no contexto brasileiro, as buscas foram realizadas utilizando os descritores em português.

Como critérios de elegibilidade, foram incluídos: (1) artigos publicados em periódicos científicos; (2) textos completos disponíveis; (3) artigos publicados em português, inglês ou espanhol; e (4) artigos que descrevem estratégias de intervenções voltadas a crianças, adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. Já os critérios de exclusão estavam relacionados a: (1) produções duplicadas; (2) artigos que não abordavam a temática de violência sexual ou que tratavam outras formas de violência além da sexual; (3) artigos que não tinham como público-alvo crianças e adolescentes e/ou suas famílias; (4) artigos que não descreviam estratégias de intervenções voltadas a crianças, adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias; (5) artigos que não se referiam à realidade brasileira; (6) artigos com foco em avaliação ou perícia judicial; (7) artigos com foco em procedimentos de profilaxia/exames médicos emergenciais; (8) artigos que descreviam programas governamentais amplos sem descrever especificidades de intervenções; (9) intervenções ofertadas a agressores sexuais; e (10) literatura cinza, livros ou capítulos.

Após o planejamento das estratégias de buscas, a pesquisa foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2021. Foram consultadas três bases de dados: (1) Biblioteca Virtual em Saúde, que permite acesso a outras bases da área, como LILACS e MEDLINE, e apresentou como resultado dessa busca a indicação de 192 documentos; (2) OASIS BR, selecionada por ser uma base dedicada a publicações em língua portuguesa. A busca nessa base retornou 68 artigos; (3) Periódicos CAPES, que também fornece acesso a diversas bases de dados. A estratégia de busca nesta base resultou em 835 artigos. Ao todo, foram encontrados 1095 documentos, conforme Figura 1. Após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, foram lidos na íntegra 44 publicações, das quais 26 foram excluídas por não descreverem intervenções voltadas a crianças, adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. Assim, a amostra final contou com 18 artigos científicos que foram categorizados e analisados. Salienta-se que os artigos incluídos nesse estudo foram publicados entre os anos de 2005 e 2021. Considerando que o tema alcançou maior destaque nas últimas três décadas, não foi realizada nenhuma exclusão com critério de data de publicação, a fim de obter dados que indiquem a evolução da discussão abordada.

Figura 1

Diagrama do Processo de Seleção de Artigos.



A extração de dados foi realizada após a leitura dos 18 artigos incluídos, por meio do preenchimento de um formulário considerando as seguintes questões: identificação do artigo (nome, autoras/es, ano e periódico), contexto em que ocorre a intervenção, objetivo da intervenção, forma de entrega (individual ou em grupo), aspectos teóricos envolvidos, resultados alcançados, processos de avaliação da atividade e fatores facilitadores ou dificultadores da intervenção.

Resultados e Discussão

Dentre os artigos incluídos, oito apresentam uma intervenção voltada a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e a suas famílias (Barros et al., 2021; Boarati et al., 2009; Campos, 2016; Costa et al., 2005; Habigzang et al., 2006; Lucânia et al., 2009; Manzan et al., 2021; Schneider & Habigzang, 2016), os quais são estudos de caso,

relatos de experiência ou estudos descritivos. Cinco estudos se referem a avaliações de intervenção e buscam indicar os resultados alcançados por meio dessas atividades (Costa et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2008; Hohendorff et al., 2014). Esses artigos foram incluídos na amostra por apresentarem descrições parciais das intervenções ofertadas, bem como aspectos relevantes nesses contextos. Cinco artigos não descreveram uma intervenção completa, mas apenas uma ou duas sessões, ressaltando ganhos ou aspectos importantes no processo de atenção a situações de violência sexual e, por isso, também foram considerados (Cabral et al., 2008; Costa et al., 2007; Hohendorff et al., 2012; Moreira & Costa, 2021; Silva & Teixeira, 2017). A Tabela 1 apresenta os estudos incluídos nesta revisão.

Tabela 1

Artigos Incluídos.

Título	Autoras/es, ano de publicação
Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: da situação-limite ao inédito-viável	Barros et al. (2021)
Abuso sexual na infância: a vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças	Boarati et al. (2009)
Atenção a vitimizadores sexuais, suas vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis	Cabral et al. (2008)
Criança vítima de violência sexual: Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa	Campos (2016)
O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil	Costa et al. (2005)
Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica	Costa et al. (2007)
Grupo Multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual	Costa et al. (2009)
Grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção	Habigzang et al. (2006)
Avaliação de um Modelo de Intervenção Psicológica para Meninas Vítimas de Abuso Sexual	Habigzang et al. (2008)

- Grupoterapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual Habigzang et al. (2009)
- Cognitive-behavioral group therapy for girls victims of sexual violence in Brazil: Are there differences in effectiveness when applied by different groups of psychologists? Habigzang et al. (2016)
- Produção e Utilização de um Documentário Sobre Violência Sexual Contra Meninos Hohendorff et al. (2012)
- Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual Hohendorff et al. (2014)
- Intervenção cognitivo-comportamental em violência sexual: Estudo de caso Lucânia et al. (2009)
- Enfrentamento materno diante de violência sexual: experiência grupal em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil Manzan et al. (2021)
- Psychosocial intervention in sexual violence against children: reflexivity and psychodramatic resource Moreira e Costa (2021)
- Aplicação do Programa Cognitivo-Comportamental Superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: estudos de caso Schneider e Habigzang (2016)
- Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito Silva e Teixeira (2017)
-

Atendimento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Características Relevantes

Neste estudo, foram identificadas algumas características relevantes que podem auxiliar na elaboração e implementação de intervenções em contextos de violência sexual. Esses fatores, que serão discutidos a seguir, se referem à modalidade em que as atividades de atendimento são ofertadas, abordagens teóricas, metodologias utilizadas e importância de uma atenção ampliada que se dirija não somente às crianças e adolescentes que vivenciaram tais situações, mas também a seus familiares e aos autores dessas violações.

Observa-se que dez estudos mencionaram atividades em grupo (Barros et al., 2021; Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Costa et al., 2009; Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Manzan et al., 2021; Moreira & Costa, 2021), enquanto oito apontaram intervenções individuais (Boarati et al., 2009; Cabral et al., 2008; Campos, 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016; Silva & Teixeira, 2017). Entre os estudos que mencionaram atendimento individual, dois ressaltam a impossibilidade de realizar grupos devido a restrições burocráticas (Cabral et al., 2008) ou dificuldades na notificação dessas situações, como no caso de estudos focados em meninos vítimas de violência sexual (Hohendorff et al., 2014). Além disso, um estudo apresentou uma adaptação de intervenção em grupo para um contexto individual, uma vez que serviços e profissionais nem sempre dispõem de recursos para a realização de grupos ou não têm demanda para tanto (Schneider & Habigzang, 2016).

A atenção e avaliação individualizada dessas crianças e adolescentes são importantes e resultam em progresso, como observado em alguns estudos (Cabral et al., 2008; Boarati et al., 2009; Campos, 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016). No entanto, considerando que essas situações são influenciadas por questões históricas e culturais que se apresentam e se constituem nas relações sociais, é benéfico desenvolver estratégias grupais que possam lidar com esses impactos.

Espindola e Batista (2013) observaram que os atendimentos em grupo apresentaram resultados melhores na redução de ansiedade e depressão, pois permitem o compartilhamento de vivências entre pessoas que lidam com situações semelhantes. Habigzang et al. (2006) também indicam que intervenções em grupo têm obtido resultados superiores para lidar com violência sexual, pois ajudam a reduzir sentimentos de culpa, melhorar a confiança e promover o reconhecimento de que tais situações ocorrem nas relações sociais, abrindo espaço para lidar com questões culturais.

É preciso ressaltar que, mesmo que as intervenções em grupo facilitem a compreensão e o acesso aos aspectos históricos e sociais, as intervenções individuais também podem abordar questões coletivas. Além disso, os objetivos traçados para intervenções em grupo podem guiar encontros individuais, como demonstrado por Schneider e Habigzang (2016) em um estudo incluído nesta revisão.

A teoria cognitivo-comportamental é a abordagem teórica mais presente nesse grupo de estudos, mencionada em oito artigos (Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016). É importante ressaltar, no entanto, que sete desses oito estudos foram conduzidos por profissionais pertencentes ao mesmo grupo de pesquisa. O psicodrama ou sociodrama foi mencionado em três estudos realizados também por um determinado grupo de pesquisa (Costa et al., 2005; Costa et al., 2009; Moreira & Costa, 2021). A teoria psicodinâmica e a psicanálise foram citadas em três publicações (Boarati et al., 2009; Manzan et al., 2021; Silva & Teixeira, 2017). A perspectiva de gênero como central em intervenções (Cabral et al., 2008), a abordagem centrada na pessoa (Campos, 2016) e a psicologia comunitária com foco em educação popular (Barros et al., 2021) foram indicadas em um artigo cada uma. Um estudo não mencionou uma teoria específica (Costa et al., 2007).

Observa-se, dessa forma, que a maioria das abordagens se baseia em arcabouços teóricos fundamentadas no âmbito da psicologia. Isso pode estar relacionado ao fato de que a ciência psicológica possui teorias, ferramentas e instrumentos que viabilizam a compreensão e o manejo de situações traumáticas e/ou de crise, e que podem ser adequados e benéficos para lidar com as consequências e impactos de situações de violência sexual. Em alguns casos, é possível identificar uma forte presença de características da prática clínica tradicional na história da psicologia, realizada no contexto de políticas públicas. São relatos de processos

psicoterápicos, estudos clínicos e o uso de entrevistas clínicas ou outros instrumentos comuns nesse contexto (Boarati et al., 2009; Lucânia et al., 2009; Silva & Teixeira, 2017).

É importante destacar que o desenvolvimento e a história de construção da psicologia são marcados pela atenção individualizada às demandas, o que pode levar à culpabilização e a uma compreensão particularizada e singular de problemas atravessados por questões sociais (Pessoa & Koller, 2017). Hohendorff et al. (2015) ressaltam a importância de que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tenham garantido seu direito de acesso a tratamento psicoterápico, quando necessário, e indicam que tais intervenções devem ocorrer no âmbito da política pública de saúde. Salientam ainda a importância da busca por intervenções adequadas, com profissionais capacitados e baseadas em evidências científicas.

Duas metodologias se destacam nessa amostra. A primeira é a grupoterapia voltada a crianças e adolescentes que vivenciaram violência sexual, presente em seis estudos conduzidos pelo mesmo grupo de pesquisadores (Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2014; Schneider & Habigzang, 2016). Essa metodologia é bastante estruturada e baseada na teoria cognitivo-comportamental. A segunda é o grupo multifamiliar indicado em quatro estudos (Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Costa et al., 2009; Moreira & Costa, 2021), que se baseia no sociodrama, na terapia familiar, na teoria das redes sociais e na psicologia comunitária. Isso evidencia a busca por tornar as intervenções mais eficazes e adequadas em situações de violência sexual, por meio de sua adaptação e replicação com públicos diversos (adolescentes, crianças, meninas, meninos), formas de entrega diferentes ou avaliação.

Com base nos dados sobre abordagem teórica e metodologias, foi possível a identificação de dois grupos de pesquisa que têm contribuído para a discussão e elaboração de alternativas para lidar com essas situações. Isso indica que a ampliação das discussões no contexto sociocultural e a compreensão da violência sexual como um problema de política

pública estão presentes no comprometimento desses grupos de pesquisa com essa questão. Esses pesquisadores têm se engajado de forma consistente e continuada na busca pela construção e consolidação de ações e intervenções que possam lidar com os impactos sociais, mentais e emocionais decorrentes desse tipo de violação nas vivências de crianças e adolescentes.

Outro aspecto apontado em estudos que compõem essa amostra foi a importância da atenção às famílias e não apenas à criança ou adolescente, ainda que de forma separada (Barros et al., 2021; Boarati et al., 2009; Cabral et al., 2008; Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Costa et al., 2009; Lucânia et al., 2009; Moreira & Costa, 2021). Manzan et al. (2021) apresentaram um relato de experiência sobre uma intervenção voltada especificamente a mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, indicando a relevância de atendimento a esse público. Embora, na maior parte dos casos, a violência ocorra em contexto intrafamiliar, ou seja, o agressor é alguém que mantinha relações de confiança e proximidade com a vítima, esse grupo também pode ser provedor de suporte social e emocional (Rossato et al., 2018). As/os cuidadoras/es não agressoras/es vivenciam essa situação e são vitimizadas/os de forma secundária, necessitando de atenção devido às emoções ambíguas (Costa et al., 2009) e a crise que se instala no processo de reorganização do contexto familiar após a revelação.

A necessidade de atenção aos agressores sexuais também é apontada como uma questão relevante (Cabral et al., 2008; Costa et al., 2005). Esse tipo de atendimento pode contribuir para a interrupção do ciclo de violência e redução de riscos de reincidência. Além disso, nos casos de violência sexual intrafamiliar, os agressores são pessoas com quem a família tinha um vínculo afetivo e podem manter circulação no meio familiar, ainda que de forma mais restrita. Portanto, intervenções que se concentrem nesses indivíduos são fundamentais (Domingues & Costa, 2017; Wolff et al., 2016).

Atenção a Situações de Violência Sexual: Atuação em Contextos de Políticas Públicas

Considerando o período de publicação dos artigos incluídos, entre 2005 e 2021, é possível observar que esses estudos ocorrem em um momento crucial para a construção de estratégias de combate à violência sexual, que saíram da esfera do privado, do silêncio e do isolamento, e passaram a ser compreendidas como problemas de política pública (Nascimento & Deslandes, 2016; Rossato et al., 2018). Essas questões exigem atenção capaz de promover não apenas reparação e punição, mas também proteção (Faleiros & Faleiros, 2001). O artigo de Costa et al. (2005), incluído nesta revisão, aborda esse tema e sinaliza a importância de que os aspectos sociopolíticos presentes nessas violências sejam tratados em âmbito de ações públicas, ampliando a participação das pessoas envolvidas nos processos cujas decisões afetarão suas histórias, a fim de promover o resgate de sua cidadania. Portanto, é fundamental os avanços que viabilizam atendimento em serviços e políticas públicas ampliando o acesso a essa população.

Nesta revisão, cinco estudos indicam relatos de intervenções ocorridas em contexto de serviços públicos, como CREAS, centros de atendimento ou ambientes hospitalares (Boarati et al., 2009; Campos, 2016; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Mazan et al., 2021). Oito publicações são referentes a atendimentos ofertados em projetos de extensão, centros de atendimento aplicados ou parcerias entre universidades e órgãos públicos, como delegacias, equipamentos jurídicos, de saúde ou assistência social (Barros et al., 2021; Cabral et al., 2008; Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Moreira & Costa, 2021; Schineider & Habigzang, 2016). Por fim, um artigo informa que o convite e o primeiro momento da intervenção foram realizados em uma delegacia, enquanto o prosseguimento se deu em consultório particular (Silva & Teixeira, 2017). No entanto, o estudo foi incluído porque as autoras ressaltaram que tais atividades podem ser realizadas em contexto de políticas públicas.

Alguns aspectos que podem impactar a construção de intervenções no âmbito de políticas públicas foram identificados e são destacados na Tabela 2.

Tabela 2

Identificação De Fatores Importantes Em Intervenções a Situações De Violência Sexual.

Aspectos facilitadores	Aspectos dificultadores
Fortalecimento de vínculos e redes sociais	Falta de infraestrutura
Postura profissional adequada	Falta de recursos humanos
Psicoeducação ou socioeducação	Falta de acesso a outras políticas públicas
Benefícios de intervenções em grupo	Falta de capacitações
Espaço seguro de fala	Falta de abordagens a questões estruturais que
Estratégias e técnicas diversas para facilitar a expressão	provocam e/ou reforçam desigualdades sociais.
Reflexões sobre planos e compromissos futuros	

O fortalecimento de vínculos e ampliação da rede de apoio, questões muito importantes no enfrentamento a situações de violência sexual que são marcadas por isolamento e silenciamento, foram mencionados em alguns artigos (Barros et al., 2021; Campos, 2016; Habigzang et al., 2006). No mesmo sentido, alguns indicaram processos de trabalho que resultaram na expansão de estratégias de proteção e prevenção (Campos, 2016), como crianças e adolescentes que puderam aprender a reivindicar cuidados, evitar contatos inadequados e indesejados, bem como cuidadoras/es não agressoras/es discutindo e compreendendo essas questões (Costa et al., 2005; Moreira & Costa, 2021).

Alguns estudos mencionam a redução de queixas e sintomas. Destaca-se a presença de estudos que utilizaram instrumentos específicos para a mensuração dessas questões, em diferentes momentos, indicando a redução de sintomas de depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além do aumento do repertório comportamental para lidar com essas situações (Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2016; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016). No entanto, um artigo indicou a permanência de

sintomas de TEPT, o que pode sinalizar a necessidade de adaptações no processo (Hohendorff et al., 2014). Um estudo que avaliou crianças e adolescentes que participaram da intervenção com aqueles que aguardavam por atendimento no mesmo período concluiu que apenas a passagem do tempo não é suficiente para redução de sintomas (Habigzang et al., 2009).

As estratégias de psicoeducação e socioeducação, mencionadas em estudos incluídos nesta revisão (Costa et al., 2005; Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Schneider & Habigzang, 2016), podem ser bastante efetivas para viabilizar acesso a informações adequadas sobre as situações de violência sexual sofridas. Isso pode resultar em ampliação das possibilidades de proteção, redução dos riscos de reincidência, desnaturalização de dinâmicas de violência, além de validação de emoções ambíguas e confusas que podem surgir como reações nesses contextos e que, em muitos casos, acabam sendo reprimidas. Aponta-se ainda a redução dos sentimentos de culpa e vergonha ou a ampliação da confiança em si a partir do conhecimento e discussões sobre as dinâmicas de situações de violência sexual, a qual indica a complexidade desse fenômeno em nosso contexto social e cultural (Barros et al., 2021, Hohendorff et al., 2012).

Alguns dos fatores facilitadores podem auxiliar os profissionais das políticas públicas de assistência social ou saúde no enfrentamento da violência sexual. No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ações que busquem o fortalecimento de vínculos saudáveis são indispensáveis para fomentar a convivência familiar e comunitária e aprimorar processos de proteção. Uma abordagem profissional que valide, construa demandas em conjunto com as pessoas atendidas, reconheça-as como sujeito de direitos e promova a sua participação social, com possibilidade de reivindicar suas necessidades, está profundamente associada à promoção de autonomia e criação de espaços de acolhida. Da mesma forma, os processos de sócio e psicoeducação, que viabilizam a desnaturalização de processos de

violência sexual e o reconhecimento das perversas dinâmicas dessas violações, contribuem para a conscientização das questões sociais envolvidas nesses casos e também podem possibilitar o fortalecimento de autonomia. Observa-se, portanto, alternativas de ações que podem auxiliar a alcançar os objetivos do SUAS relacionados às seguranças afiançadas de acolhida, de convívio e de autonomia previstas nessa política pública (Secretaria Nacional de Assistência Social [SNAS], 2012).

No âmbito da política pública de saúde, é importante que a atenção seja capaz de avaliar e lidar com questões de saúde mental decorrentes dessa violação sexual, considerando fatores de risco e proteção, questões emocionais e a “ressignificação da experiência através da compreensão de aspectos transgeracionais, culturais, sociais e familiares” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2020, p. 47). Uma alternativa para lidar com esses impactos é a construção de espaços seguros para expressar sentimentos e emoções sobre as situações traumáticas de violência sexual que podem apoiar o processo de restauração e cuidado da saúde mental. No entanto, narrar essas situações é tarefa complexa e delicada, por isso é necessário a promoção de ambientes capazes de acolher, suportar e viabilizar a expressão, a exposição de memórias que provocam evitação e sofrimentos, de angústias, medos e receios para que possam ser ouvidos, compartilhados e reelaborados, reorganizando essas experiências na história daquelas/es que lidam com elas. Da mesma forma, é importante criar espaço para reflexões e construções de planos futuros, integrando o enfrentamento dessas situações críticas com a elaboração de novas metas e desejos.

Evidenciar os objetivos e possibilidades de ofertas de cada política pública é fundamental para o planejamento de intervenções com intuito de evitar a sobreposição de trabalhos, a utilização inadequada dos recursos públicos e, principalmente, a revitimização da população atendida que frequenta os diversos equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos. Hohendorff et al. (2015) destacam a necessidade de que profissionais de psicologia

do SUAS e do SUS reconheçam suas atribuições diante de situações de violência sexual, considerando seus objetivos, aspectos técnicos e metodológicos, para que possam realizar intervenções adequadas. Indicam que intervenções com foco em proteção, relações familiares e reinserção social podem estar mais associadas ao escopo do SUAS, ao passo que atenção a memórias traumáticas, sintomas psicopatológicos, autoestima e aprendizagem podem estar relacionadas com objetivos de intervenções no âmbito do SUS.

Por fim, é importante ressaltar algumas questões que podem dificultar a realização de intervenções voltadas a situações de violência sexual, especialmente no contexto de políticas públicas, e que precisam ser consideradas. Isso inclui a falta de infraestrutura (Campos, 2016; Costa et al., 2007) e o excesso de burocracia para estabelecimento de parcerias e atendimento (Cabral et al., 2008). Portanto, fica evidente que o enfrentamento a situações tão complexas não se dá na execução de intervenções desarticuladas de esforços políticos e estruturais. É importante que a construção de possibilidades de atenção continue se integrando ao avanço das legislações e de planos e estratégias que possam responder a essas dificuldades operacionais.

O planejamento, elaboração e implementação de ações e políticas públicas são processos contínuos e em constante evolução. As discussões e mobilizações sociais, bem como a implementação de ações, sua avaliação e os diagnósticos territoriais, considerando suas vulnerabilidades e seus recursos, impactam constantemente na construção de alternativas de enfrentamento. É preciso compreender a execução de políticas públicas e das estratégias que as compõem como ações que carregam historicidade, mas que também são impactadas a todo momento pelos contextos sociais e culturais atuais.

Considerações Finais

A inserção da temática de violência sexual nas agendas formais públicas é muito recente, data das últimas três décadas. Como resultado, o processo de construção e elaboração de intervenções e ofertas é intensamente marcado por adaptações, revisões e atualizações

resultando em aprimoramento constante. Com a Doutrina de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, a rede de enfrentamento a violações de direitos foi ampliada e aprimorada. Entretanto, é possível observar que a articulação e a coordenação dos serviços intersetoriais ainda não são satisfatórias, resultando em encaminhamentos desencontrados ou repetidos e revitimização, já que as crianças, adolescentes e suas famílias podem ser solicitadas a recontar suas experiências em diversos locais, além da oferta de intervenções inadequadas (Hohendorff, 2015).

Diante disso, esse estudo teve por objetivo identificar e apresentar intervenções que podem ser utilizadas em políticas públicas no contexto brasileiro, ressaltando seus aspectos positivos e os desafios enfrentados. Observou-se que, embora haja limitações na atenção prestada nesses contextos, há também um grande esforço dirigido à elaboração e oferta de intervenções que abordem os impactos dessas violações. O concentrado número de artigos de alguns grupos de pesquisa indica o comprometimento desses pesquisadores com a realidade brasileira e com a busca por possibilidades e estratégias de enfrentamento que permitam lidar com o contexto nacional.

Alguns estudos presentes nesta revisão apontaram de forma evidente a importância de se considerarem questões de gênero nos processos de compreensão da violência ou nas propostas de intervenção voltadas às crianças, adolescentes e suas famílias (Barros et al., 2021; Cabral et al., 2008; Hohendorff et al., 2014). Dessa forma, percebe-se que discussões acerca do sexismo e lgbtfobia, em alguma medida, já constituem o conhecimento construído sobre violência sexual. Já as questões raciais não foram mencionadas em nenhuma das estratégias apresentadas. Assim, a compreensão de como o racismo opera nessas situações ainda é pouco explorada, embora documentos oficiais indiquem que crianças e adolescentes negras (pretas ou pardas) são as vítimas mais frequentes de violência sexual (Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018) e de violência doméstica de forma geral (Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos,

2020). É urgente que as questões raciais sejam abordadas de forma mais direta nos esforços de construção de conhecimento, enfrentamento e atenção às situações de violência sexual.

Por fim, ressalta-se que é importante que tais estratégias ultrapassem o âmbito acadêmico e possam ter lugar nos equipamentos e órgãos que executam as políticas públicas, auxiliando na efetivação de seus objetivos de promover saúde, qualidade de vida e proteção social a crianças, adolescentes e suas redes de cuidado familiares e comunitárias. A identificação de características e aspectos envolvidos na realização dessas intervenções, das diretrizes adotadas e das possibilidades de atenção é fundamental para a construção de ofertas efetivas e viáveis ao enfrentamento das violências sexuais, que são perpassadas por desigualdades sociais estruturais.

Referências

- Aromataris, E., & Munn, Z., (Eds). (2020). JBI Manual for Evidence Synthesis. JBI. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>
- Barros, A. S., Machado, V. M., & Silva, E. A. (2021). Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: Da situação-limite ao inédito-viável. *Revista de Educação Popular*, 20(1), 304-324. <https://doi.org/10.14393/REP-2021-54668>
- Boarati, M. C. B., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2009). Abuso sexual na infância: A vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 426-433. <https://cutt.ly/5BOU9By>
- Broseguini, G. B., & Iglesias, A. (2020). Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4991-5002. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>
- Cabral, A. G., Giese, J., Souza, M., & Toneli, M. J. F. (2008). Atenção a vitimizadores sexuais, suas vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis. *Extensio, Revista Eletrônica de Extensão*, 5(6). <https://doi.org/10.5007/%25x>

- Campos, J. (2016). Criança vítima de violência sexual - Recortes de um caso atendido na abordagem centrada na pessoa. *Psicólogo Informação*, 20(20), 25-47. <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v20n20p25-47>
- Chaves, E., & Costa, L. F. (2018). Doutrina da proteção integral e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 477-491. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4092>
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. (2013). Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. <https://cutt.ly/OLeSNzW>
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual (Edição revisada. 2ª ed). CFP. <https://cutt.ly/vBOIfrv>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). <https://cutt.ly/TLeDs7s>
- Costa, L. F., Almeida, T. M. C., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo multifamiliar: Espaço para escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 21-30. <https://cutt.ly/EBOIvI9>
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2005). O grupo multifamiliar como método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16(4), 121-146. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642005000300007>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. A., & Borba, N. F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 245-255. <https://cutt.ly/iBOITip>
- Decreto 9.603, de 10 de dezembro de 2018. (2018). Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. <https://cutt.ly/HLeDg0V>

- Domingues, D. F., & Costa, L. F. (2017). Adolescentes que cometeram ofensa sexual: Análise documental em processos judiciais. *Pensando Famílias*, 21(2), 15-27. <https://cutt.ly/BBOIPaf>
- Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso sexual infanto-juvenil: A atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 596-611. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300007>
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. T. S. (2001). Circuito e curtos-circuitos: Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal. Veras.
- Habigzang, L. F., Freitas, C. P. P., Hohendorff, J. V., & Koller, S. H. (2016). Cognitive-behavioral group therapy for girls victims of sexual violence in Brazil: Are there differences in effectiveness when applied by different groups of psychologists? Effectiveness of group therapy for girls victims of sexual violence. *Anales de Psicología*, 32(2), 433-440. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.32.2.213041>
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroehrer, F., & Koller, S. (2006). Grupos de terapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção. *Psicologia Clínica*, 18(2), 163-182. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200012>
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroehrer, F., & Koller, S. (2008). Avaliação de um modelo de intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(1), 67-76. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000100008>
- Habigzang, L. F., Stroehrer, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R. C., Ramos, M. S., & Koller, S. H. (2009). Grupos de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes

- vítimas de abuso sexual. *Revista de Saúde Pública*, 43(Supl. 1), 70-78.
<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000800011>
- Hohendorff, J. V. (2015). O que podemos aprender com o modelo de rede de proteção e de atendimento às crianças vítimas de violência a partir do modelo americano Children's Advocacy Center (CAC)? *Diaphora*, 4(2), 60-64. <https://cutt.ly/bBOIKuT>
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., Rodrigues, L. S., & Koller, S. H. (2012). Produção e utilização de um documentário sobre violência sexual contra meninos. *Psico*, 43(2), 228-236. <https://cutt.ly/NBOIM8J>
- Hohendorff, J. V., Koller, S. H., & Habigzang, L. F. (2015). Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: Panorama e alternativas de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703000202014>
- Hohendorff, J. V., & Patias, N. D. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*. 49(1). 239-257. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>
- Hohendorff, J. V., Salvador-Silva, R., Andrade, R., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 27(3), 424-433.
<https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427302>
- Krindges, C. A., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. *Estudos de Psicologia*, 35(3), 321-332. <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300010>
- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências. <https://cutt.ly/eLeDzty>

- Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009. (2009). Altera o Decreto-Lei no 2.848/1940 - Código Penal, a Lei no 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos e revoga a Lei no 2.252/1954, que trata de corrupção de menores. <https://cutt.ly/iLeDrUD>
- Lei 13.431, de 04 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). <https://cutt.ly/dLeDokP>
- Lucânia, E. R., Valério, N. I., Barison, S. Z. P., & Miyazaki, M. C. O. S. (2009). Intervenção cognitivo-comportamental em violência sexual: Estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 817-826. <https://cutt.ly/9BOI5BL>
- Manzan, F. R. A., Hueb, M. F. D., Santeiro, T. V., & Borges, M. A. P. (2021). Enfrentamento materno diante de violência sexual: Experiência grupal em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. *Refacs*, 9(1), 159-168. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5114>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The PRISMA Group. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA (T. F. Galvão, T. S. A. Pansani & D. Harrad, Trad.). *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Moreira, D. L., & Costa, L. F. (2021). Psychosocial intervention in sexual violence against children: Reflexivity and psychodramatic resource. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 29 (1), 16-25. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.21449>
- Nascimento, A. F., & Deslandes, S. F. (2016). A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 26(4), 1171-1191. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000400006>
- Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. (2020). Disque direitos humanos - Relatório 2019. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://cutt.ly/bLeS4IT>

- Pessoa, A. S. G., & Koller, S. H. (2017). Política de assistência social e formação inicial em psicologia: Articulações para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. In E. M. Rosa, & L. Z. Avellar (Orgs.). *Psicologia, Justiça e Direitos Humanos* (pp. 155-171). Juruá.
- Rossato, L., Santeiro, T. V., Barroso, S. M., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infantojuvenil: Revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 11(3), 297-309. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.113.02>
- Santos, G. R., Ponte, A. S., & Silva, T. F. (2021). Abuso sexual infantil: Impacto no comportamento da criança e perspectivas para a Terapia Ocupacional. *REFACS*, 9(Supl.2), 820-831. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i0.5667>
- Schneider, J. A., & Habigzang, L. F. (2016). Aplicação do programa cognitivo-comportamental superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: Estudos de caso. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(3), 543-556. <https://doi.org/10.12804/apl34.3.2016.08>
- Secretaria de Vigilância em Saúde. (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017 - Boletim epidemiológico. Ministério da Saúde. <https://cutt.ly/9LeDqr8>
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (2012). Norma Operacional Básica: NOB-SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://cutt.ly/6LeDC73>
- Silva, G. A., & Otta, E. (2014). Revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais em psicologia. *Revista Costarricense de Psicología*, 33(2), 137-153. <https://cutt.ly/qBOOiq1>

- Silva, R. A., & Teixeira, L. C. (2017). Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito. *Revista Subjetividades*, 17(3), 92-103. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.6955>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein* 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Sufredini, F., Moré, C. L. O., & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: Uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 9(2), 265-278. <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.92.11>
- Wolff, L. S., Oliveira, E. S., Marra, M. M., & Costa, L. F. (2016). O recurso psicodramático na intervenção com o autor de ofensa sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*. 24(2). <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20160020>
- World Health Organization. (2017). Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines. Geneva. <https://cutt.ly/IBOOheZ>
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

Manuscrito 2 - Enfrentamento à Violência Sexual: Reflexões a Partir da Atuação em um CREAS

Resumo

A violência sexual é um fenômeno complexo atravessado por diversas desigualdades sociais. A Política de Assistência Social, que promove proteção social, integra o Sistema de Garantia de Direitos que foi estruturado para lidar com as consequências desse tipo de violação. O objetivo deste estudo foi identificar fatores relacionados à ocorrência de violências sexuais, elementos presentes nas rotinas de atendimento e aspectos importantes para ações de formação, a partir da percepção de profissionais de CREAS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 profissionais que atuam nessas unidades e atendem a crianças, adolescentes e famílias que lidam com os impactos dessas situações. Identificaram-se fatores relacionados às dinâmicas dessas violações; aos impactos que afetam as trabalhadoras e aos recursos que utilizam e a questões relacionadas ao enfrentamento, atendimento e prevenção à violência sexual. Os resultados apresentados apontam que a ampliação de conhecimentos, informações e repertórios técnicos para as/os profissionais são instrumentos relevantes para a construção de práticas adequadas e eficazes nesse contexto.

Palavras-chaves: assistência social; violência sexual; atendimento psicossocial.

Abstract

Sexual violence is a complex phenomenon influenced by several social inequalities. The Social Assistance Policy, which promotes social protection, integrates the Rights Guarantee System, structured to deal with the consequences of this type of violation. The objective of this study was to identify factors related to the occurrence of sexual violence, elements present in service routines, and important aspects for training action, based on the perception of professionals in CREAS. Semi-structured interviews were conducted with 11 professionals, who assist children, adolescents, and families in these units, and deal with the impacts of these situations. This study also identified factors related to the dynamics of these violations; the impacts on workers; the resources used by these professionals; and issues related to confronting, treating, and preventing sexual violence. The results indicate that the expanding knowledge, information, and technical skills for professionals are relevant tools for developing appropriate and effective practices in this context.

Keywords: Social assistance; sexual violence; psychosocial assistance.

Violências sexuais, de acordo com a Lei 13.431/ 2017, são descritas como condutas ou ações que possam constranger crianças ou adolescentes a praticar ou testemunhar atos sexuais, incluindo a exposição de seus corpos em fotos ou vídeos por meios eletrônicos ou não. São violações graves, que expressam desrespeito à pessoa, seus direitos, sua integridade e seus limites (Marra & Costa, 2016).

As dinâmicas de violência sexual são atravessadas por diversas desigualdades sociais expressas no sexismo, no adultocentrismo, no racismo, entre outras (Ministério dos Direitos Humanos [MDH], 2018; Marchi et al., 2023). Essas desigualdades têm grande impacto nas relações sociais e podem resultar em ações que desumanizam as crianças e adolescentes, objetificando-as, retirando-as de seu lugar de sujeitos de direitos (Vieira, 2018) e restringindo sua autonomia. No enfrentamento a situações de violência, é importante considerar que se trata de fenômeno inscrito em relações sociais estabelecidas em padrões desiguais que envolvem abuso de poder (Bonfati & Gomes, 2019) e nada tem a ver com desejo e vivência da sexualidade (Viana & Sousa, 2014).

Considerando que esse tipo de violência não constitui fenômeno individualizado, foi fundamental o desenvolvimento de políticas públicas para viabilizar e fortalecer seu enfrentamento. Essa mobilização resultou na expansão do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), estruturado tanto para lidar com as consequências da ocorrência de situações de violência sexual, quanto para buscar a construção e execução de estratégias de prevenção. Assim, a Lei 13.431 (2017) e o Decreto 9.603 (2018) apresentam diretrizes para o enfrentamento a situações de violência abordando aspectos importantes como a organização do SGD e diretrizes para a escuta e acolhida nessas situações, consolidando novos paradigmas de atuação.

No âmbito da política pública de assistência social foi lançado um caderno indicando parâmetros e orientações para atuação observando as diretrizes previstas na nova legislação

(Ministério da Cidadania [MC], 2020). O documento reforça o papel de prevenção e atendimento às famílias que vivenciaram situações de violência e a busca pelo restabelecimento de condições de vida em contextos que favoreçam o desenvolvimento humano. Outros objetivos da política são: proteção social - garantia à vida, redução de danos e prevenção de riscos; vigilância socioassistencial - baseada na análise territorial das vulnerabilidades, ameaças e danos possíveis e da capacidade protetiva das famílias; e defesa de direitos - garantia de acesso aos direitos no âmbito das provisões socioassistenciais (MC, 2020).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atua no sentido de promover proteção social, que se referem a ações financiadas e de responsabilidade do Estado com intuito de enfrentar as desigualdades sociais que podem ser ocasionadas por omissões e ações do próprio Estado (Torres & Ferreira, 2019). Os profissionais que prestam atendimento a situações de violência no SUAS devem reconhecer as assimetrias e desigualdades envolvidas nesses contextos para que possam identificar, junto com os indivíduos e famílias, os recursos e potencialidades de que dispõem, seja em sua história de vida, na rede institucional que compõe o SGD ou em sua rede de apoio familiar e comunitária. O SUAS é, portanto, um recurso importante no enfrentamento a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quanto à organização, o SUAS é composto pela Proteção Social Básica (PSB) e pela Proteção Social Especial (PSE). A primeira tem foco no desenvolvimento de estratégias de prevenção para famílias em situação de vulnerabilidade por meio de intervenções que promovam sua autonomia e o fortalecimento de vínculos (Política Nacional de Assistência Social [PNAS], 2005). As ações da PSB são desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A PSE, por sua vez, desenvolve ações voltadas a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social ou pessoal em decorrência de violações de direitos como abandono,

maus tratos físicos ou psicológicos, trabalho infantil, violência sexual, entre outros (PNAS, 2005). No âmbito da PSE, são ofertadas ações de Média e Alta Complexidade. No primeiro grupo, estão serviços que prestam atendimentos a famílias e indivíduos que vivenciaram violações de direitos e precisam lidar com seus impactos. No entanto, seus vínculos sociais não foram rompidos. Essas ações são desenvolvidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) por meio de serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que permite o atendimento e acompanhamento dessas pessoas nos CREAS, e do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), que possibilita a identificação, o mapeamento e o atendimento a situações de risco e violências que ocorrem com pessoas em situação de rua (PNAS, 2005; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais [TNSS], 2014).

As ações de PSE de Alta Complexidade, se destinam a famílias e indivíduos com vínculos rompidos, sem referência ou que enfrentam situações de ameaça e precisam ser afastados de suas famílias e comunidade. São ações extremas e temporárias, que devem ser consideradas após todas as outras alternativas. No caso de crianças e adolescentes, elas podem ser realizadas por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, realizado em abrigos institucionais ou casas lares e do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que ocorre na casa de famílias previamente cadastradas para esse fim (PNAS, 2005; TNSS, 2014).

As ações de enfrentamento a violências sexuais no âmbito do SUAS perpassam os serviços de Proteção Social Básica e Especial. No âmbito da PSB, por exemplo, observa-se que crianças e adolescentes em situação de violência, negligência ou acolhimento institucional constituem público prioritário para inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], 2013). Da mesma forma, essa situação de violação ou risco, pode ocasionar inserção em serviços de acolhimento. No entanto,

a maior parte das ações voltadas a esse público ocorre nos CREAS, por meio do PAEFI, onde ocorreram as atividades desta pesquisa.

Neste estudo, objetivou-se identificar, a partir da percepção de profissionais de CREAS, aspectos relacionados a ocorrência de violências sexuais, elementos que impactam nas ações e rotinas de atendimento, bem como fatores importantes para compor ações formativas.

Método

Trata-se de pesquisa exploratória, transversal e qualitativa realizada com profissionais que atuam em CREAS de uma unidade federativa brasileira. Minayo (2017) salienta que estudos qualitativos se orientam pelo reconhecimento da intensidade dos fenômenos atentando-se a sua dimensão sociocultural evidenciada por meio de crenças, valores, opiniões, formas de relação, costumes e práticas.

Participantes

Neste estudo, foram entrevistadas 11 trabalhadoras com formação de nível superior, que atuam em unidades de CREAS do Distrito Federal e atendem a famílias em que crianças ou adolescentes vivenciaram situações de violência sexual. Todas as participantes são mulheres, com idades entre 25 e 63 anos, das quais três se autodeclararam brancas, três pretas e cinco pardas. No que se refere à formação, sete são assistentes sociais, três são psicólogas e uma é pedagoga. Dez das onze entrevistadas possuem algum tipo de pós-graduação. Quanto ao tempo de atuação no SUAS, cinco trabalham na política de assistência social há menos de dois anos e seis atuam nesse âmbito há mais de dez anos, sendo que sete atendem a situações de violência sexual há menos de dois anos e quatro fazem esse tipo de atendimento há mais de dez anos.

Foram utilizadas duas estratégias para contato com as profissionais e realização do convite para participação. A primeira foi a divulgação do estudo pela pesquisadora em atividades sobre o enfrentamento a violências contra crianças e adolescentes voltadas a essas

profissionais. Nessas oportunidades, foi disponibilizado o link de um formulário para preenchimento por pessoas que tivessem interesse e disponibilidade em participar. A segunda estratégia foi a realização do convite diretamente a trabalhadoras que prestam esse tipo de atendimento após contato com as/os gestoras/es das unidades de CREAS. Assim, as participantes foram selecionadas por conveniência.

Procedimentos e Instrumento

Após manifestação de interesse e disponibilidade em participar, as profissionais foram convidadas para uma entrevista semiestruturada que ocorreu por meio de videoconferência. Explicou-se de forma mais detalhada o objetivo da pesquisa e em que consistiria a participação da entrevistada, que era convidada a acessar um formulário online para anuência do termo de consentimento livre e esclarecido e do termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa, bem como, para responder às questões sociodemográficas. Após a leitura e anuência, as entrevistas foram realizadas e gravadas e ocorreram entre os meses de abril e junho de 2022.

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada que visava obter informações sobre a experiência das profissionais no atendimento a situações de violência sexual; rotinas de atendimentos de forma geral e também voltadas a atividades destinadas a crianças e adolescentes; fatores ou indicadores relacionados a esse tipo de violência; impactos desse tipo de atendimento para as profissionais; habilidades, conhecimentos ou posturas que consideram importantes para atuação nesse contexto e, por fim, conteúdos e fatores relevantes na elaboração e realização de atividades de capacitação e qualificação para lidar com essas questões. Ressalta-se que este estudo foi submetido à análise do comitê de ética por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE nº 51977721.7.0000.5540 e aprovado por meio do parecer 5.146.664.

Análise de Dados

Os encontros foram transcritos e a partir desse material foi realizada análise temática de acordo com as etapas apontadas por Braun e Clarke (2012). Foram realizadas leituras do material transcrito para familiarização com os dados e geração de códigos iniciais, buscando identificar trechos que pudessem exemplificá-los. Em seguida, por meio de novas leituras, buscou-se elaborar temas abrangentes a partir da combinação dos códigos. Por fim, realizou-se a revisão dos temas, observando se guardam homogeneidade interna e heterogeneidade externa, resultando na definição final das categorias e relato dos resultados (Souza, 2019).

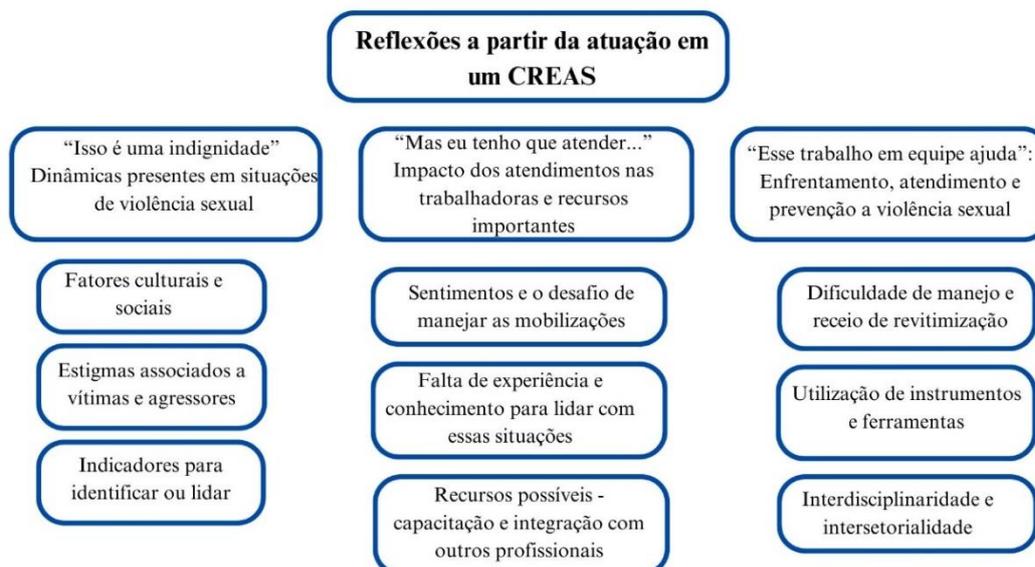
Resultados e Discussão

A partir do processo de análise, os resultados foram organizados em torno de três temas:

1. “Isso é uma indignidade”: Dinâmicas presentes em situações de violência sexual;
 2. “Mas eu tenho que atender...”: Impacto dos atendimentos nas trabalhadoras e recursos importantes;
 3. “Esse trabalho em equipe ajuda”: Enfrentamento, atendimento e prevenção a violência sexual.
- Para resguardar a identidade das entrevistadas elas serão identificadas com a letra E acompanhada de um número. A figura 1 apresenta um mapa mental dos temas abordados nesta análise.

Figura 1

Mapa mental dos temas analisados.



“Isso é uma indignidade”: Dinâmicas Presentes em Situações de Violência Sexual

Este tema reuniu aspectos relevantes para a compreensão da violência sexual em sua complexidade. Destacaram-se fatores culturais e sociais que perpassam essas situações e sua conceituação; os estigmas associados às vítimas e aos autores desse tipo de violação; e indicadores importantes para identificar ou lidar com essas questões, tais como, transgeracionalidade, polivitimização, co-ocorrência e alterações no cotidiano dessas crianças e adolescentes.

Foi possível observar a percepção de que a violência sexual é marcada pelo desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes, presente na invasão de seus corpos e intimidade, como apontado neste trecho: “Isso é uma indignidade, né, você tocar no corpo de uma pessoa que não permitiu que você tocasse no corpo dela...” (E2). Constatou-se, ainda, que tais situações são percebidas em sua complexidade, como um fenômeno que é atravessado por aspectos socioculturais: “essa violência ela está no seio da família, né, da forma como a gente se organiza em comunidade e da estrutura da sociedade. Então, não adianta a gente achar que atender essas pessoas depois da situação é suficiente.” (E4).

Algumas participantes evidenciaram que as desigualdades de poder perpassam essas situações e fragilizam os recursos protetivos da família e da comunidade, sobretudo questões de gênero e o adultocentrismo: “quando eu noto uma questão de gênero assim muito pesada, muito puxada, [...] algumas luzes já se acendem, não só para o abuso sexual, mas sim, sobretudo, para o abuso sexual.” (E3). Essa compreensão corrobora estudos que indicam que as violências intrafamiliares, dentre elas a sexual, são marcadas por diferenças hierarquizadas que expressam desigualdades sociais (MDH, 2018; Vieira, 2018).

A questão socioeconômica é fortemente indicada no contexto das entrevistas, mas a ocorrência de violência sexual não está relacionada à classe social. Ocorre que o acesso a serviços públicos, sobretudo da política de assistência social, é historicamente marcado por

vulnerabilidades econômicas. Há situações que ocorrem no contexto de famílias que dispõem de recursos para buscar outras formas de suporte e que acabam por não acessar os serviços públicos (Martins & Santos, 2022).

Observa-se uma apropriação do conceito mais abrangente de violência sexual, abarcando práticas diversas, como previsto nas legislações, documentos de orientação (Lei nº 13.431, 2017; World Health Organization [WHO], 2017) e apontado pela comunidade científica, indicando que esse tipo de violação vai além de contatos físicos e conjunção carnal. Entretanto, a ampliação deste conceito não ocorre, de acordo com as participantes, na compreensão das famílias atendidas acerca de acontecimentos que são considerados violações sexuais. Essa população ainda apresenta dificuldades para reconhecer algumas situações como agressivas e invasivas e, portanto, tem maior resistência em buscar ajuda, como apresentado a seguir: “Mas assim, o que eu percebo é que muitos não têm noção e a gente tinha que, é, esclarecer que aquilo é uma violência [...]” (E6).

A naturalização dessas situações está presente nas dinâmicas que sustentam o circuito das violências sexuais e contribui para o fortalecimento do mito de que esse fenômeno é raro devido ao baixo número de denúncias. Ao não reconhecerem essas ações como violentas, as crianças, adolescentes e suas famílias podem não as revelar ou não levar as notificações adiante. O estigma associado às vítimas desse tipo de violação pode ser outro fator que contribui para a subnotificação. Neste estudo, uma das participantes ressalta os mitos que indicam que crianças e adolescentes vítimas desse tipo de violências estão fatalmente associados a um destino de insucesso e fracasso: “É, nunca mais vai ser possível de recuperar, que é impossível, que é um desastre, né e que não é por aí [...]” (E4).

Outro dificultador para a revelação das situações de violência sexual apontado pelas participantes é o fato de que a maior parte dos casos ocorre dentro das residências, com agressores conhecidos e que mantêm vínculos com as crianças e adolescentes. Ainda houve

relatos que incorreram na patologização dos agressores: “Deve ter algumas patologias presentes dentro dessa situação, principalmente para quem é o agressor, né?” (E10).

Essa visão contribui para o fortalecimento do mito de que violências sexuais são raras e de que os agressores são facilmente reconhecidos em razão de comportamentos atípicos. É fundamental reconhecer os aspectos sociais e culturais que perpassam também a constituição dos autores de violência, tais como estímulos a iniciação sexual precoce, acesso à pornografia e identificação de situações de violência a que foram expostos ao longo da infância e adolescência e que constituem o ciclo dessas violações (Amorim et al., 2021). Esses aspectos reforçam uma sociabilidade fundada na naturalização de violências e nas desigualdades de poder.

A transgeracionalidade, a polivitimização e a co-ocorrência de violências no contexto intrafamiliar são outros fatores percebidos pelas participantes e que podem contribuir para a naturalização e o não reconhecimento das dinâmicas de violência sexual, como pode ser observado neste relato: “Acho que famílias que têm algum tipo de histórico de violências diversas, ou de negligência, pais que foram negligenciados, tipo assim, transgeracional, mas não necessariamente a violência sexual, todos os tipos de violência.” (E7).

A transgeracionalidade se refere a questões que são repassadas ao longo das gerações e que mantém padrões relacionais que podem ou não ser geradores de sofrimento ou violência (Sufredini et al., 2016). Ou seja, esse elemento não se relaciona apenas a situações de violação sexual, mas indica transmissões que podem fragilizar estratégias de cuidado e proteção resultando em fatores de risco e violências. A polivitimização é o fenômeno em que uma mesma pessoa é vítima de mais de um tipo de violência e fica exposta, portanto, ao acúmulo de seus impactos e consequências (Said & Costa, 2021).

Mudanças comportamentais e/ou sintomas relacionados à saúde mental que podem alertar para vivência de situações de violências, também foram mencionados, como insônia,

agressividade, comportamentos sexualizados ou erotizados, ideação suicida e isolamento social, corroborando estudos que indicam essas questões (Fontes et al., 2017; Platt et al., 2018).

“Mas eu tenho que atender...”: Impacto dos Atendimentos nas Trabalhadoras e Recursos Importantes

Esse tema integrou os impactos do cotidiano de atendimento para as profissionais. Os conteúdos versaram sobre os sentimentos e sensações, o desafio de perceber e manejar as sensibilizações advindas de suas vivências pessoais, a falta de experiência e conhecimento para atender esse público e os possíveis recursos para lidar com essas questões, tais como, capacitações e integração com outros profissionais.

Todas as trabalhadoras mencionaram dificuldades para abordar o tema, que é considerado sensível e delicado de lidar. Os relatos apontam que é uma demanda exigente e que pode provocar sensação de desgaste físico e emocional, além de desencadear sensações e sentimentos diversos, tais como, raiva, indignação, revolta, angústia e tristeza: “Às vezes, eu fico muito indignada assim, porque eu penso, poxa, aconteceu no meio da família [...] E aí me vem assim, um sentimento de angústia também, assim, de revolta.” (E10).

Algumas vivências pessoais foram apontadas como mobilizadoras nesse processo. A maternidade é uma delas. Parte das entrevistadas indicou que essa experiência promoveu maior sensibilidade diante da violência sexual. Alguns fatores apontados são a ampliação da percepção de que crianças são mais vulneráveis e tem elevado grau de dependência dos adultos para seus cuidados básicos, o medo após identificar que as situações de violência sexual ocorrem, em sua maioria no ambiente familiar e com pessoas de confiança e a identificação empática com o elevado nível de exigência sobre as mulheres a partir do exercício da maternidade.

Esses fatores demonstram como as questões de gênero também perpassam a subjetividade das trabalhadoras de forma complexa e arraigada. A experiência da maternidade

ocupa lugar central na vida das mulheres no contexto cultural ocidental. Zanello (2018) indica que o processo de subjetivação das mulheres é fortemente marcado pela tarefa de cuidar, compreendida não como uma obrigação ou trabalho, mas como um ato de afeto e de afirmação do lugar de feminilidade.

Duas entrevistadas chamaram atenção para a possibilidade de que profissionais possam já ter sido vítimas de violência sexual, como se observa no trecho: “Às vezes a gente tem, passou às vezes por algum trauma, alguma dificuldade. E aí é difícil mesmo, né, trabalhar com isso.” (E12). Considerando-se a alta prevalência desse tipo de situação, este aspecto deve ser observado no planejamento e organização de estratégias de atendimento e formação de profissionais. Este fator pode impactar na atenção a violações sexuais, seja por seu potencial mobilizador e paralisante, seja pela possibilidade de que também a trabalhadora ou equipe possa adotar concepções naturalizadas acerca da temática a partir de sua história de vida e seu contexto social.

As participantes indicaram dificuldades para se engajar nesse tipo de atendimento. O motivo relatado para estar nesse contexto de atenção foi a necessidade das famílias que acessam o serviço e necessitam da oferta, bem como a ausência de outras/os profissionais que possam realizar essa tarefa: “[...] não é um tema que eu gosto de atender, mas eu tenho que atender, porque a demanda tá batendo lá na porta [...]” (E9).

Essa mobilização é marcada também pelo medo, pelo receio e pela insegurança. A pouca experiência de algumas trabalhadoras que não tiveram questões relacionadas a violência abordadas em sua formação, acrescida da deficiência de processos de capacitação específicos (Nunes & Moraes, 2021), podem ser fatores centrais no desencadeamento de sensações paralisantes que dificultam os processos de atendimento. Algumas participantes indicam que essa preparação para lidar com tais questões permite a percepção das situações sob uma perspectiva diferente e evidencia outras possibilidades de intervenção: “E aí fui, e vi que não

era o que eu pensava. Falei ‘gente do céu, eu tava fazendo um bicho de 7 cabeças’, em algo que a gente pode fazer para ajudar, né? E mudar aquela realidade.” (E12).

A relevância de processos de formação para que a atenção a situações de violência seja cada vez mais eficiente é corroborada por diversos estudos (Martins & Santos, 2022; Nunes et al., 2019; Vieira et al., 2015) e também pela legislação (Lei nº 13.431, 2017). As participantes, no entanto, ressaltaram a necessidade de que esses processos sejam continuados e inseridos no cotidiano dos serviços para assegurar a participação das equipes: “[...] tem que ser estabelecido enquanto rotina de trabalho e capacitação continuada. Pra todos. E de qualidade.” (E3). A necessidade de que esses processos sejam pautados em atividades práticas e contextualizadas também foi ressaltada. Discussões de casos, supervisões, intervisões e o intercâmbio entre pessoas mais experientes e aquelas que estão iniciando os atendimentos são alguns dos aspectos importantes citados pelas participantes.

Recursos laborais ou pessoais são fundamentais para lidar com a demanda do trabalho, sobretudo, quando é tão complexa (Nunes et al., 2019). Os processos de troca em equipe e o fortalecimento de redes de apoio são fatores relevantes apontados também neste estudo: "Uma das coisas que eu aprendi muito nessa tarefa é não ficar sozinho, né, não ficar sozinho com a dúvida, é não ficar sozinho sem tentar expandir um pouco o horizonte [...]" (E3). O isolamento e o silêncio são elementos característicos das dinâmicas da violência sexual e que podem também afetar as equipes profissionais. Todas essas questões evidenciam que a coletivização dos fatores relacionados à violência sexual é importante no suporte planejado e elaborado às equipes de atendimento.

“Esse trabalho em equipe ajuda”: Enfrentamento, Atendimento e Prevenção a Violência Sexual

Neste tema, aspectos referentes ao cotidiano dos atendimentos a crianças, adolescentes que vivenciaram violência sexual e suas famílias foram ressaltados. Destacou-se a dificuldade

de manejo diante dessas situações e a preocupação com o fenômeno da revitimização. Alguns aspectos foram indicados como possibilidades para prevenir revitimizações, tais como, postura no momento dos atendimentos, disponibilidade de instrumentos e ferramentas técnicas, bem como preparo para sua utilização, e estratégias de integração baseadas em interdisciplinaridade e intersetorialidade.

Para o manejo diante dessas situações, as participantes apontaram a necessidade de cuidado para que as intervenções realizadas não resultassem em processo de revitimização, que consiste em abordagens institucionais em que crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, são submetidos a procedimentos desnecessários, fazendo com que revivam essas situações, como menciona uma das participantes: “Então, para mim, eu procuro não entrar nisso. Até pra não ser uma revitimização porque a gente não vai fazer nada com essa informação, né?” (E7).

Esse cuidado é tema do Decreto nº 9.603 de 2018. Assim, algumas profissionais indicam que não atendem diretamente às crianças e aos adolescentes ou não falam sobre as violências sofridas a fim de evitar esse fenômeno. Essa é uma preocupação essencial no contexto de atendimentos a situações de violência sexual. No entanto, as equipes de atendimento não devem ser captadas pelas dinâmicas características das violências sexuais que são entrelaçadas pelo silenciamento e segredo. É fundamental que se avalie se o não falar sobre a situação de violência é um recurso protetivo para as crianças e adolescentes ou parte dos desafios da equipe em lidar com um fenômeno que ainda é cercado por tabus.

Falar sobre as situações de violência não é, em si, um indício de revitimização. É importante, inclusive, a oferta de espaços seguros para que esse conteúdo seja acolhido e ressignificado. Marra (2016) salienta que promover a narrativa dessas histórias é permitir que elas se atualizem e que as famílias, crianças e adolescentes encontrem diante delas outras possibilidades. No entanto, aponta que tais espaços não podem ser atravessados por perguntas

constrangedoras ou busca por detalhes que atendam às curiosidades das/os profissionais. Uma participante indica a necessidade de avaliação crítica dessa questão: “sobre revitimização, e a gente tava assim, né, conversando sobre isso, assim. Até que ponto, o revitimizar ou o nem... negligenciar a violência, né? Tentar ponderar tudo isso.” (E8).

O enfrentamento a situações de violência sexual não está relacionado apenas a falar diretamente sobre essas experiências. Viabilizar espaços para tratar sobre fatores relacionados à proteção e prevenção é também abordar a violência e se constitui como ferramenta para lidar com as dificuldades que essas situações acarretam. Ampliar informações sobre dinâmicas dessas violações e cuidados com o próprio corpo promove estratégias de proteção e prevenção de reincidência e são práticas identificadas como importantes pelas profissionais que atuam junto a questão:

Então a gente começou a entender que era importante eles saberem sobre o corpo deles, né, é, ter noção do que era, do que eles poderiam consentir, do que não, e a gente começou a fazer esse trabalho com eles, né? (E12).

A preocupação com a não revitimização se apresentou, sobretudo, quando as entrevistadas se referem a atendimentos voltados a crianças e adolescentes. Salienta-se uma dificuldade para atenção a esse público, seja por despreparo, seja por compreender que a política pública de assistência social não dispõe de muitas ofertas para essa população.

A dificuldade de inclusão das crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, nos atendimentos que visam a promoção de proteção social, pode indicar que é possível que as desigualdades de poder que perpassam as violações atravessem também o planejamento, elaboração e execução dos serviços. Percebe-se uma visão fundamentada no adultocentrismo, que é caracterizado por assimetrias de poder de um adulto em relação a crianças que são vistas como indivíduos inferiores, frágeis e indignos de atenção (Vieira, 2018). Nesse sentido, crianças e adolescentes não são consideradas nas decisões referentes a suas próprias demandas

e podem ter suas falas invisibilizadas e descredibilizadas no processo de revelação e atendimento. As equipes profissionais que lidam com essas questões precisam estar atentas a esses aspectos, buscando alternativas para inserção e legitimação desse público.

A partir da escuta das profissionais que lidam com essas questões, destacam-se três aspectos que podem potencializar a efetividade desse tipo de atendimento e auxiliar na redução de condutas revitimizantes: a postura profissional adotada, o reconhecimento de diretrizes e ferramentas para realização de atendimentos e a adoção de estratégias de integração nesse contexto, como a articulação de atores que são fundamentais para esse enfrentamento.

Uma postura profissional que possa construir espaços acolhedores e de validação das demandas das pessoas é fundamental para uma oferta de atendimento adequada. Para o sucesso de intervenções, entrevistas e atividades, é fundamental a adoção de posturas de acolhimento e segurança (Childhood Brasil et al., 2020); o cuidado para a realização de uma escuta especializada ou qualificada, em que a/o profissional esteja acessível e respeite o tempo e o espaço das crianças ou adolescentes sem interpretações ou julgamentos morais (MC, 2020; Lei nº 13.431, 2017) e a construção conjunta das demandas com esses indivíduos (Silva & Teixeira, 2017).

O reconhecimento de diretrizes e de ferramentas metodológicas foi outro ponto relevante indicado. Foi possível identificar uma preocupação em atuar a partir dos pressupostos, diretrizes e objetivos estabelecidos no âmbito da política pública de assistência social: “E tentar entender se ela tem suporte, qual o suporte que ela tem, qual a rede de apoio, quais as seguranças que ela tem, né. A gente trabalhando dentro dos SUAS, quais as seguranças que ela tem ali afiançadas.” (E10).

Divulgar contribuições que a política pública de assistência social pode ofertar em contextos de violência sexual é importante para promover seu fortalecimento e viabilizar uma atuação mais coerente e direcionada por parte das equipes de trabalho. Alguns dos objetivos

importantes do SUAS nesses contextos são a atenção à proteção social e defesa de direitos, à função protetiva, o rompimento de padrões violadores de direitos, prevenção de reincidência e reparação de danos ocasionados pela vivência dessa violação (MC, 2020; TNSS, 2014).

É relevante a identificação e elaboração de ferramentas metodológicas que viabilizem o manejo e a construção de processos para alcançar esses objetivos. A falta de instrumentos, como planos de acompanhamento, foi indicada como uma questão dificultadora para realização de atendimentos: “Instrumentos de trabalho, é isso que eu sinto falta. Eu sinto falta de instrumentos de trabalho para orientar. Não que o nosso planejamento tem que ser fechado, né?” (E6).

Algumas ferramentas foram citadas pelas profissionais como facilitadoras dos processos de atendimento, tais como o genograma, o mapa de rede, recursos materiais, audiovisuais e lúdicos. Todos esses recursos podem ajudar a potencializar a escuta ativa e cuidadosa que também foi citada como procedimento importante por uma das participantes. Estudos apontam que elementos que facilitam a expressão de crianças e adolescentes vítimas de violência de sexual e suas famílias, tais como, jogos, estratégias lúdicas e dramatizações, são fundamentais, posto que é difícil para esse público transpor a barreira do silêncio também para participar de intervenções e atividades (Manzan et al., 2021; Moreira & Costa, 2021).

Outro recurso metodológico importante nesse contexto é a utilização de estratégias coletivas, como grupos e oficinas. Estudos tem apontado que atendimentos em grupo podem ser benéficos no contexto de situações de violência sexual por viabilizarem o compartilhamento de experiências entre pessoas que passaram pelas mesmas situações e proporcionar a redução de sentimento de culpa, o aumento na confiança e a identificação de que são situações que ocorrem no contexto social (Espindola & Batista, 2013). Participantes reconhecem a potencialidade dessas atividades, mas indicam certa dificuldade em sua realização, como a falta de preparação e deficiência de pessoal: “é algo que dá muito trabalho e como a gente não sente

total segurança para estar [...]. E é uma coisa que eu sinto muita falta, porque eu vejo que tem um resultado muito bom.” (E9).

Processos de integração, como as articulações em rede e o fortalecimento da interdisciplinaridade, foram muito mencionadas nas entrevistas. O isolamento é uma das características das situações de violência sexual e é fundamental que haja atenção para que os serviços e equipes não passem também a funcionar na lógica da separação e da fragmentação. Dessa forma, para lidar com a complexidade dessas situações, ressalta-se a importância das trocas entre as equipes, sobretudo, de forma interdisciplinar (Vieira, 2018).

Foram apontadas algumas dificuldades para a realização de práticas interdisciplinares, como número insuficiente de trabalhadoras/es e desconhecimento das atribuições de cada profissional. Ainda assim, foram citados aspectos benéficos acerca das trocas com outras pessoas da equipe, tais como, as possibilidades de compartilhar dificuldades, pensar estratégias de forma conjunta a partir de percepções e recursos diferentes e evitar a sobrecarga e a alienação do trabalho: “Então, esse trabalho em equipe ajuda bastante tanto para definir estratégias quanto para, é, diminuir a carga emocional e não afetar o meu trabalho, né, com, com aquela família.” (E6).

A atuação em rede também foi apontada como estratégia essencial para o enfrentamento a situações de violência sexual, corroborando estudos sobre o assunto (Broseguini & Iglesias, 2020; Chaves e Costa, 2018). Salientou-se, nesta pesquisa, que a troca de informações entre as instituições que atendem essas famílias pode permitir que sejam vistas sob uma perspectiva mais acolhedora e recebidas nos serviços de forma mais cuidadosa. Além disso, as participantes destacaram a sensação de alívio quando percebem que o processo de atenção é realizado de forma integrada e que a rede institucional está engajada. Uma entrevistada ressaltou fatores importantes e que podem tornar esse processo de articulação mais efetivo: “[...] redes locais,

que discutiam seus casos, de maneira mais, com mais proximidade, com mais reciprocidade, com mais responsabilidade de rede, esses casos eles caminhavam melhor [...]” (E3).

No entanto, a despeito dos notórios avanços que resultaram no estabelecimento e fortalecimento do SGD, como sua regulamentação em legislações (Lei nº 13.431, 2017; Decreto nº 9.603, 2018) e a indicação de que deve funcionar de forma integrada, ainda há muitos obstáculos no processo de articulação das instituições que o compõem. Alguns fatores podem ser apontados como dificuldades para o funcionamento efetivo das redes de proteção como falta de comunicação, articulação e planejamento, desconhecimento dos papéis desempenhados pelos órgãos e dos fluxos de atendimento (Broseguini & Iglesias, 2020). Para aprimorar a integração e o fortalecimento das redes institucionais, é importante a ampliação de aspectos como horizontalidade, comunicação assertiva e evidente e compartilhamento de responsabilidades a partir do reconhecimento de competências e atribuições (Chaves & Costa, 2018; Hohendorff et al., 2015). Isso evita a sobreposição de atuações entre os órgãos, permite melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, amplia possibilidades de atendimento a comunidade e pode reduzir os riscos de revitimização.

No que se refere à rede de proteção, é importante ressaltar que além da falta de acesso provocada pela desarticulação e fragmentação dos atendimentos, a precarização dos serviços com limitação de recursos humanos e estruturais, e a escassez de equipamentos constituem desafios para promoção e efetivação de proteção social: “Então eu acho que essa falta de estrutura pra essa mãe conseguir proteger e criar esses filhos.” (E9). É imprescindível que sejam asseguradas políticas públicas fundamentais para dar suporte às famílias de crianças e adolescentes, tais como educação, com creche e ensino integral, saúde, com acesso a acompanhamento básico, inserção em mercado de trabalho, entre outras.

Considerações Finais

A violência sexual é um fenômeno que ocorre no cotidiano de uma sociedade atravessada por desigualdades sociais e por uma cultura que naturaliza agressões e objetifica crianças e adolescentes. Este estudo abordou questões que podem auxiliar no processo de desnaturalização e viabilizar a identificação das agressões sexuais.

Uma limitação que pode ser destacada nesse estudo, é o fato de o processo de entrevistas não abordar questões de gênero, classe e, sobretudo, raça no que se refere à realidade de crianças e adolescentes. Aspectos relacionados a dinâmicas de gênero foram apontados pelas participantes quando debatendo sobre a violência sexual e questões socioeconômicas foram relacionadas às famílias que acessam a política de assistência social. No entanto, foram pouco direcionadas à reflexão sobre infância e adolescência e as questões raciais não foram mencionadas. Isso pode ter ocorrido em razão de o instrumento adotado não promover discussões direcionadas a debates capazes de abarcar a diversidade da realidade de crianças e adolescentes. Este é um ponto importante a ser observado na confecção de instrumentos e elaboração de procedimentos para estudos futuros.

Os resultados apresentados apontam que a ampliação de conhecimentos, informações e repertórios técnicos para as/os profissionais são ferramentas relevantes para a construção de práticas adequadas e eficazes para lidar com os impactos das situações de violência sexual e possibilitar a prevenção de sua ocorrência. Identificou-se que é importante promover o reconhecimento de fatores comuns em dinâmicas de situações de violência sexual, ampliar recursos para lidar com os impactos para quem atua com essas questões e fortalecer aspectos essenciais nos processos de atendimento e manejo, tais como postura, repertório técnico e integração.

Os processos de educação permanente devem buscar a diversificação de estratégias para que sejam ofertas mais contextualizadas e consistentes, tais como, investimento em

instrumentos teóricos e práticos, incentivo a trocas entre profissionais, utilização de tecnologias sociais reconhecidas e efetivas, supervisão realizada por profissionais capacitadas/os, o reconhecimento dos objetivos da oferta de cada política pública para potencializar os trabalhos em rede integrada e atenção a posturas de atendimento adequadas em situações de violência sexual.

Por fim, ressalta-se que a discussão sobre enfrentamento a situações de violência sexual não pode ficar restrita às estratégias de atendimento com foco nas famílias que vivenciaram tais situações, mas precisam ser ampliadas e pensadas em termos de estratégias políticas integradas e abrangentes. É fundamental que sejam empenhados esforços e mobilização para que a questão do enfrentamento a essas situações permaneça nas pautas e discussões de agendas públicas viabilizando a construção de estratégias consolidadas e integradas.

Referências

- Amorim, M. S. C., Tavares, A. S., Wolff, L. S., & Costa, L. F. (2021). Violências familiar e social na vida do adulto autor de violência sexual. *Pensando famílias*, 25(2), 176-194. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v25n2/v25n2a13.pdf>
- Bonfati, A. L., & Gomes, A. R. (2019). Violência sexual contra meninas: infâncias diante do desamparo em uma sociedade heteropatriarcal. In A. A. Silva, A. L. G. Faria, & D. Finco (Orgs.). *“Isso aí é rachismo!” Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras*. (pp. 179-202). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Braun, V. & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. In: Cooper, H.; Camic, P. M.; Long, D. L.; Panter, A. T.; Rindskopf, D. & Sher, K. J. (Eds.) *APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological*. American Psychological Association.

- Broseguini, G. B. & Iglesias, A. (2020). Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4991-5002. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>
- Chaves, E., & Costa, L. F. (2018). Doutrina da proteção integral e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 477-491. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4092>
- Childhood Brasil, Conselho Nacional de Justiça [CNJ], Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF] (2020). *Protocolo brasileiro de entrevista forense com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência*. São Paulo e Brasília: Childhood - Instituto WCF-Brasil.
- Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. Resolução 01, 21 de fevereiro de 2013. <https://cutt.ly/TwcaQGIf>
- Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. Resolução nº 109, 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. <https://cutt.ly/ZwcaQVLf>
- Decreto 9.603, de 10 de dezembro de 2018. (2018). Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. <https://cutt.ly/HLeDg0V>
- Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso sexual infanto-juvenil: A atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 596-611. https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300007_1
- Fontes, L. F. C., Conceição, O. C., & Machado, S. (2017). Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2919-2928. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11042017>

- Hohendorff, J. V., Koller, S. H., & Habigzang, L. F. (2015). Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: Panorama e alternativas de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000202014>
- Lei 13.431, de 04 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. <https://cutt.ly/dLeDokP>
- Manzan, F. R. A., Hueb, M. F. D., Santeiro, T. V., & Borges, M. A. P. (2021). Enfrentamento materno diante de violência sexual: Experiência grupal em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. *Refacs*, 9(1), 159-168. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5114>
- Marchi, G. S. S., Alves, P. B., & Ribeiro, R. K. S. M. (2023). Gênero e violência sexual contra crianças: um debate sobre relações de poder. *Interação em Psicologia*, 27(2), 346-355. <https://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i3.92830>
- Marra, M. M. (2016). *Conversas criativas e abuso sexual: Uma proposta para atendimento psicossocial*. São Paulo: Ágora
- Marra, M. M. & Costa, L. F. (2016). Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS. *Revista Subjetividades, Fortaleza*, 16(2), 105-116. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.2.105-116>
- Martins, J. S. & Santos, D. K. (2022). atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: percepções de psicólogas de um CREAS/PAEFI. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42 e233520, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233520>
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e Controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 01-12. <https://www.researchgate.net/publication/315756131>

- Ministério da Cidadania [MC]. (2020). *Parâmetros de atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania. <https://cutt.ly/Mwcan3JX>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF. <https://cutt.ly/XwcamaSw>
- Ministério dos Direitos Humanos [MDH]. (2018) *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas*. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos. <https://cutt.ly/xwcamcZV>
- Moreira, D. L., & Costa, L. F. (2021). Psychosocial intervention in sexual violence against children: Reflexivity and psychodramatic resource. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 29 (1), 16-25. https://doi.org/10.15329/2318-0498.21449_1
- Nunes, M. C. A., Lira, A. N., & Morais, N. A. (2019). Cluster de Engajamento e Satisfação de Profissionais da Rede contra a Violência Sexual Infantojuvenil. *Avaliação Psicológica*. 18(4), 352-361. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18734.03>
- Nunes, M. C. A., & Morais, N. A. (2021). Práticas Profissionais relacionadas às Demandas de Violência Sexual: Revisão de Literatura Nacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 41, e227527, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003227527>
- Platt, V. B., Back, I. C., Hauschild, D. B. & Guedert, J. M. (2018). Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(4), 1019-1031. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>
- Said, A. P., & Costa, L. F. (2021). Atuação profissional no atendimento às vítimas de violências do sexo masculino: complexidade invisibilizadas e ambiguidades. *Research, Society and Development*, 10(2), 1-16. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12920>

- Silva, R. A., & Teixeira, L. C. (2017). Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito. *Revista Subjetividades*, 17(3), 92-103. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.6955> 1
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 71(2). 51-67.
- Sufredini, F., Moré, C. L. O., & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: Uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 9(2), 265-278. <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.92.11>
- Torres, A. S. & Ferreira, S. S. (2019). Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais. *O social em Questão*, 45, 279-302.
- Viana, A. J. B & Sousa, E. S. S. (2014). O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. *Revista Ciências Sociais*, 45(2), 155-183.
- Vieira, L. J. E. S., Silva, R. M., Cavalcanti, L. F. & Deslandes, S. F. (2015). Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11), 3407-3616. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.205120141>
- Vieira, M. S. (2018). Violência Sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento. *Revista Libertas*, 18(2), 101-116.
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
- World Health Organization. (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines*. Geneva. <https://cutt.ly/IBOOheZ>

Manuscrito 3 - A formação profissional como processo de trabalho: construindo estratégias de qualificação³

Resumo

O enfrentamento a situações de violência sexual no âmbito das políticas públicas requer o desenvolvimento de estratégias viáveis e adequadas. Para a efetivação dessas ofertas é importante o investimento em qualificação e valorização das/os trabalhadoras. A proposta deste estudo foi o desenvolvimento de uma formação voltada para profissionais do SUAS que realizam atendimento a crianças, adolescentes e suas/seus cuidadoras/es que lidam com impactos de violência sexual. Para essa elaboração foi adotado o modelo EPIS (Exploração, Preparação, Implementação e Sustentação). A etapa de exploração se referiu à análise de necessidades que foi realizada a partir de uma revisão integrativa de literatura, de entrevistas com o grupo de interesse e de consulta às normativas da política. Na preparação foram identificadas barreiras ou facilitadores para implementação e planejadas estratégias para suporte, bem como foi elaborada a estrutura para a formação. A implementação se refere à execução da ação. E a sustentação visa identificar questões importantes e verificar se a intervenção alcançou seus objetivos adequando-a, se necessário. Esse tipo de construção permite a busca por processos mais participativos e centralizados nas/nos trabalhadoras e em suas experiências, o que propicia a qualificação dos serviços, mas também a construção de estratégias que fortaleçam coletivamente equipes e profissionais.

Palavras-chaves: Educação permanente, violência sexual, assistência social, desenvolvimento de intervenção

³ Parte deste manuscrito foi submetido para compor um capítulo de livro.

Abstract

Coping with situations of sexual violence within public policies requires the development of viable and appropriate strategies. To effectively implement these initiatives, it is crucial to invest in the qualification and appreciation of workers. The purpose of this study was to develop training specifically for professionals in the SUAS who assist children, adolescents, and the caregivers who deal with the impacts of sexual violence. The study adopted the EPIS framework (Exploration, Preparation, Implementation, and Sustainment). The exploration phase referred to the needs evaluation, conducted through an integrative literature review, interviews with the target group, and consultation of policy guidelines. In the preparation phase, barriers or facilitators for implementation were identified, strategies for support were planned, and the structure for training action was developed. The implementation phase refers to the execution of the action. The sustainment phase aims to identify crucial issues and verify whether the intervention achieved its objectives, adjusting it, if necessary. This type of construction allows for more participatory and worker-centered processes and their experiences, which provides services' qualification and strategies that collectively strengthen teams and professionals.

Keywords: Continuing education, sexual violence, social assistance, intervention development

A promulgação da Constituição Federal de 1988 é parte de um contexto de discussões e elaborações que marcam uma mudança de paradigmas no âmbito das políticas públicas sociais e impactou também as estratégias de cuidado e atenção voltadas à infância e adolescência, como a elaboração do ECA e o fortalecimento da Doutrina de Proteção Integral. Isso gerou desenvolvimento e reformulação de órgãos, serviços, políticas e outros recursos para o enfrentamento de situações de risco social e violências contra essa população, inclusive, violência sexual.

Ainda que esses avanços tenham contribuído para ampliar e articular o processo de atenção às vítimas e testemunhas de violência e de responsabilização dos agressores, o envolvimento dos diversos órgãos nestes processos faz com que crianças, adolescentes e suas famílias percorram um longo circuito e sejam atendidas, entrevistadas e abordadas em locais diferentes com objetivos e atribuições distintas. Hohendorff (2015) aponta que crianças e adolescentes que vivenciaram tais situações serão encaminhadas a, no mínimo, seis serviços distintos em que podem ocorrer ofertas desarticuladas e/ou repetidas e salienta que esse percurso pode resultar em revitimização e não em proteção desse público. Indica, ainda, que o momento da revelação de violências sexuais é crítico para essas famílias e é fundamental que os órgãos de atenção ofereçam ações que possam dirimir essa crise e restaurar o bem estar dessas pessoas. Entretanto, é possível que em cada um desses locais, a criança ou adolescente seja exposta/o solicitando-se que fale mais uma vez sobre a violência sofrida (Pelisoli et. al, 2014).

O desconhecimento dos objetivos e atribuições dos diversos órgãos que compõem esse sistema, pode ser um dos motivos dessa sobreposição de atividades. Nesse contexto, essa rede que deveria ser recursiva e oferecer proteção pode se tornar um fator de sobrecarga para as crianças, adolescentes e suas/seus cuidadoras/es que tem que lidar com a desarticulação de ações e encaminhamentos. Para que haja o reconhecimento dos objetivos de cada política

pública e suas possibilidades de oferta, é fundamental o desenvolvimento de ações de formação profissional e o fortalecimento das políticas de educação permanente já estabelecidas. Além disso, capacitação para atuação em contextos de violência sexual é compreendida como ação estratégica e fundamental (Damásio et.al, 2014; Deslandes et. al, 2015; Vieira et. al, 2015) já que essas situações são perpassadas por dinâmicas complexas fundadas em desigualdades sociais e disparidades de poder.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) integra o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) com intuito de atuar no enfrentamento a situações de violação contra crianças e adolescentes e oferecer proteção social a essas famílias. Esta política também avançou em seu processo de institucionalização nas últimas décadas o que viabilizou a implementação de uma rede de equipamentos com capilaridade territorial ampliando o acesso a serviços, o fomento à abertura de espaços para organização de recursos humanos e de orçamento específico para seu financiamento (Jaccoud et. al, 2017). Essa estruturação e organização como sistema, com financiamento assegurado, gestão descentralizada e controle social busca retirá-la de seu histórico marcado por práticas assistencialistas, descontinuadas e caritativas.

Compreende-se que para consolidação deste sistema e oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais a partir do paradigma de garantia de direitos é fundamental a qualificação, valorização dos trabalhadores desta política e profissionalização dos processos de trabalho (Pinelli & Albuquerque, 2020; Torres & Ferreira, 2019). Com intuito de nortear os processos de qualificação, tão fundamentais no contexto do SUAS, foi instituída em 2013, a partir de mobilizações sociais e processos conferenciais, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS. A educação permanente, nesse contexto, é compreendida como um processo de atualização contínua de conceitos, práticas e atitudes, relacionando-as a aspectos históricos e não restrita a procedimentos de transmissão de conhecimentos. Não se trata, portanto, de educação formal, mas abarca a formação pessoal considerando as/os

trabalhadoras/es como sujeitos ativos na construção de conhecimentos, procedimentos e soluções, ressaltando a consciência crítica comprometida com a responsabilidade pela atenção às demandas das populações atendidas (Pinelli & Albuquerque, 2020; PNEP, 2013).

Nesse sentido, é importante considerar que as atuações profissionais, assim como as situações de violência, não se desenvolvem no vácuo e são perpassadas por aspectos históricos, culturais e sociais. É fundamental, como apontado na PNEP, a construção de espaços para o desenvolvimento de autonomia, visão crítica e responsabilização das equipes profissionais viabilizando mudanças nas práticas e nos processos de trabalho. O não reconhecimento por parte de trabalhadoras/es do SUAS do contexto sociohistórico e econômico em que sua atuação ocorre ou sua alienação quanto a seu significado ético e político pode ser prejudicial à oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais (PNEP, 2013). Indica-se que os processos de educação permanente são pautados nos princípios de interdisciplinaridade, historicidade e aprendizagem significativa (Pinelli & Albuquerque, 2020).

Observa-se, portanto, a relevância de buscar intervenções e práticas para o combate da violência sexual, alinhadas com o compromisso ético e político, que considere o enfrentamento dos aspectos estruturais que perpassam essas situações, não apenas voltadas a crianças, adolescentes e suas famílias, mas também às/aos profissionais que lidam com essa população. É inviável desenvolver ações, intervenções e protocolos de atenção a violência sexual para aplicação no contexto do SUAS, desconsiderando inicialmente que as/os profissionais que vão executá-las também estão expostas/os e tem sua subjetividade atravessada pelas desigualdades e assimetrias presentes em nossa sociedade. O não reconhecimento dessa premissa pode resultar em práticas fragmentadas, ajustadoras e desconectadas da realidade. Pode ser contraditório esperar práticas que promovam às/aos usuárias/os autonomia e reconhecimento crítico de sua realidade, se as/os profissionais não dispõem de espaço para identificar sua

própria condição de trabalhadora ou trabalhador do SUAS e refletir sobre suas possibilidades de atuação.

O desenvolvimento da consciência crítica é apontado como fator relevante por Woods-Jaeger et. al (2021) nas práticas em saúde pública e enfrentamento a desigualdades. Os autores ressaltam que componentes como reflexão e ação social, presentes nessa conscientização, viabilizam a identificação de aspectos que podem, de fato, impactar sistemas e atender a demandas por uma educação transformadora de profissionais de saúde.

Diante disso, a proposta deste estudo é o desenvolvimento de uma formação voltada para as/os trabalhadoras/es do SUAS que realizam atendimento a crianças, adolescentes e suas/seus cuidadoras/es que lidam com impactos de situações de violência sexual. Ressalta-se, contudo, que é necessário que uma intervenção desta natureza não sirva a culpabilização de trabalhadoras/es pela não efetivação dos direitos socioassistenciais. As dificuldades que atravessam o processo de consolidação do SUAS enquanto política pública são marcadas pela precarização dos serviços com a falta de infraestrutura e/ou de recursos humanos, cortes orçamentários, entre outras questões. No entanto, intervenções desse tipo podem contribuir para que essas/es profissionais ampliem sua compreensão acerca dos contextos em que vivenciam sua atuação e aprimorem os mecanismos de participação nos processos de planejamento e controle social que podem incidir em seu ambiente de trabalho.

Construindo uma proposta de formação

O desenvolvimento de intervenções que sejam adequadas às demandas e viáveis para adoção em contextos de escassez de recursos humanos e de infraestrutura, como é o caso das políticas públicas no Brasil, é um grande desafio. É fundamental a busca por estratégias que visem reduzir a distância entre as teorias e evidências científicas e a execução de políticas e programas públicos que atendam às demandas da população. Para que isso ocorra, os recursos científicos precisam ser apresentados e percebidos como úteis, com qualidade, disponíveis e

passíveis de adaptação às decisões e necessidades daquelas/es que vão utilizá-los cotidianamente (Cacari-Stone et. al, 2014). Diante disso, é importante que no processo de análise de necessidades e desenvolvimento de intervenções sejam adotadas estratégias que possibilitem a participação de atores envolvidos nas questões estudadas com intuito de ampliar a compreensão das demandas e aprimorar a identificação de soluções adequadas para essas questões (Hawkins et. al, 2017).

O desenvolvimento de tecnologias sociais, ou seja, ferramentas com potencial para auxiliar na solução de problemas sociais deve contar com o envolvimento dos atores em seu processo de construção (Neves & Lordello, 2022). Isso pode torná-las mais adequadas às realidades em que se pretende aplicá-las sem desconsiderar a adoção de ações e intervenções que observem tanto evidências científicas consolidadas como a expertise da população acerca de suas próprias demandas.

Com intuito de promover a construção de intervenções de forma mais consistente, uma série de modelos para desenvolvimento dessas ações tem sido desenvolvidos apontando procedimentos que auxiliam no direcionamento desse processo e sistematizam suas etapas. O modelo EPIS (Exploração, Preparação, Implementação e Sustentação) tem sido indicado para construção de intervenções em contextos de políticas públicas por abarcar a complexidade dos diversos fatores envolvidos nessas realidades e as diferentes etapas do processo, desde a identificação de necessidades até a avaliação, passando por sua preparação e implementação (Moulin et al., 2019). O modelo permite a adoção de uma perspectiva ampla e integrada com análise dos processos interventivos e se baseia em quatro componentes importantes: 1. as fases do modelo (exploração, preparação, implementação e sustentação); 2. a articulação entre os fatores internos e externos presentes e a observação de possibilidades de adaptações ao longo do processo; 3. a relação entre os objetivos elencados e as práticas inovadoras, buscando a manutenção das metas a despeito das adaptações necessárias; e 4. o que é chamado de “pontes

de sentido”, ou seja, reconhecer as conexões entre fatores internos e externos e as estratégias para lidar com suas potencialidades e barreiras (Moulin et al., 2019; Neves & Lordello, 2022). A seguir, são indicados os procedimentos realizados, neste estudo, a partir das fases do modelo EPIS.

Exploração

Essa fase visa identificar as demandas por meio de análise de necessidades e observar as alternativas disponíveis para respondê-las (Moulin, 2019). Três procedimentos foram adotados com intuito de realizar esse levantamento de demanda: revisão integrativa da literatura, coleta com grupo de interesse e consulta às normativas.

Revisão Integrativa de Literatura

Esta etapa teve como objetivo identificar aspectos técnicos, metodológicos e éticos de intervenções voltadas a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, no âmbito de políticas públicas no Brasil. O estudo coletou dados de 18 artigos referentes a intervenções destinadas a esse público e identificou questões que podem atuar como facilitadoras ou dificultadoras para ações desse tipo.

Entre os aspectos facilitadores pode-se indicar a importância do investimento em fortalecimento de vínculos e redes sociais; a utilização de atividades psicoeducativas ou socioeducativas; o emprego de estratégias e técnicas diversas para facilitar a expressão das pessoas atendidas; os benefícios de intervenções realizadas em grupo; a necessidade de construção de espaços seguros de fala e adoção de postura profissional adequada; e a promoção de reflexões sobre planos e compromissos futuros. Entre as questões dificultadoras destacam-se a falta de infraestrutura e recursos humanos; a falta de capacitações e de abordagens que observem as questões estruturais que perpassam essas violências e que reforçam ou provocam desigualdades sociais; além da falta de acesso a outras políticas públicas (Pinho & Lordello, 2023).

Outras questões importantes ressaltadas dizem respeito ao benefício de atendimento a outros membros da família, não apenas às crianças e adolescentes, em razão de que esse grupo também sofre impactos advindos dessa situação e pode ser provedor de cuidados e suporte social. Por fim, destacou-se a importância de que os objetivos e possibilidades de oferta de cada política pública sejam evidenciados com intuito de evitar sobreposição de ações, utilização inadequada de recursos públicos e sobrecarga ou revitimização das famílias. Essa etapa do estudo foi apresentada no manuscrito 1 desta tese.

Entrevistas com grupo de interesse

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 profissionais que atuam em unidades de Centros de Referência Especializados de Assistência Social do Distrito Federal (CREAS). O procedimento tinha por objetivo obter informações sobre a experiência das profissionais em relação à atenção a situações de violência sexual; rotinas e atividades de atendimento voltadas à crianças e adolescentes e suas famílias; fatores ou indicadores relacionados a esse tipo de violência; impacto desses atendimentos nas profissionais; habilidades, posturas e conhecimentos que julgam importantes para atuação nesse contexto e fatores que identificam como relevantes em atividades de capacitação e qualificação para lidar com essas situações.

A partir da análise de dados, os resultados foram categorizados em temáticas relacionadas às dinâmicas da violência sexual; impactos dos atendimentos a essas situações para as trabalhadoras; e de aspectos relacionados aos atendimentos e prevenção à revitimização. No que se refere às dinâmicas de violência, identificou-se que as participantes apresentam uma perspectiva abrangente dos conceitos de violência, mas há necessidade de abordar aspectos que sustentam as naturalizações e estigmas que perpassam essas situações. Foram apontados como importantes a serem abordadas questões referentes aos agressores, aos fatores socioculturais e às dinâmicas de transgeracionalidade e polivitimização. Acerca dos

impactos para as trabalhadoras, destacou-se o desafio de lidar com essas mobilizações, sobretudo as geradas por vivências pessoais que atravessam o cotidiano, e a falta de experiência e conhecimentos para lidar com essas questões. A realização de capacitações pautadas em aspectos teóricos e questões práticas e a integração com outras/os profissionais foram destacadas como possíveis recursos nesses contextos.

Por fim, acerca dos atendimentos e perspectivas de prevenção, observou-se a indicação de dificuldades para o manejo do atendimento a crianças e adolescentes e a preocupação com processos revitimizantes. Recursos como postura adequada, disponibilidade de instrumentos e ferramentas técnicas, preparo para sua utilização e estratégias de integração baseadas em interdisciplinaridade e intersetorialidade foram indicados como importantes para lidar com essas questões. Esta etapa do estudo foi apresentada com maiores detalhes no manuscrito 2 desta tese.

Consulta a dispositivos orientadores

Foram consultados documentos que apresentam diretrizes para a política pública de assistência social e à política de enfrentamento a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A Política Nacional de Educação Permanente (PNEP, 2013) tem por objetivo orientar o processo de qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS. O documento indica que as formações ofertadas neste âmbito devem buscar adotar o conceito de competência considerando sua tridimensionalidade, observando questões técnicas (habilidades e metodologias), éticas (conhecimentos e conceitos) e políticas (postura adequada e atitudes). Esse aspecto é fundamental para que os processos de capacitação não ocorram descolados da realidade e dos contextos históricos e políticos que perpassam as situações atendidas por essa política.

Ressalta ainda a relevância de que tais ações sejam elaboradas a partir de diagnósticos das necessidades dos serviços, observando as questões que surgem a partir dos processos de trabalho visando a elaboração de práticas mais adequadas ao paradigma atual do SUAS, baseado na garantia de direitos. Por fim, outro aspecto importante salientado neste documento, é a realização de supervisões técnicas que reúnam profissionais de diferentes funções e níveis de formação para viabilizar o aproveitamento de sua experiência e seus conhecimentos, bem como promover sua integração (PNEP, 2013).

Foi consultada também a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2012) que disciplina a gestão e implementação pública desta política no território brasileiro. Este documento apresenta as seguranças que devem ser afiançadas pelo SUAS e que direcionam a oferta de seus serviços e benefícios, quais sejam: segurança de acolhida; segurança de renda; segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social; segurança de desenvolvimento de autonomia; e segurança de apoio e auxílio. Esses aspectos são fundamentais para caracterizar a ação da política de assistência social e foram considerados para a elaboração desta intervenção.

Outro importante documento para o atendimento a situações de violência contra crianças e adolescentes no âmbito do SUAS é o caderno Parâmetros de Atuação do Sistema Único de Assistência Social no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência (Ministério da Cidadania [MC], 2020). Este documento tem como objetivo evidenciar as atribuições da política de assistência social no SGD, especialmente no que concerne à escuta e acolhida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no contexto do SUAS. Indica parâmetros e ações importantes para oferta de atenção que promova escuta qualificada e cuidadosa e evite revitimização dessa população e que devem ser considerados em atividades de formação. Esses fatores são: acolhida da revelação espontânea, que reforça postura de confiança e acessibilidade para o

público; escuta do livre relato, ressaltando postura de não julgamento ou constrangimento; informar à criança ou adolescente dos possíveis desdobramentos da revelação, como encaminhamentos a outros órgãos ou comunicação com pessoas de confiança com objetivo de preservação do vínculo; identificação de demandas ou cuidados imediatos e urgentes; relato imediato à equipe de referência; comunicação ao conselho tutelar e encaminhamento para acompanhamento especializado no CREAS.

Foram consideradas ainda a Lei nº 13.431/2017 e o Decreto nº 9.603/2018 que alteram o paradigma da escuta e da atenção a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Estes dispositivos estabelecem aspectos importantes para a prevenção de situações de revitimização, como o destaque ao Sistema de Garantia de Direitos e a mudança de perspectivas sobre a atenção e escuta direcionadas a esse público. Salientam o compromisso com a busca por ofertas mais efetivas a partir da articulação do SGD, ressaltando a integração, a corresponsabilidade e a horizontalidade. Além disso, indicam como devem ser realizadas ações que envolvem o atendimento a crianças e adolescentes, tais como o depoimento especial e a escuta especializada, destacando aspectos como a postura adequada e os objetivos de cada procedimento. A Figura 1 indica os aspectos levantados nessa etapa e que contribuiram para o desenvolvimento da intervenção proposta.

Figura 1

Resultados da etapa de exploração.

Exploração



Preparação

Nesta etapa, o intuito é identificar barreiras ou facilitadores para a implementação e planejar seu suporte, evidenciando que sua utilização pode ser benéfica para aquele contexto (Moulin, 2019). Também nesta fase é realizada a elaboração de uma estrutura que servirá de base para o desenvolvimento das ações (Neves & Lordello, 2022).

A partir da análise de necessidades realizada na etapa anterior, elaborou-se proposta de formação para profissionais que atuam nos CREAS e que atendem crianças, adolescentes e cuidadoras/es que lidam com os impactos de situações de violência sexual. O objetivo da ação foi fortalecer o enfrentamento a essas violações por meio de formação para aprimoramento de estratégias de atenção a essa população no âmbito desta política pública. Acerca das/os profissionais participantes, não houve delimitação de função ou nível de formação, compreendendo que a interdisciplinaridade e a troca com colegas de diversas formações foram fatores benéficos indicados na fase de exploração.

O modelo da intervenção foi inspirado no formato adotado por Lordello et al., (2023), em processo de capacitação de profissionais da rede de saúde pública para atendimento a pessoas que perderam familiares em decorrência da pandemia de COVID-19. Esta proposta foi

realizada em duas etapas, a primeira com aspectos mais teóricos e a segunda destinada à atividade de dispersão, em que os participantes realizavam atendimentos em grupo e contavam com encontros de intervisão ofertados pelas facilitadoras do projeto.

A atividade proposta nesta pesquisa seguiu esse modelo e se organizou em duas etapas. A primeira consistiu na realização de cinco encontros que tiveram como objetivo promover discussão sobre questões fundamentais no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, abordando questões teóricas, trocas de informações e estudos de casos. Optou-se pela utilização de materiais didáticos convencionais, como artigos e textos, mas também pela utilização de disparadores de discussão, como vídeos para ilustrar as questões a serem discutidas. A etapa 2 se refere à fase de dispersão e consistiu na realização de seis encontros de intervisão. Neste período, os profissionais realizaram atendimentos em grupo a crianças, adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias e utilizavam esse espaço para discussão de questões referentes a essa atividade.

No período de preparação foram elaborados os planejamentos para a etapa 1 da formação com base na fase de exploração. No que se refere à etapa 2, não há um planejamento específico já que o conteúdo das discussões deriva das questões levantadas a partir dos grupos realizados pelas/os participantes. A tarefa das facilitadoras consiste em promover a manutenção de um espaço seguro de confiança e acolhimento para que possam se manifestar. A Figura 2 apresenta o modelo lógico acerca da elaboração desta intervenção a partir dos aspectos coletados na fase de exploração.

Figura 2
Modelo lógico

Questões	Insumos	Conteúdo	Metas	Resultados
<p>Desafios para realização de intervenções diante de situações de violência sexual no SUAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alta prevalência. 2. Necessidade de identificação dos objetivos do SUAS. 3. Desenvolvimento de estratégias adequadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • 15h de planejamento. • 33h de implementação. • Material didático. • Material audiovisual. • Acesso a plataforma para troca de informações. • Acesso a plataforma para encontros. • Facilitadoras capacitadas. 	<p>Mecanismos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento • Técnicas • Posturas <p>Procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 11 encontros (5 para teoria, 6 para intervenção). • Promoção de integração. • Partilha de experiências, sentimentos e estratégias. • Incentivo a expressão. • Centralidade nas/nos profissionais. 	<p>Aprimorar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreensão das dinâmicas e dos impactos das violências. • Reconhecimento, acolhimento e manejo de sentimentos mobilizados. • Manejo com crianças e adolescentes. • Realização de grupos. • Reconhecimento de ofertas no SUAS. 	<p>Curto prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evitar revitimização. • Evitar intervenções inadequadas. <p>Médio Prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar estratégias de atenção considerando os objetivos do SUAS. <p>Longo Prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer integração do SUAS no SGD. • Fortalecer estratégias possíveis para educação permanente.

Além da construção da proposta com base nos aspectos levantados, a fase de preparação envolveu também a avaliação das barreiras e potencialidades identificadas a partir dos procedimentos realizados na fase de exploração. Nesta etapa, foi realizado o planejamento de algumas estratégias com o intuito de lidar com estas questões.

A falta de recursos humanos e de infraestrutura foram fatores dificultadores citados nas entrevistas com profissionais e que também foram ressaltados na revisão de literatura. Outra possível barreira destacada nas entrevistas foi a falta de disponibilidade para participação em atividades de formação em razão de outras ações da unidade, já que muitas vezes as formações não são compreendidas como rotina de trabalho. Quanto às possíveis potencialidades, observou-se o reconhecimento da importância de ações de qualificação profissional, sobretudo envolvendo aspectos práticos, a troca entre profissionais e o suporte de gestoras/es e órgãos gerenciais com intuito de assegurar e estimular a participação das/os trabalhadoras/es nessas atividades. Por fim, por ocasião da realização desta fase da pesquisa houve a efetivação de novas/os servidoras/es nas unidades de CREAS o que figurou como um fator de oportunidade para integrá-las/os às equipes e abrir espaço para o que, para essas/es servidoras/es, poderia tratar-se de uma capacitação inicial.

Implementação

A terceira fase desse processo se refere à execução de procedimentos com intuito de viabilizar a parceria necessária para realização da formação, a mobilização de profissionais para participação na atividade e, por fim, a efetivação do curso. Nesta fase, foram executadas as estratégias elaboradas para lidar com as possíveis barreiras já descritas e aproveitar as potencialidades.

O apoio institucional é fundamental para que os processos de formação sejam bem-sucedidos. Inicialmente, a proposta foi apresentada ao órgão de gestão responsável pelas unidades de CREAS com indicação de cronograma para conhecimento e adequação a partir das demandas deste órgão. Buscou-se identificar horários que não coincidisse com outras atividades desenvolvidas junto a estas unidades, como reuniões de gestoras/es, oficinas já agendadas ou ações que fazem parte dessa rotina de trabalho, com intuito de facilitar e ampliar a adesão à formação.

A partir da anuência do órgão gestor responsável foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

1. Formalização da parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) para institucionalizar o processo e oferecer às/aos profissionais certificação pelo curso.
2. Apresentação da proposta a gestoras/es das unidades e servidoras/es por meio de documentos ou participação em reuniões e oficinas voltadas a equipes que atendem crianças e adolescentes com intuito de convidá-las/os e mobilizá-las/os para participação na atividade.
3. Auxílio na organização e preparação de duas oficinas mobilizadoras sobre a temática voltadas a profissionais que atendem essas situações nos CREAS:

- a. oficina para discussão sobre aspectos relacionados ao atendimento a crianças e adolescentes que vivenciaram violações sexuais e suas famílias;
 - b. oficina com equipamentos da rede intersetorial que prestam atendimento a esse público para apresentação das ofertas de cada unidade. A intenção era que tais atividades pudessem servir também como aquecimento para o início do curso.
4. Após a execução dessas ações, um link foi enviado aos grupos de divulgação das unidades para que as/os servidoras/es manifestassem interesse em participar do curso. Em seguida, as pessoas que preencheram o instrumento foram contatadas para o início da atividade.

Etapa 1 - Oficinas teóricas

Participaram do curso 31 profissionais entre psicólogas/os, assistentes sociais, pedagogas, educadoras/es sociais, especialistas em direito e agentes sociais. Duas profissionais do órgão responsável pela gestão das unidades de CREAS também participaram das atividades dando suporte ao seu planejamento e execução. Os encontros foram realizados de forma online, exceto o último, que foi intencionalmente presencial.

A primeira etapa foi iniciada com um encontro para acolhida em que as/os participantes puderam se apresentar e conhecer a proposta do curso, o programa, o cronograma e os conteúdos a serem abordados. Foi exposta a dinâmica das atividades e a intenção de que na segunda etapa fossem realizados atendimentos em grupos nas unidades, como ação de dispersão, acompanhadas por intervisões. Destacou-se ainda que esta formação era parte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, PPGPsiCC/UnB. Após essas informações, todas/os as/os participantes foram solicitadas/os a preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Em seguida, foi elaborado um contrato com intuito de viabilizar o bom funcionamento do grupo. Além de questões básicas, fizeram parte desse acordo o levantamento de valores que o grupo entendia como importantes para o bom funcionamento dessa atividade em que foram citadas questões como: co-construção, horizontalidade, protagonismo, leveza, presença, aprendizado, respeito às trajetórias, trocas e evitar julgamentos. Esse momento foi fundamental para que pudesse ser iniciada a construção de um espaço seguro e acolhedor para trocas profissionais, mas também para exposição dos medos, dificuldades e mobilizações que os atendimentos a situações de violência podem gerar. Além disso, alguns desses valores também remetem à valorização da experiência das/os trabalhadoras/es indicando um processo de construção conjunto e não apenas um espaço expositivo. As duas questões fortalecem a diretriz da PNEP/SUAS (2013) de compreender educação permanente como aprendizado que vai além dos aspectos formais e que se desenvolve a partir dos processos de trabalho e experiências das/os participantes.

Os próximos cinco encontros foram destinados a discussões teóricas e técnicas de preparação para a atividade de dispersão. Todos os encontros desta etapa foram iniciados com acolhida, retomada de informações importantes e realização de uma dinâmica de integração que poderia ou não estar associada ao tema a ser discutido na oficina. Observou-se que as/os participantes se engajaram nesses momentos que serviram como boas estratégias de aquecimento. Após esse momento, dava-se continuidade ao tema a ser discutido no encontro, com a utilização de materiais expositivos ou disparadores, como vídeos e postagens, por exemplo. Estes recursos foram empregados com intuito de que as discussões pudessem ser fluídas e participativas, uma vez que isso permite tanto a troca entre as/os profissionais com exposição de estratégias e recursos de que dispõe em seu cotidiano, quanto o levantamento de demandas sobre que conteúdos e questões poderiam ser melhor abordados nos encontros seguintes.

A despeito do esforço para que as oficinas fossem mais descentralizadas da figura das facilitadoras, é importante ressaltar a necessidade de momentos expositivos para o alinhamento conceitual de alguns temas. Em razão disso, houve também a realização de apresentação e discussões acerca de materiais didáticos convencionais, como textos e artigos, com utilização de documentos sistematizadores que foram disponibilizados para facilitar o processo de apropriação destas questões.

Os conteúdos abordados nesta etapa foram: 1. as dinâmicas de violência sexual, as questões estruturais envolvidas, naturalizações, mitos e estigmas, como isso afeta as crianças e adolescentes e suas famílias; 2. os objetivos da política pública de assistência social e sua contribuição para o enfrentamento a situações de violência sexual, as seguranças socioassistenciais asseguradas pelo SUAS e o SGD; 3. posturas adequadas e importantes para esse tipo de atendimento, a importância da escuta especializada e de espaços acolhedores evitando culpabilização, julgamentos e revitimização; 4. o atendimento a crianças e adolescentes considerando-se o processo de desenvolvimento desse público e situações que indicam alertas em situações de violência sexual; 5. aspectos importantes para a realização de atendimentos em grupo e questões a serem abordadas na atenção a violações sexuais no âmbito do SUAS.

É importante ressaltar que, como a proposta é que não fosse realizada uma atividade centrada na exposição do conteúdo, os temas abordados perpassaram diversos encontros. Uma estratégia interessante foi a utilização, ao final de um encontro, de material disparador acerca do tema da oficina seguinte, o que auxilia no processo de mobilização para participação do próximo encontro, e também, pode permitir identificar possíveis demandas relacionadas ao conteúdo. A Tabela 1 apresenta os temas abordados ao longo das cinco oficinas.

Tabela 1:
Temas Abordados na Etapa 1.

Encontro	Informações
Acolhida	Encontro inicial para apresentação do grupo, da proposta, cronograma e construção de contrato.
Oficina 1	Iniciar discussões sobre as dinâmicas das situações de violência sexual.
Oficina 2	Retomar discussões sobre as dinâmicas das situações de violência sexual e iniciar reflexões sobre as contribuições do SUAS no enfrentamento a tais violações.
Oficina 3	Promover reflexões sobre as especificidades do SUAS no enfrentamento a violências sexuais e discussão sobre a construção de ambientes seguros para lidar com essas situações, abordando o SGD, evitando sobrecarga e revitimização.
Oficina 4	Abordar aspectos importantes para realização de grupos de atendimento com temática de violência sexual e iniciar reflexões sobre o atendimento a crianças e adolescentes.
Oficina 5	Abordar aspectos importantes para o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, aspectos peculiares de seu desenvolvimento e potencializar chances de esse público ser incluído nos atendimentos.

Etapa 2

A segunda etapa se refere à fase de dispersão e consistiu na realização de seis encontros para intervenção. Neste período, os profissionais realizaram atendimentos em grupo a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas/seus cuidadoras/es e utilizaram esse espaço para discussão de questões referentes a essa atividade. As/Os participantes dos grupos atuavam em oito unidades diferentes, no entanto, nem todas estavam preparadas ou disponíveis para realização de grupos na segunda etapa do curso. Diante disso, foi proposto que trabalhadoras/es de equipamentos que não fossem executar a atividade pudessem realizar a parte prática em outras unidades. Com intuito de viabilizar essa organização, antes do início da segunda etapa foram efetivados contatos com servidoras/es para identificar os CREAS que fariam a atividade, bem como os que poderiam receber participantes interessados. Ao final desse procedimento, quatro unidades realizaram atendimentos em grupos, das quais duas receberam profissionais de equipamentos distintos.

Destaca-se que, ao longo da primeira etapa, foram apresentados aspectos importantes para realização de grupos voltados a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual, mas não uma estrutura a ser seguida para a atividade. Dessa forma, decisões como quantidade de encontros, público-alvo, periodicidade dos encontros e temas abordados foram tomadas observando a viabilidade de seu território e os recursos humanos, técnicos e de infraestrutura disponíveis nos equipamentos. Essa diversidade de intervenções também contribuiu para o enriquecimento dos momentos de partilha efetuados. A Tabela 2 apresenta os dados dos grupos realizados nas unidades durante esta etapa.

Tabela 2:
Grupos Realizados Durante a Etapa 2.

Unidade	Público-alvo	Quantidade de encontros	Quantidade de famílias nos grupos	Observações
CREAS Brazlândia	- Adolescentes	6 Encontros	3 famílias	Os encontros em grupo foram destinados às adolescentes. Cuidadoras foram atendidas individualmente.
CREAS Ceilândia, Gama e Samambaia	- Crianças - Adolescentes - Cuidadoras/es	7 Encontros	15 famílias	Os encontros foram destinados a todas as faixas etárias, com momentos conjuntos e outros em que as pessoas eram separadas por faixa etária.
CREAS Estrutural e Sobradinho	- Adolescentes - Cuidadoras/es	6 Encontros	10 famílias	Os encontros foram destinados a cuidadoras/es e adolescentes.
CREAS Núcleo Bandeirante	- Crianças - Adolescentes - Cuidadoras/es	7 Encontros	5 famílias	Os cinco encontros iniciais foram destinados a cuidadoras/es. Os dois finais foram destinados a crianças e adolescentes.

As intervenções tinham como objetivo viabilizar espaços para a troca de experiências a partir das informações trazidas pelas/os profissionais sobre os atendimentos realizados. A

dinâmica dos encontros consistia em as/os participantes fazerem um breve relato sobre a atividade realizada na unidade, ressaltando os pontos que chamaram sua atenção, bem como as dúvidas, angústias e preocupações. A partir daí outras/os colegas, e as facilitadoras, poderiam se manifestar para falar sobre as questões levantadas. Além disso, após o relato sobre o encontro da semana, as/os participantes também utilizavam o espaço para falar sobre as ideias e questões que poderiam contribuir com o planejamento das próximas atividades. Por fim, em alguns encontros foram sugeridos pelas facilitadoras e por participantes materiais - textos, artigos, dinâmicas, disparadores - que poderiam auxiliar outras/os colegas com suas questões.

A proposta era a preservação e ampliação do espaço seguro de confiança construído ao longo da primeira etapa para trocas a partir dos processos de trabalho e das questões surgidas durante os atendimentos. A supervisão técnica é um dos tipos de capacitação previstas na PNEP (2013) e consiste em ação que tem por objetivo dar suporte e acompanhar as equipes no desenvolvimento de suas atividades socioassistenciais, por meio de reflexões sobre questões advindas dos processos e práticas de trabalho para obter alternativas de soluções a esses problemas. Finkler et al. (2021) avançam nesse conceito e apontam para processos de intervenção em que se destaca a horizontalidade das trocas, tratando-se de uma possibilidade de elaboração conjunta a partir de conteúdos teóricos, mas com as experiências práticas. Ressalta-se ainda que, nesta formação, as trocas ocorreram também em razão do intercâmbio de profissionais entre as unidades. Esta interação permitiu que as/os participantes conhecessem as estratégias adotadas em outros equipamentos e realizassem planejamento conjunto de atividades observando recursos e potencialidades em equipes e territórios diversos.

As partilhas durante as intervenções evidenciaram aspectos importantes em práticas de atendimentos em grupo, propiciaram a identificação de estratégias viáveis e apontaram outras demandas que puderam ser abordadas ainda ao longo do curso. Tendo em vista que os grupos contaram com público-alvo e dinâmicas diferentes, as reflexões e trocas ocorridas nas

entrevistas não obedeciam a uma ordem específica. Em muitos desses momentos foram realizadas partilhas e reflexões permeadas por questões relacionadas a gênero, raça e classe. O fato de as entrevistas ocorrerem com base na experiência cotidiana das/os profissionais viabilizou que esses aspectos que marcam desigualdades sociais diversas fossem foco de debates. Relatos e discussões sobre sexismo, lgbtphobia, racismo, dificuldades para cuidados parentais – com mulheres quase sempre assumindo todos as demandas de crianças e adolescentes – fizeram parte das atividades já que no dia a dia, as vivências das pessoas atendidas são perpassadas por essas desigualdades sociais que requerem das/os profissionais olhares cuidadosos. A Tabela 3 apresenta alguns dos aspectos presentes em cada encontro de entrevista.

Tabela 3:

Temas Abordados na Etapa 2

Encontros	Informações
Entrevista 1	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de acolhida e levantamento de demandas e expectativas. - Discussão sobre como organizar as demandas em encontros subsequentes. - Reflexões sobre quantidade e atribuições das/os facilitadores no processo de atendimento em grupo.
Entrevista 2	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação de levantamento de demandas e construção de contratos e acordos. - Relato de situações mobilizadoras e discussão sobre manejos possíveis. - Reflexões sobre necessidade de atendimentos individuais. - Importância do cuidado com o preparo das atividades, privilegiando atividades direcionadas para produções coletivas.
Entrevista 3	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem expositiva sobre o conceito de resiliência a partir de uma perspectiva comunitária. - Discussões sobre atividades que viabilizassem nos grupos a partilha de dificuldades e potencialidades. - Protagonismo do grupo: atividades coletivas que mediam reflexões individuais.
Entrevista 4	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação das pessoas atendidas para estarem em atividades de grupo. - Importância de que as pessoas atendidas participem dessa avaliação e expressem seu desejo de participar ou não dessas atividades. - Reflexões sobre como identificar narrativas densas que podem sobrecarregar o grupo e estratégias para manejá-las.

-
- Entrevista 5 - Articulações em rede: descrédito das pessoas atendidas quanto a algumas instituições e dificuldades para acessá-las.
- Discussão sobre importância da realização de encaminhamentos mais participativos e a observação das expectativas quanto a ofertas de outras políticas públicas.
- Atividades sobre retomada de planejamento de futuro.
- Entrevista 6 - Encontro presencial para avaliação.
-

Sustentação

Por fim, a quarta etapa do modelo se refere ao momento em que se busca identificar questões importantes nos contextos internos e externos para verificar se a estratégia alcançou seus objetivos e para que se torne cada vez mais adequada, preservando os impactos desejados (Neves & Lordello, 2022). Os autores ressaltam que esses processos se retroalimentam, tornando-se cíclicos e conectando-se com as fases de exploração, preparação e implementação. Procedimentos de avaliação podem auxiliar nessa etapa indicando aspectos que precisam ser ajustados para maior efetivação das ações. Nesta pesquisa, ao final dos encontros da formação, foi solicitado que as/os participantes preenchessem um formulário de avaliação. A seguir são apresentados alguns dos resultados presentes nessa etapa.

O questionário de avaliação foi preenchido por 25 participantes, sendo a maioria mulheres (23) e negras/os (15). Quanto à formação, a maior parte era de psicólogas/os (11) ou assistentes sociais (10). No entanto, também havia profissionais de direito (1), pedagogia (1) e educadoras sociais (2). No que se refere à experiência profissional, o grupo ficou dividido, 13 pessoas tinham mais de dez anos de experiência, enquanto 12 tinham menos de dez anos e 22 pessoas tinham pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

Indica-se que o grupo era diverso e experiente, o que enriqueceu as discussões propostas. A possibilidade de interação entre profissionais com menos ou mais tempo de experiência nessa política pública pode ter sido interessante para os dois grupos. Considerando-se que os espaços de formação acadêmica ainda são deficitários no que se refere à qualificação

para atuação no SUAS, sobretudo em contextos de risco e violência (Pessoa & Koller, 2017), é possível que para as/os profissionais que ingressaram recentemente no SUAS, esse espaço possa ter promovido acolhida e preparação para atuação com um tema tão complexo e mobilizador e a partir dos objetivos desta política pública. No que se refere ao grupo de profissionais mais experientes, este espaço pode ter permitido o reconhecimento e validação de habilidades que elas/eles têm desenvolvido em seu cotidiano por meio da prática, mas que em processos de trabalho isolados muitas vezes não são identificados, nomeados e legitimados.

Quanto às características do curso foram inseridas questões sobre as facilitadoras, sobre aspectos práticos, a proposta e questões organizacionais. As avaliações sobre as facilitadoras abordaram aspectos como conhecimento, disponibilidade e competência. Todas foram positivamente avaliadas. Sobre o material de apoio indicado, as respostas também foram em sua maior parte positivas com apenas uma resposta negativa.

Já no que se refere a questões práticas, houve algumas respostas negativas (6) sobre o tempo para o curso, o horário em que aconteceu e a reserva de tempo para a parte prática. Isso sugere que, embora tenha havido boa adesão, a organização para participação e aproveitamento do tempo é fundamental. Apesar de haver algumas respostas negativas sobre a disponibilidade de tempo para execução das atividades, as questões referentes à autorização da chefia e ao apoio institucional foram todas positivas. Acerca da proposta pedagógica de formação, as avaliações também foram positivas. Já quanto aos encontros de intervenção e execução das atividades ao longo do curso, houve duas respostas negativas para cada.

Diante do apontamento da dificuldade de gestão do tempo de trabalho para participar desta atividade de formação, indica-se a importância de que estas ações constituam e sejam constituídas pelos processos de trabalho das/dos profissionais. Dessa forma, intenta-se que tais atividades sejam compreendidas como parte da rotina das/dos participantes para que haja tempo destinado a essas ações, bem como que a elaboração de cursos e formações tenham

como base os desafios encontrados na prática profissional tornando as/os trabalhadoras/es cada vez mais protagonistas desse processo (Pinelli & Albuquerque, 2020).

Em relação ao impacto do curso e aprimoração profissional os resultados indicam feedbacks muito positivos quanto ao preparo para lidar com aspectos relacionados à violência sexual e a possibilidade de generalização para outros contextos de violação. No que se refere às técnicas de manejo de grupo e outras abordagens teóricas, embora as respostas tenham sido em sua maioria positivas, há indicação da necessidade de maior investimento nessas questões.

Foram abordados também o quanto alguns aspectos podem dificultar a realização de atividades de grupo. Esse quesito pode auxiliar na identificação de possíveis barreiras para execução de grupos futuros que precisam ser revistas em novos processos de exploração e preparação buscando estratégias mais adequadas para lidar com esses desafios. As questões práticas foram apontadas como desafiadoras, tais como, tempo para preparo das atividades e infraestrutura física adequada para receber as pessoas. Já o apoio institucional e da chefia para realização dessas atividades, bem como a parceria com outros profissionais com esse intuito foram apontadas como fatores possíveis de serem alcançados. As questões técnicas, como habilidade para conduzir grupos e conhecimento de metodologias que facilitem esse processo também figuram como questões facilitadoras no processo.

Destaca-se, portanto, que o tempo para planejamento e a necessidade de aprimoramento de infraestrutura foram fatores indicados como possíveis barreiras para realização do trabalho em grupo. Isso evidencia a importância de que o planejamento e preparação para realização dessas atividades sejam compreendidas e estejam incluídas no processo de trabalho dos equipamentos de execução das políticas públicas. Para além disso, ressalta-se que a limitação de tempo e as dificuldades de estrutura para realização dessas atividades refletem a escassez de investimento em recursos físicos e humanos nesses contextos.

Ao longo desta formação foram realizados grupos em quatro unidades, nos quais iniciaram os atendimentos 37 famílias e encerraram 33 famílias. Indica-se, assim, boa adesão das pessoas atendidas à atividade proposta. Neste aspecto, é importante indicar características particulares de cada unidade e que impactaram no processo, tais como, demanda reduzida e dificuldades de articulação com a rede intersetorial para encaminhamento de casos. Essas questões já foram observadas em outros estudos (Cabral et al., 2008) e apontam para a necessidade de construção de estratégias que evidenciem para outros órgãos do SGD as possibilidades de ofertas do equipamento que está oferecendo o atendimento, assim como a busca por outras maneiras de identificação e organização da demanda.

Ressalta-se ainda que a maior parte das/os participantes informaram que se sentem preparadas/os para condução de novas atividades ou para atuar como multiplicadoras/es das questões abordadas. Quanto à realização de novos grupos no mesmo ano da realização da formação, a maior parte das/os participantes (14) indicou que iriam realizar novas atividades. As justificativas apontadas indicam a percepção de trabalho de grupo como benéfico para o público atendido. No que se refere a não realização de novos grupos, as respostas indicam a insuficiência do tempo para sua execução, já que a resposta aos formulários foi realizada no trimestre final do ano.

Acerca da parceria com a universidade, a maior parte das respostas apresentadas indica que as/os participantes acreditam que a instituição auxiliou na construção de ações adequadas para lidar com situações de violência sexual no âmbito do SUAS. Destaca-se ainda a percepção de que a instituição se mostrou parceira e inclui-las/los como co-construtoras/es na implementação da proposta.

Além disso, ressalta-se que a integração entre aspectos teóricos e a prática foi um dos fatores indicados como benéfico nas avaliações, como indicado no relato:

Então, o que me chamou atenção foi essa questão da teoria e da prática juntas, acontecendo no mesmo tempo. E assim, no mesmo momento que as meninas estavam aplicando nos grupos, a gente estava tirando dúvidas do que estava acontecendo naquele momento. (P1)

Por permitir a efetivação de um processo de qualificação participativo e coerente com as propostas mais contemporâneas, este é um fator que deve ser preservado. Como pontos a serem aprimorados, um dos fatores indicados foi a disponibilização de mais materiais didáticos, com maior tempo para discuti-los conjuntamente, como apontado: “Gostaria que tivesse mais tempo para conversar sobre o material disponibilizado.” (P2). E por fim, a demanda por mais momentos de discussão e reflexão sobre metodologias que facilitem o manejo de grupos: “muitos colegas não tem formação em manejo de grupo, teorias e métodos para trabalhos grupais e senti que o grupo manifestou necessitar de algumas formações de base.” (P3). Essas são algumas questões que merecem atenção em fases de exploração e preparação em experiências futuras.

Considerações Finais

Os processos de formação profissional por muito tempo foram centrados em atividades conteudistas de repasse de informações e diretrizes numa dinâmica de interação passiva, em que as/os profissionais eram apresentados a questões referentes àquela temática. Compreende-se que são necessários momentos de qualificação mais expositivos com intuito de alinhamento conceitual e apresentação de questões importantes. No entanto, nos últimos anos, estratégias de formação mais participativas têm sido propostas para integrar contextos de educação permanente (Finkler et.al, 2021; Ferreira & Torres, 2017) apresentando maior conformidade com o proposto pela PNEP/SUAS (2013).

A busca por processos mais participativos e centralizados nas/nos trabalhadores e em suas experiências permite não apenas a qualificação dos serviços, mas também a construção de

estratégias que fortaleçam coletivamente equipes e profissionais, retirando-as/os de práticas isoladas e solitárias. É possível que esses espaços sejam compreendidos como cuidado permitindo a partilha não apenas de recursos para realizar intervenções, mas também para lidar com os impactos mobilizadores que esses atendimentos provocam. Nesse contexto, que busca promover o convívio e autonomia entre as/os profissionais, ressalta-se que a tarefa das facilitadoras consistiu muito mais em promover a construção e manutenção de um espaço seguro de confiança e acolhimento para que as/os participantes pudessem se manifestar apresentando seus receios, suas ideias e reflexões livres de julgamento do que em assegurar o repasse de conteúdos e protocolos de atendimento.

Por fim, ressalta-se a importância da promoção de parcerias entre as instâncias acadêmicas e órgãos executores de políticas públicas, sobretudo quando ações de qualificação são entendidas como processos de trabalho. A compreensão de que as experiências e práticas profissionais são fundamentais para elaboração de estratégias de formação e que a identificação, construção e legitimação de conhecimento é realizada de forma horizontal, coletiva e contínua, torna fundamental a aproximação entre as universidades e os contextos de políticas públicas e trabalho social. Esse intercâmbio permite que a expertise das instituições de ensino auxilie nos processos didáticos de aprendizagem e potencialização dos saberes e, em contrapartida, possibilita que os processos de construção de conhecimento acadêmico estejam conectados com as realidades das populações que vão utilizá-los, mas que também auxiliam na sua construção e validação.

Referências

Cabral, A. G., Giese, J., Souza, M., & Toneli, M. J. F. (2008). Atenção a vitimizadores sexuais, suas vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis. *Extensio, Revista Eletrônica de Extensão*, 5(6). <https://doi.org/10.5007/%25x>

- Cacari-Stone, L., Wallerstein, N., Garcia, A. P. & Minkler, M. (2014). The Promise of Community-Based Participatory Research for Health Equity: A Conceptual Model for Bridging Evidence With Policy. *American Journal of Public Health*. 104 (9), 1615-1623. doi: 10.2105/AJPH.2014.301961
- Damásio, B. F.; Habigzang, L. F.; Freitas, C. P. P. & Koller, S. H. (2014). Avaliação de processo de uma tecnologia social de capacitação profissional para psicólogos que atendem casos de violência sexual. *Contextos Clínicos*, 7(2), 207-219. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.08>
- Decreto 9.603, de 10 de dezembro de 2018. (2018). Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. <https://cutt.ly/HLeDg0V>
- Deslandes, S.; Cavalcanti, L. F., Vieira, L. J. E. S. & Silva, R. M. S. (2015). Capacitação profissional para o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 31(2), 431-435. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078514>
- Ferreira, S. S. Torres, A. S. (2017). Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social em Revista*, 20(1), 215-232. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2017v20n1p215>
- Finkler, L.; Cunda, M. F.; Giongo, C. D., Rosa, H. R.; & Obst, J. (2021). Intervisão: estratégia de formação profissional para o trabalho com famílias e comunidades. *Pensando famílias*, 25(1), 112-126. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Hawkins, J., Madden, K., Fletcher, A. Midgley, L., Grant, A., Cox, G., Moore, L., Campbell, R., Murphy, S., Bonell, C. & White, J. (2017). Development of a framework for the co-

production and prototyping of public health interventions. *BMC Public Health*. 17. doi: 10.1186/s12889-017-4695-8

Hohendorff, J. V. (2015). O que podemos aprender com o modelo de rede de proteção e de atendimento às crianças vítimas de violência a partir do modelo americano Children's Advocacy Center (CAC)? *Diaphora*, 4(2), 60-64. <https://cutt.ly/bBOIKuT>

Jaccoud, L., Bichir, R. & Mesquita, A. C. (2017). O SUAS na Proteção Social Brasileira: Transformações recentes e perspectivas. Dossiê políticas sociais e redistribuição. Novo estudo, *CEBRAP*, 36(2), 37-53. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>

Lei 13.431, de 04 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). <https://cutt.ly/dLeDokP>

Lordello, S.R.; Polejack, L.; Costa, P. H. A.; & Leandro-França, C. (2023). Universidade e Saúde Pública: Parceria para Formação de Multiplicadores de Grupos de Enlutados pela COVID-19. In K. C. T. R. Brasil, C. Leandro-França, R. L. S. Pedroza, & S. R. Lordello (Orgs.). *Pandemia e Saúde Mental. Desafios Clínicos, Educacionais e Institucionais*. (pp. 105-125). Technopolitik.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF.

Ministério da Cidadania [MC]. (2020). *Parâmetros de atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania. <https://cutt.ly/Mwcan3JX>

Moullin, J. C., Dickson, K. S., Stadnick, N. A., Rabin, B., & Aarons, G. A. (2019). Systematic review of the Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment (EPIS)

framework. *Implementation Science*. 14(1). <https://doi.org/10.1186/s13012-018-0842-6>

Neves, M. S., & Lordello, S. R. (2022). EPIS Framework: pontes para inovação social. In N. P. P. Carozzo, J. M. O. Luz & C. O. Alves. *Como avaliar programas e intervenções: um guia para avaliação de necessidades, implementação e efeitos*. (pp. 274-311). EDUFMA.

Pelisoli, C.; Dobke, V. & Dell’Aglío, D. D. (2014). Depoimento Especial: Para Além do Embate pela Proteção das Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Temas em Psicologia*. 22(1). 25-38. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.1-03>

Pessoa, A. S. G., & Koller, S. H. (2017). Política de assistência social e formação inicial em psicologia: Articulações para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. In E. M. Rosa, & L. Z. Avellar (Orgs.). *Psicologia, Justiça e Direitos Humanos* (pp. 155-171). Juruá.

Pinelli, L. V. & Albuquerque, M. S. L. (2020). Interfaces entre os princípios pedagógicos da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS) e as ideias de Paulo Freire. *Dialogia*, 34, 22-33. <https://doi.org/10.5585/dialogia.n34.16651>

Pinho, A. R. I., & Lordello, S. R. M. (2023). Atendimento à violência sexual no contexto de políticas públicas: Uma revisão integrativa. *Interação em Psicologia*. 27(2). <https://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i2.86304>

Santos, L. N. (2015). As psicólogas no SUAS: Mobilizando recursos para uma atuação com compromisso social. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 4(1). <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v4i1.588>

Secretaria Nacional de Assistência Social. (2012). Norma Operacional Básica: NOB-SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://cutt.ly/6LeDC73>

- Torres, A. S. & Ferreira, S. S. (2019). Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais. *O social em Questão*, 45, 279-302.
- Vieira, L. J. E. S., Silva, R. M., Cavalcanti, L. F. & Deslandes, S. F. (2015). Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11), 3407-3616.
<https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.205120141>
- Woods-Jaeger, B., Daniel-Ulloa, J., Kleven, L., Bucklin, R., Maldonado, A., Gilbert, P. A., Parker, E. A. & Baquero, B. (2021). Building Leadership, Capacity, and Power to Advance Health Equity and Justice through Community-Engaged Research in the Midwest. *American Journal of Community Psychology*. 67, 195-204.
<https://doi.org/10.1002/ajcp.12462>

Manuscrito 4: O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do SUAS: o coletivo como potencialidade

Resumo

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem se tornado pauta central de muitos embates no cenário político e social. Nesse sentido, formações profissionais são estratégias importantes para fortalecer o paradigma de garantia de direitos. O objetivo deste estudo foi a execução de uma formação piloto para profissionais que atendem crianças e adolescentes em situação de violência sexual no contexto da política pública de assistência social. O intuito era identificar questões relevantes nesta proposta, bem como de viabilizar adequações necessárias para atividades futuras similares. Neste manuscrito são apresentadas questões identificadas a partir das interações e partilhas ocorridas nas oficinas e encontros de supervisão. Foram identificados aspectos referentes aos cuidados necessários para lidar com situações de violência sexual, às ofertas do SUAS no enfrentamento a essa violação e às potencialidades da realização de ações coletivas, sejam voltadas às pessoas atendidas, sejam voltadas às/aos profissionais.

Palavras-chaves: violência sexual, assistência social, educação permanente.

Abstract

Sexual violence against children and adolescents has become a central issue in many conflicts on the political and social scene. In this regard, professional training emerges as a crucial strategy to reinforce the paradigm of rights guarantee. The objective of this study was to conduct pilot training for professionals involved in the care of children and adolescents facing situations of sexual violence in the context of public social assistance policy. The aim was to identify relevant issues in this proposal and facilitate necessary adjustments for similar activities in the future. This manuscript outlines the issues identified through interactions and discussions in workshops and intervision meetings. Aspects related to the care to deal with situations of sexual violence, the offerings of SUAS (Unified System of Social Assistance) to face such violations, and the potential for carrying out collective actions, whether aimed at the people served or aimed at professionals, were identified.

Keywords: sexual violence, social assistance, continuing education.

A doutrina de proteção integral é construída a partir das discussões, articulações e ações ocorridas nas décadas de 80 e 90 e se consolida com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Esse paradigma se contrapõe à doutrina da situação irregular, vigente até então, e indica que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em condições especiais de desenvolvimento (Pantoja & Pinheiro, 2015). A partir dessas concepções, indicam-se novos fundamentos e parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a infância e a adolescência, com a adoção de perspectivas voltadas para a garantia e oferta de direitos.

Adotar esse paradigma é reforçar positivamente a existência dessa população. No entanto, ressalta-se que mesmo após certo tempo passado das mudanças legais, ainda há grande debate sobre as concepções vigentes ao lidar com aspectos relacionados a crianças e adolescentes (Leite, 2019). As discussões sobre direitos humanos e cidadania têm sofrido retrocessos e as ações propostas diante das normativas estabelecidas encontram barreiras e obstáculos consistentes para se efetivarem. Isso pode ser observado a partir do fortalecimento de uma pauta de costumes articulada com a agenda neoliberal (Leite, 2019; Paiva & Brandão, 2023) que pode resultar na redução da responsabilização do Estado no combate às desigualdades sociais estruturais e na precarização de políticas públicas.

Esse embate social e político dos últimos anos é marcado, no Brasil, por dois aspectos fundamentais no que diz respeito aos direitos de crianças, adolescentes e mulheres, as discussões em volta da denominada “ideologia de gênero” e o Movimento Escola Sem Partido. Ambos são convocados a título de tratar da proteção desse público e de suas famílias. O debate sobre “ideologia de gênero” indica preocupação com ações que poderiam resultar na sexualização precoce de crianças e adolescentes (Mendonça & Lima, 2023) e junto ao Movimento Escola Sem Partido intenta destacar a autoridade da família sobre a educação desse público e limitar a autonomia de profissionais de educação (Santos, 2018) propondo que os

espaços educacionais sejam politicamente neutros e não atendam às demandas referentes a essas temáticas (Penante & Sousa, 2023).

Esses movimentos inicialmente direcionados à política de educação têm impactos na execução de outras políticas sociais, como as de saúde e assistência social, por tornar assuntos relevantes, como a educação sexual, temas que não devem ser abordados no âmbito das ofertas públicas. Ao reforçar o papel e autoridade da família, limita-se a participação e responsabilidade do Estado na execução das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência, o que pode resultar na redução de recursos e investimentos (Leite, 2019; Mendonça & Lima, 2023), em contraposição à tendência anterior de ampliação da responsabilidade do Estado para lidar com as desigualdades sociais presentes no cotidiano dessas famílias.

No enfrentamento às situações de violência sexual, o chamado para o combate a pedofilia como proteção à infância e a adolescência figura como mais um exemplo do avanço de concepções conservadoras. O termo se refere a uma patologia e é comumente associado à violência sexual contra crianças e adolescentes. Quando o foco do enfrentamento a essas situações é direcionado a uma possível característica patológica do agressor há grande risco de se individualizar as vivências de violência sexual, reduzindo-se a atenção necessária a outros aspectos estruturais e sociais que perpassam e reproduzem essas situações (Penante & Sousa, 2023; Spaziani, 2020).

É fundamental destacar que a violência sexual contra crianças e adolescentes não é um evento isolado e esporádico, mas sim um fenômeno complexo atravessado por questões históricas, sociais e culturais, que se repete ao longo do tempo e perpassa gerações (Paludo et al., 2020). Não se trata, necessariamente, de um impulso patológico e incontrolável, mas é um ato violento sustentado por práticas e discursos que resultam em relações de poder hierarquicamente desiguais baseadas em questões de gênero, no adultocentrismo (Marchi et

al., 2023; Spaziani, 2020), além de serem afetadas por questões de classe, raça, capacitismo e lgbtfobia.

Diante desse contexto, observa-se o aumento de barreiras para a garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes - que envolvem a oferta de informações e a possibilidade de aprenderem a reconhecer seu próprio corpo, o que permite que possam se prevenir em situações de violência sexual - e dos direitos reprodutivos dos adolescentes - em que se acrescentam outras temáticas, tais como, autonomia quanto a seu corpo, expressão de sua orientação sexual, escolha do parceiro, informações sobre planejamento reprodutivo e contracepção (Jimenez et al., 2015; Penante & Sousa, 2023). A garantia desses direitos é fundamental no enfrentamento a situações de violência sexual e a imposição de obstáculos para sua efetivação pode deixar essa população mais vulnerável já que não consegue identificar sinais de que estão sendo vítimas de violações sexuais (Mendonça & Lima, 2023).

O cenário de retrocesso apresentado e a necessidade de enfrentamento a situações de violência sexual, tornam fundamental o investimento em estratégias capazes de fomentar a compreensão desse tipo de violação de forma não individualizada e culpabilizadora, mas ampliando perspectivas críticas que abordem as questões sociais e culturais envolvidas. O desenvolvimento de ações que promovam a participação social tem sido apontado como benéfico nesses contextos (Ferreira & Torres, 2017). Intervenções desse tipo permitem que as pessoas que vivenciam os problemas sociais possam protagonizar a construção de suas soluções, já que conhecem os recursos e possibilidades disponíveis.

A política pública de assistência social pode contribuir, nesse sentido, já que ressalta a necessidade do enfrentamento coletivo às desigualdades sociais e às questões que resultam destas, como situações de violação de direitos, a partir do fortalecimento da cidadania e do reconhecimento coletivo dos direitos das pessoas atendidas. Pode-se indicar que essa oferta se refere a uma organização para promover apoio a partir de relações sociais, familiares,

comunitárias e institucionais com intuito de lidar com as vulnerabilidades e desproteções sociais que atingem a população (Torres, 2022). Segundo Sposati (2016) essa política pública tem como objetivo a oferta de proteção social por meio das seguranças sociais que seriam ações financiadas pelo Estado para enfrentar desigualdades sociais. Destaca-se que as seguranças afiançadas no âmbito desta política são a segurança de renda, segurança de apoio e auxílio, segurança de acolhida, segurança de convívio familiar e comunitário e a segurança de autonomia (NOB/SUAS, 2012).

Identifica-se, assim, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresenta grande potencial para lidar com violações de direitos, inclusive, violência sexual. Entretanto, é importante ressaltar que essa política pública ainda é marcada por seu histórico assistencialista e associado a práticas de caridade. Para que o SUAS se fortaleça no paradigma de garantia de direitos e se consolide como uma política de proteção social, é importante que suas/seus trabalhadoras/es sejam capazes de reconhecer as situações de risco e desproteção social que atendem em seu cotidiano não de forma individualizada, mas identificando aspectos sociais, culturais e econômicos presentes (Torres & Ferreira, 2019). Evidencia-se, assim, a relevância de atenção aos processos de formação e capacitação voltados a essas/esses trabalhadoras/es.

A necessidade de formação profissional é prevista nas normativas do SUAS e também no Decreto 9.603/2018, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da Criança ou Adolescente vítima ou testemunha de violência. O fortalecimento de estratégias de qualificação objetiva preparar as/os profissionais para que desempenhem adequadamente suas funções nesses contextos, no entanto, é um aspecto que ainda necessita de investimento e atenção. A ausência de capacitações e a fragilidade do processo de educação permanente reduzem a possibilidade de que profissionais do SUAS compreendam de forma mais evidente os aspectos importantes de sua atuação (Martins & Santos, 2022).

O objetivo deste estudo foi a execução de uma formação piloto para profissionais que atendem a crianças e adolescentes em situação de violência sexual no contexto da política pública de assistência social, com intuito de identificar questões relevantes e benéficas na estratégia proposta, bem como de viabilizar adequações necessárias para atividades futuras similares. A ação foi construída a partir da realização de procedimentos de avaliação de necessidades que consistiram em: 1. Revisão de literatura para identificar aspectos importantes presentes em intervenções de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias desenvolvidas em contextos de políticas públicas no Brasil (Pinho & Lordello, 2023); 2. realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam em unidades de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para identificação de desafios e potencialidades nesses contextos de atendimento, bem como de aspectos que julgam importante na composição de atividades de formação como a proposta (Manuscrito 2); e 3. consulta a dispositivos orientadores - cadernos de diretrizes e normativas do SUAS e legislação sobre enfrentamento a situações de violência - que fundamentam a oferta desses serviços para que a ação pudesse abordar os objetivos da política pública de assistência social e aspectos relevantes no enfrentamento a violências.

Método

Trata-se de pesquisa ação qualitativa realizada por meio da oferta de um curso de atualização piloto para formação de profissionais que atuam em Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades que prestam atendimento a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. Costa e Lordello (2021) indicam que pesquisas qualitativas auxiliam na maior compreensão das situações e atores em contextos de vulnerabilidade e ressaltam que a pesquisa ação pode viabilizar a construção de processos colaborativos tendo como foco a resolução de questões da vida cotidiana e real.

Esta ação foi realizada como atividade de extensão a partir de uma parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES). Ressalta-se a importância de que processos de pesquisa possam ser integrados com atividades de extensão ampliando as possibilidades de construção e de disseminação de conhecimento para a comunidade não acadêmica. Parcerias desse tipo permitem que as universidades executem importante função por promoverem a produção conjunta de conhecimentos, conectada com a construção de atividades adequadas e o fortalecimento de políticas públicas, a partir de ações inovadoras e em benefício da comunidade não acadêmica (Costa & Lordello, 2021).

Procedimentos

A formação ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2023, com duas etapas. Os encontros foram realizados com frequência semanal, com um intervalo de duas semanas entre a primeira e a segunda etapas. Cada encontro teve duração média de duas horas e meia.

A primeira etapa consistiu na realização de cinco encontros para discussões sobre questões teóricas, técnicas e trocas de informações sobre dificuldades e possibilidades nos atendimentos a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. Os temas abordados nessa etapa foram as dinâmicas das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, as questões estruturais e culturais envolvidas e como afetam esse público; os objetivos das ofertas no âmbito da política pública de assistência social, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e questões relevantes para atuação em contextos de políticas públicas, como escuta qualificada e posturas adequadas para lidar com violações; o desenvolvimento de crianças e adolescentes e aspectos importantes nos atendimentos prestados a elas; e os desafios para o manejo de atendimentos em grupo. Os recursos utilizados incluíram textos teóricos e institucionais, vídeos e materiais culturais que pudessem auxiliar na mobilização para as discussões e apresentações para sistematizar conteúdos importantes.

A segunda etapa teve seis encontros de intervisão. Neste período, estava prevista a fase de dispersão que consistia na realização pelas/os participantes de atividades de grupo nas unidades de CREAS. Ressalta-se que nem todas as equipes tiveram condições de promover a ação no equipamento em que atuavam e, por isso, algumas/alguns trabalhadoras/es participaram de grupos em outras unidades para realizar a parte prática. Foram realizados quatro grupos nesse período. As atividades de intervisão consistiram na oferta de espaço para que as/os profissionais pudessem realizar partilha de informações e discussões sobre as questões surgidas nos atendimentos de grupo realizados. Assim, as/os participantes descreviam para as/os colegas as atividades realizadas naquela semana, elencando elementos que julgassem importantes para que as ações fossem compreendidas e questões sobre as quais gostariam de refletir ou solicitar apoio. Em seguida, as/os participantes relatavam ideias ou expectativas para os próximos encontros fomentando trocas sobre possibilidades para seu planejamento. Também nesta etapa foram disponibilizados materiais didáticos para fundamentar as discussões ou materiais mobilizadores que pudessem ser utilizados nas atividades coletivas realizadas nas unidades.

Os encontros ocorreram online com utilização de tecnologias de informação e comunicação e foram gravados, com exceção do último que foi intencionalmente presencial. A formação foi facilitada pela pesquisadora e pela orientadora desta pesquisa e contou com a participação e o apoio de duas profissionais da SEDES que trabalhavam na unidade de gestão referência para os CREAS tanto na facilitação quanto no trato de questões administrativas. Ressalta-se que este estudo foi submetido à análise do comitê de ética por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE nº 51977721.7.0000.5540 e aprovado por meio do parecer 5.146.664.

Participantes:

Para convidar as/os profissionais foi disponibilizado link de um formulário para manifestação de interesse em participar. Inicialmente, 44 pessoas preencheram o formulário, sendo 19 especialistas em psicologia, 14 em serviço social, duas em pedagogia, uma em direito, cinco educadoras sociais e três agentes sociais.

A partir dessa manifestação, foi realizado contato com todas as pessoas interessadas e encaminhado link de acesso para o primeiro encontro online que teve por objetivo acolher as/os interessadas/os, apresentar a proposta e o cronograma para que pudessem avaliar a viabilidade de participar. Após esses primeiros contatos, 31 pessoas seguiram e participaram efetivamente do curso. Dentre estas, 15 eram profissionais de psicologia, nove de serviço social, três eram educadoras sociais, duas pedagogas, uma especialista em direito e uma agente social. As/os participantes pertenciam a oito CREAS diferentes, além de profissionais de unidades de gestão. Todas/os as/os trabalhadoras/es participaram das duas etapas da formação, no entanto, 22 participaram da execução de grupos de atendimento realizados em quatro unidades de CREAS diferentes.

Análise de dados

A análise dos dados coletados nesta etapa ocorreu a partir dos registros de vídeo dos encontros realizados ao longo do curso, como descrito. Foi realizada a análise temática a partir das etapas apontadas por Braun e Clarke (2012): 1. Familiarização com os dados: A partir da interação com os vídeos foram realizadas notas acerca dos conteúdos, questões e reflexões apontadas inicialmente; 2. Geração de códigos iniciais: Após interação com as gravações para familiarização e revisão das notas efetuadas foram realizadas as primeiras codificações que puderam ser revistas a partir de novas sessões de leitura ou visualização dos encontros; 3. Busca por temas: buscou-se observar os diversos códigos identificando aqueles que apresentaram similaridades ou aproximação de experiências e que apresentavam algo importante no sentido

de indicar aspectos que precisam ser observados nesse tipo de ação. 4. Revisando temas potenciais: os temas foram revisados, observando os códigos que os constituíam, revisitando mais uma vez os materiais que os geraram com intuito de verificar a relação dos temas com o conjunto de dados. Por fim, foi observado se os temas não estavam se sobrepondo e se os códigos resultantes estavam alocados de forma que os temas pudessem guardar uma homogeneidade interna, mas também preservar a heterogeneidade externa (Souza, 2019); 5. Definindo e nomeando os temas: após a revisão, os temas foram definidos e nomeados buscando expressões que indicassem sua especificidade e sua relação com o objetivo da pesquisa; 6. Produção do texto: os temas foram descritos com utilização de trechos que pudessem exemplificar as questões abordadas e apresentar os dados e a análise.

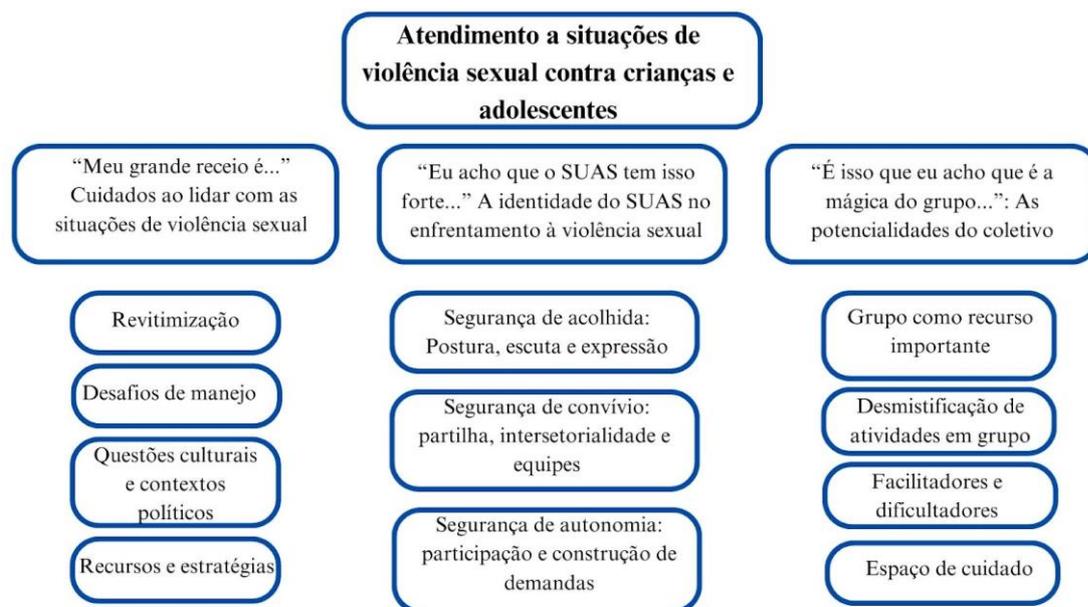
É importante ressaltar que no processo de análise temática, todas essas fases, incluindo o processo de escrita, não ocorrem em sequência linear, mas vão sendo retomadas a partir do início de novas etapas e provocando a revisão de decisões anteriores ou adequações a partir de novas interações com o material e com o processo (Conceição, 2021). Por fim, destaca-se que os trechos apresentados na seção seguinte podem se referir a reflexões realizadas nos encontros a partir de vivências subjetivas das/dos participantes ou de experiências advindas de sua prática profissional e procedimentos realizados nas atividades de dispersão.

Resultados e Discussão

Os resultados foram organizados em torno de três temas: 1. “Meu grande receio é...”: Cuidados ao lidar com as situações de violência sexual; 2. “Eu acho que o SUAS tem isso forte...”: A identidade do SUAS no enfrentamento à violência sexual; e 3. “É isso que eu acho que é a mágica do grupo...”: As potencialidades do coletivo. A figura 1 apresenta um mapa mental dos temas abordados.

Figura 1

Mapa mental dos temas analisados.



“Meu grande receio é...”: Cuidados ao lidar com as situações de violência sexual

Esse tema foi composto por questões referentes a desafios presentes no cotidiano de quem atende a situações de violência sexual, tais como, possibilidades de revitimização e dificuldades de manejar relatos sobre essas violações; os desafios de lidar com aspectos culturais e conjunturas que perpassam essas situações; e a busca por estratégias e recursos que podem ajudar diante desses desafios.

Foi possível observar que o manejo a situações de violência sexual nos contextos de políticas públicas ainda é uma questão desafiadora:

uma preocupação que eu tenho sobre isso é que a gente vai tratar de temas que são muito pesados, que essas famílias já vêm de um contexto de sofrimento, e que às vezes até nessas falas que as famílias compartilham isso pode, de repente, ativar alguns gatilhos em algumas pessoas e aí meu grande receio é de como essa família sai desse encontro...

(P1).

Indica-se a preocupação em ter que lidar com as reverberações de esse tema ser tratado diretamente em encontros de grupos. No mesmo sentido, houve questionamentos sobre como abordar a família em casos iniciais; como lidar com possíveis revelações de situações de

violação sexual em momentos preparados para falar sobre prevenção e que podem abrir espaço para esses relatos; e como realizar convites para esses atendimentos e atividades coletivas.

A violência sexual contra crianças e adolescentes ainda é um fenômeno cercado por diversos tabus, sobretudo porque, embora se refira a relações de poder (Bonfati & Gomes, 2019), também envolvem aspectos ligados à sexualidade. Trata-se, portanto, de uma temática que pode provocar receios diversos nas equipes profissionais. Além disso, essas preocupações e a busca por alternativas adequadas para seu manejo são importantes para evitar processos de revitimização, que consistem em práticas que possam expor crianças, adolescentes e suas famílias a procedimentos desnecessários que as/os levem a reviver as situações de violência sofridas ou testemunhadas (Decreto 9.603/2018).

Surgiram, nesse contexto, exposições e trocas entre as/os participantes sobre alternativas e estratégias que podem auxiliar nas situações e questões elencadas, tais como, realizar convites mais assertivos, focados na apresentação dos serviços e acolhida das famílias, fomentar a troca de informações sobre como enfrentar as violências e seus impactos entre as pessoas atendidas, preparar estratégias para lidar com dificuldades que possam advir das dinâmicas adotadas nos encontros e disponibilizar no início das atividades uma/um profissional para escutas necessárias ao longo dos processos de grupo: “Eu acho interessante [...] no início já disponibilizar, falar, ‘se alguém quiser ao final do grupo um atendimento individual, precisar conversar sobre algo, não necessariamente isso, que chame a gente, o profissional no canto.” (P2). Além desse tipo de partilha, ressalta-se que esse espaço também viabilizou a exposição de situações em que as/os trabalhadoras/es se viram em dúvida sobre as ações que haviam tomado e puderam avaliar junto com o grupo essas questões.

A oferta de educação sexual e de informações sobre violações sexuais como estratégias de prevenção foi outra questão apontada como desafiadora. Uma das profissionais destacou como a realização de atividades desse tipo é importante para possibilitar diálogos protetivos

com adolescentes ao descrever uma ação realizada em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

a gente vivenciou aqui na unidade, no ano passado, um percurso, a gente trouxe sobre a educação sexual [...] esse percurso ele reverberou por seis meses aqui na unidade, onde a gente deixou muito aberto que quem quisesse conversar alguma questão no particular que poderia tá nos procurando em outro momento. E houve uma procura significativa... (P3).

Os processos de educação sexual podem, portanto, possibilitar que situações violadoras culturalmente naturalizadas possam ser identificadas e reveladas, constituindo importantes estratégias preventivas (Paiva & Brandão, 2023). Diante da reconhecida relevância desse recurso, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA - (2017) emitiu uma nota pública em que reafirma o direito dessa população à educação sexual baseada em evidências científicas e adequada ao contexto sociocultural das crianças e adolescentes.

A despeito do reconhecimento da importância desse tipo de atividade, uma participante ressaltou que em ações realizadas nas escolas com educadoras/es tem percebido a preocupação dessas/es profissionais para lidar com essas questões em seu cotidiano:

a primeira coisa que a gente ouvia sempre é que os professores tão num pânico muito grande agora de trazer esse assunto em sala, acho que principalmente por conta do último governo, teve uma perseguição política, uma perseguição muito forte a isso, né? E se você começa a falar de prevenção o pessoal já acha que é ideologia de gênero e o negócio descamba [...].” (P4).

Como alternativa, foi sugerida a utilização de materiais - vídeos e cartilhas - que tem como objetivo a prevenção de violências sexuais oferecendo a crianças e adolescentes informações sobre seu próprio corpo para que possam identificar seus limites, evitando menções diretas à sexualidade.

Com o avanço das concepções conservadoras, as estratégias de proteção passam a ter cada vez mais caráter prescritivo e tutelar, em que os espaços para que crianças e adolescentes obtenham informações e conhecimentos acerca dessas questões são reduzidos e direcionados ao ambiente familiar (Carvalho et al., 2012), sobretudo, com as discussões organizadas em torno da “ideologia de gênero” e do Movimento Escola Sem Partido (Costa et al., 2016; Leite, 2019; Penante & Sousa, 2023). Considerando-se que a maior parte das situações de violação sexual contra crianças e adolescentes ocorre em contexto intrafamiliar, centrar essas discussões neste contexto é contraditório e pouco efetivo. Destaca-se, dessa forma, a importância de ampliação do acesso a direitos sexuais de crianças e adolescentes e aos direitos reprodutivos de adolescentes que potencializam consideravelmente o enfrentamento a violações sexuais e, portanto, constitui estratégia fundamental para isso (Costa et al., 2012; Jimenez et al., 2015; Mendonça & Lima, 2023).

Outras discussões evidenciaram a complexidade envolvida nas dinâmicas de violência sexual marcadas por aspectos culturais e históricos, como a transgeracionalidade, a naturalização desse fenômeno, as dificuldades e o caráter de crise que as famílias e indivíduos enfrentam a partir da revelação:

E não é porque a pessoa não acredita, é porque a vítima ela tem que aguentar em silêncio porque o fato dela não aguentar, ela tá provocando desordem, ela tá provocando, fazendo com que a família, quem esteja ao redor se incomodem [...] não faz sentido, né, na cabeça dessas pessoas que essa paz, essa suposta paz, seja perturbada por um fato que não tem relevância. Porque é tão naturalizado... (P5).

O processo de revelação e atenção a situações de violência sexual é perpassado por questões e sentimentos ambíguos para as crianças, adolescentes e suas famílias. Segundo Coutinho e Morais (2018), a credibilidade dada às vítimas e a disponibilidade de rede de apoio, seja ela familiar, comunitária ou institucional, são mediadores importantes para lidar com os

impactos dessas violações. As autoras ressaltam dificuldades que devem ser consideradas nesses arranjos complexos como o isolamento emocional característico dessas situações, a lealdade das vítimas a suas famílias, o medo das consequências da revelação e a desproteção a que ficam expostas as mães que dependem financeiramente e emocionalmente do agressor. O desconhecimento dessas dinâmicas pode resultar em intervenções inadequadas e prejudiciais para essa população.

Por isso, a proposição de espaços que viabilizem trocas entre profissionais mais apropriados dessas questões e trabalhadoras/es que ainda estão começando a reconhecer e identificar esses aspectos é fundamental. A construção de um ambiente seguro e sem julgamentos para interação sobre as questões cotidianas que tocam esses atendimentos tão complexos pode ajudar a qualificar essas ofertas, bem como permitir partilha de mobilizações advindas desses momentos e o reconhecimento de que lidar com essas situações é desafiador:

E é um processo muito pesado porque a gente sabe que essas mães também passaram pelo mesmo processo e elas não sabem lidar com isso, não conseguem lidar com isso, é perturbador pra elas, é adoecedor pra elas e trabalhar com isso é de uma complexidade sem tamanho, né. (P5).

Estes questionamentos e relatos foram importantes para que os encontros se ajustassem às necessidades daquele grupo, a partir de seus diálogos, reflexões e processos de trabalho.

Por fim, é relevante que na construção de processos de formação não se ignore que as/os profissionais participantes, assim como toda a rede institucional, vivenciam algumas das questões e contextos culturais das famílias e indivíduos que atendem e podem tanto naturalizar as situações de violação como ser impactadas/os pelo contato com tais violações, pelas escutas e ações realizadas. É possível, portanto, que as reflexões sobre estas situações abram espaço para que essas/esses profissionais reconheçam violências já vivenciadas em sua própria história ou contexto próximo: “[...] esse tema tem mexido muito, muito, muito comigo. Porque se a

gente for parar pra pensar, enquanto mulher, a gente sofre violência muito, a gente passa por muitas situações de violência, né.” (P6). Desconsiderar a forma como esse trabalho afeta as/os trabalhadoras/es é permitir que esse exercício se transforme numa vivência individual, solitária (Santos, 2015) e potencialmente adoecedora.

“Eu acho que o SUAS tem isso forte...”: A identidade do SUAS no enfrentamento a violência sexual

Nesta seção, apresenta-se como tema o reconhecimento da identidade do SUAS a partir de aspectos que compõem as seguranças socioassistenciais que viabilizam a oferta de proteção social, objeto principal de intervenção desta política pública. Pôde-se observar questões como importância de posturas adequadas, escuta qualificada e viabilização de outras formas de expressão relacionadas à segurança de acolhida. Já as trocas realizadas nos grupos, a intersetorialidade, o acesso às políticas e serviços e o engajamento das equipes podem ser relacionadas à segurança de convívio. Por fim, a possibilidade de construção conjunta de demandas e a participação das famílias e indivíduos em seu próprio processo de atendimento foram relacionados à segurança de autonomia.

O reconhecimento das seguranças socioassistenciais no contexto do SUAS é fundamental para a realização de ofertas alinhadas com os objetivos dessa política. Ressalta-se que as intervenções realizadas nesse contexto são de caráter psicossocial e não clínico. Os atendimentos em grupo podem ter bons resultados terapêuticos mas não são elaborados com foco evidente em redução de sintomas ou outros aspectos característicos de contextos clínicos. Ademais, as atividades em grupo não são reuniões de pessoas que vão falar de forma individual e desconectada na presença umas das outras. A proposta da realização de atividades coletivas desse tipo é promover a troca de experiências que tomam lugar em uma cultura e território coletivos e partilhados.

As discussões sobre posturas adequadas e espaços livres de julgamentos, muito relacionadas à segurança de acolhida, tiveram lugar de destaque. Foram realizadas muitas reflexões acerca da relevância de se evitar culpabilização e ações que levassem ao descrédito ou penalização de crianças e adolescentes, indicando inclusive que isso pode resultar em retratação quanto a denúncias ou notificações, como observado a seguir:

Eu acho que eu me peguei numa situação assim de perceber o cuidado que a gente tem que ter de não culpabilizar, [...] e o cansaço vem muito disso, a culpabilização mesmo, sabe, de alguns profissionais. E aí esse cuidado que a gente tem que ter, porque acaba que ela escutou isso na delegacia ‘ah, mas você tem que cuidar da sua filha’, tipo assim, como se ela tivesse largado, e é isso, ser mãe é difícil demais né. Ser mãe, pai e responsável é muito difícil. (P2).

A preocupação de não culpabilizar as vítimas e suas famílias é importante no âmbito de uma cultura marcada por valores patriarcais que sustentam as desigualdades sociais, sobretudo de gênero, e expõe crianças e adolescentes que sofreram violências sexuais a processos vexatórios. Estudos tem apresentado situações que se tornaram públicas e retratam os abusos sofridos por crianças e adolescentes durante processos de investigação de crimes sexuais (Costa et al., 2012) ou de busca por direitos assegurados como a interrupção legal de gestação (Paiva & Brandão, 2023) e que retratam as dificuldades enfrentadas por essa população que já tem que lidar com impactos graves nesses contextos. Costa e Lordello (2017) discutem sobre a culpa internalizada ao longo desse processo em que as vítimas tem que reiteradamente se defender das acusações de que foram responsáveis pelas violências que sofreram.

Em contraposição a essas questões, evidenciou-se os benefícios observados em experiências em que se buscou empregar posturas não investigativas ou julgadoras, com olhar empático e protetivo:

eles saíram tão satisfeitos do grupo, e eu acho que quando a gente tem esse olhar de que as vulnerabilidades que a gente trabalha, as violências vêm de uma questão estrutural, a gente tira esse olhar de culpa, né, sobre os usuários. Então, é um tema muito sensível e eu acho que eles foram um pouco com essa resistência, né, e a gente quebrou isso assim, colocando que o nosso olhar sobre as famílias era de ser protetivo. (P7.)

O esforço para adoção de uma postura empática e acolhedora pode ser percebido por meio da atenção a aspectos que buscavam facilitar a troca e o diálogo destacados pelas/os participantes. A construção de espaços de escuta qualificada, de orientações bem fundamentadas em informações relevantes às pessoas atendidas e a oferta de possibilidades de expressão múltiplas foram foco de discussão e reflexões.

As/Os participantes ressaltaram sua percepção de que a preparação de um espaço cuidadoso de escuta, permitiu a expressão mais aberta das pessoas atendidas:

“[...] a escuta dos órgãos não é uma escuta investigativa e ainda bem que não é investigativa, né, porque a gente pode proporcionar esse espaço espontâneo, né, pros usuários colocarem suas questões, enfim. [...] nós fomos no atendimento conversando e ela foi colocando as questões dela [...]. Ela saiu ‘nossa, tô me sentindo bem melhor de ter falado, compartilhado, falado com vocês sobre essas questões.’” (P8).

Foi ressaltado também como importante para construção desse ambiente seguro de escuta o cuidado, não julgar as experiências das pessoas atendidas a partir de suas perspectivas:

Acho que é isso, é como a gente ter o cuidado e o respeito que a gente precisa ter quando a gente se insere no mundo do outro e de ter essa delicadeza, até, de entender que, às vezes coisas que pra gente são muito simples tem uma importância gigante pra outra pessoa... (P1).

Ainda com intuito de viabilizar a construção de bons espaços de comunicação e troca, que possam ser de fato acolhedores, algumas/alguns participantes citaram a relevância de

utilizar materiais ou atividades lúdicas como recursos para potencializar a expressão das pessoas atendidas. Foram citadas a utilização de jogos, desenhos, colagem, expressões artísticas, materiais culturais como disparadores, entre outros:

pensando no contexto de cada sujeito e sua facilidade ou não de expressão, de verbalizar as questões, eu gosto muito de trabalhar as linguagens simbólicas ou com propostas lúdicas que é onde essa pessoa possa estar falando de outras formas sem ser a verbal, né, então contemplar recursos de linguagem verbal e não verbal. (P3).

Há ainda a percepção de que a construção de um espaço de acolhida, que proporciona trocas, também se relaciona com a necessidade de que as orientações e informações direcionadas às pessoas atendidas sejam claras e corretas. O conhecimento da/do profissional acerca de determinadas questões pode proporcionar confiança para que essas interações sejam mais consistentes:

Aí você tem que se inteirar de tudo isso pra poder bem orientar e bem informar o usuário. Então, se a gente tiver com essa segurança, eu penso que o usuário sai mais, não satisfeito porque quem tá em violação, né, não sai... Mas sai pelo menos com aquela garantia de que tá sendo acolhido, né. (P9).

Esse compromisso com a construção de ambientes acolhedores e seguros pode auxiliar no fortalecimento desses equipamentos como centros de referência, de fato, unidades acessíveis e capazes de receber as demandas da comunidade, o que pode ser indicador de segurança de acolhida e foi percebido como positivo durante os encontros:

E aí outro dia uma servidora fez um comentário ‘nossa, como mudou o perfil aqui do CREAS, né, tá bem mais cheio, é, a procura tá muito grande, tá aparecendo muito pop rua’. Eu falei ‘gente, isso é um indicador, assim, importante pra equipe’, eu percebo isso de forma muito positiva. Então, isso significa que o equipamento tá se tornando referência no território, né. Então que bom que as pessoas tão sentindo essa segurança

de vir até esse equipamento de expor suas fragilidades, essas situações de violência, né. (P7).

Essas estratégias são ressaltadas em estudos acerca das situações de violação sexual que requerem espaços seguros de acolhida. A utilização de objetos, ações lúdicas e dispositivos artísticos foi indicada como possibilidade de facilitação de expressão do público atendido, o que é fundamental em situações de violência sexual (Manzan et al., 2021; Moreira & Costa, 2021) em que o silêncio é característico. No que se refere à importância de informações corretas que possam assegurar os direitos das pessoas atendidas, pode-se ressaltar que as ações de psico e socioeducação também são tidas como fundamentais no enfrentamento a situações de violência sexual (Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2014).

Identificou-se também situações referentes ao fortalecimento da segurança de convívio familiar e comunitário. Destaca-se a percepção de que atendimentos em grupo podem ser benéficos por permitir a troca e a escuta de outros indivíduos na mesma situação, inclusive não apenas relacionadas às violências sofridas, mas também a recursos presentes no cotidiano daquelas pessoas e famílias:

[...] eu vejo nitidamente que o grupo ia beneficiar muito ela porque eu acho que ela ia se sentir acolhida. É uma pessoa que tá com problemas psicológicos, tem duas crianças, né, sob sua responsabilidade, tá grávida e tá naquele isolamento. [...] a gente consegue ver isso também, mesmo os que não foram, o tanto que poderia se beneficiar com o grupo, com a escuta das outras mães. (P2).

Esses espaços podem, portanto, promover novas formas de sociabilidade, novas narrativas para as questões vivenciadas e a construção de memórias afetivas conjuntas não apenas comunitárias, mas também familiares:

Tinham brincadeiras, enfim, várias brincadeiras e foi muito interessante como esse jogo proporcionou mesmo a interação, assim, uma afetividade, enfim. Uma convivência, né,

porque a gente resgatava coisas do tipo, tinha algumas perguntas no jogo que eram assim ‘quando sua mãe tá triste, que que você faz, né?’ e fez as famílias pensarem, né, na convivência e tudo mais.” (P11).

A inserção da convivência social no âmbito da responsabilidade pública, por meio da política de assistência social, em contraposição com a perspectiva centrada no indivíduo (Torres, 2022) é um grande recurso para lidar com situações de violência sexual que são marcadas por relações desiguais, isolamento e discriminações.

O acesso a outras políticas e equipamentos, que também são recursos comunitários, constitui fator importante na garantia de segurança de convívio. Destaca-se que o reconhecimento de que as pessoas atendidas também estavam recebendo a oferta de outros serviços pode provocar alívio nas/nos participantes, indicando a importância de que profissionais não se sintam sozinhos e isolados:

me deixa mais tranquila o fato de saber que as, que o público que eu atendo tá na terapia, tá sendo acompanhada [...] por outro serviço que faça atendimento terapêutico. E aí a conversa com esses profissionais também tem me auxiliado. [...] eu acho muito importante e eu vejo, não só nessa temática, mas assim, quando eu trabalho, quando eu vejo que a rede tá funcionando, eu vejo que o caso ele tem uma resolutiva melhor. (P2).

São identificados como mediadores de impactos de violência sexual aspectos relacionados a características das vítimas, dos agressores, das violências e as redes de apoio, sendo esse último o único passível de intervenção (Hohendorff & Patias, 2017). Por isso é imprescindível a realização de ações que tenham como foco a promoção de fortalecimento de vínculos. Coutinho e Morais (2018) indicam que a atuação dessa rede de apoio, inclusive institucional, é muito importante nos complexos processos de revelação e atenção a violências sexuais. A promoção da intersetorialidade figura, portanto, como importante fator nesses processos de atenção e aponta-se que as ações com intuito de promover segurança de convívio

não se restringem a atividades desenvolvidas com as pessoas atendidas, mas englobam processos de integração com outros órgãos e políticas.

No entanto, foram ressaltados também dificuldades de contato com a rede para efetivação de atendimentos e atividades de grupo, sobretudo, com o conselho tutelar que é a principal porta de entrada para essas situações:

Eu queria falar um pouquinho antes, né, da dificuldade que a gente teve de formar o grupo. Eu queria conversar um pouquinho sobre isso, queria que vocês me ajudassem um pouco, principalmente com relação ao conselho tutelar. [...] Aí eu queria só colocar essa parte do conselho tutelar porque eu queria muito assim, que outros territórios falassem um pouquinho, se é assim mesmo porque isso pra mim é novo, né. (P12).

Foram apresentadas estratégias para lidar com essas dificuldades, indicando que esse contato com a rede é de fato um processo de vinculação continuado para fortalecer esse trabalho conjunto e o acesso das famílias aos serviços:

sobre conselho tutelar, a gente sempre vai ter essas dificuldades e realmente é insistir, assim, na questão do, da capacitação mesmo. Acho que é meio uma capacitação, uma vinculação também com o conselho que a gente tem que ter, aproximação mesmo... (P2).

Esses obstáculos são reconhecidos em outros estudos, tais como, dificuldade para o encaminhamento das situações de violência sexual às unidades em razão de questões burocráticas (Cabral et al., 2008) ou de estabelecimento de um fluxo acertado com reconhecimento das atribuições de cada ator da rede (Broseguini & Iglesias, 2020). A atuação em rede institucional é um pilar fundamental do processo de enfrentamento a situações de violência sexual, reconhecida inclusive nas legislações vigentes que buscaram efetivar o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) (Lei nº 13.431, 2017).

A necessidade de articulação e o papel do SUAS nesse quesito são citados nos encontros como um recurso importante no contexto de enfrentamento à violência sexual: “Então, eu acho que a articulação entre as políticas é muito forte no SUAS. [...] eu acho que o SUAS tem isso forte, essa articulação, essa coisa do, de compartilhar mesmo os casos e procurar o melhor serviço pro usuário.” (P2). O fomento da atuação em rede é uma diretriz da política de assistência social e o caderno de orientações técnicas do CREAS indica como competência desse equipamento o relacionamento cotidiano com unidades que prestam acompanhamento ao seu público-alvo e a organização de espaços para troca de informações, discussão de casos e monitoramento de encaminhamentos (Ministério do Desenvolvimento Social [MDS], 20011).

A construção de espaços acolhedores e de vínculos fortalecidos também entre profissionais e pessoas atendidas, viabiliza a realização de negociações em que as/os usuárias/os buscam estratégias para satisfação de suas demandas com o apoio da equipe que a/o acompanha, aspectos relacionados à promoção de segurança de autonomia:

eu acho que autonomia tá ligado muito com isso. Não é o fato de a pessoa conseguir por si mesma localizar alguns serviços [...]. Quando uma família ou uma pessoa chega pros atendimentos, a gente tá ali nessa parte do apoio, dessa negociação que ela tem pra gerir algumas coisas e acessar alguns serviços. [...] e aí vai construindo esse processo de autonomia né, que é essa troca. Isso de conseguir negociar as próprias vontades e etc. (P10).

Observou-se que em todos os grupos da fase de dispersão houve relatos de levantamento de expectativas e demandas para as temáticas a serem abordadas, bem como de elaboração conjunta de contratos:

A gente deu continuidade ao grupo criando também uma regra de convivência, né. A gente criou coletivamente, deixou em aberto pra elas definirem o que era importante pra aquele grupo, e foi legal que foi construído de maneira coletiva mesmo.” (P13).

Foi possível observar que a identificação de demandas não foi realizada apenas no início das atividades, mas ao longo dos grupos e puderam ser abordadas nos processos de atendimento e nas intervisões. Indicou-se ainda que as pessoas atendidas participaram não somente da fase inicial dos grupos, referentes a demandas e contratos, mas de outros momentos desse processo:

E eu achei interessante essa questão de falar sobre a facilitação porque os próprios usuários, eles também vão dando feedback de como eles se sentem confortáveis de que o grupo seja conduzido, né. [...] ela chamou a gente pra participar. Então o próprio grupo, ele dá o feedback também de como ele sente confortável, né, em relação a condução. (P14).

A identificação das demandas de pessoas atendidas na política pública de assistência social é, por muitas vezes, apontada como desafio. Isso em razão de que, no caso de atendimento a famílias que vivenciaram situações de violência, é comum que não busquem o serviço por conta própria, mas que sejam encaminhadas por outros órgãos do SGD. É importante, portanto, que no processo de atendimento, sejam construídos espaços para que suas necessidades possam ser destacadas, acolhidas e consideradas. Isso pode ser facilitado quando há empenho na realização de intervenções psicossociais que considerem aspectos históricos, sociais e políticos vivenciados nesses contextos, com práticas pautadas por posturas reflexivas e críticas capazes de ir além de ações ajustadoras ou adaptativas (Costa & Lordello, 2019).

Por fim, outra questão que corrobora essa participação na oferta diz respeito a falas sobre como as pessoas atendidas podem eleger espaços para narrar as situações de violência sofridas com os recursos que escolheram para tal:

a gente fez uma atividade de linha da vida e aí eu fiquei, assim, me marcou, né, que teve uma das adolescentes que ela fez a linha da vida dela [...] aí ela escolheu, eu não lembro qual símbolo, mas ela colocava assim o símbolo na linha da vida dela e escrevia ab. Aí na hora de falar o que era ela falava ‘ah isso aqui foi o abuso’. E aí ela tinha pontuado assim isso ao longo da vida dela. (P4).

Existe a crença de que um grupo voltado a indivíduos e famílias que lidam com impactos de situações de violência sexual terá esse tema como central, o que causa receio e desencoraja a construção dessas atividades. No entanto, ressalta-se que essas crianças, adolescentes e seus familiares não têm suas vivências restritas às situações de violação que enfrentaram e podem ou não eleger aquele espaço para tratar dessas situações: “Porque quando a gente começou a fazer o grupo, eu vi que realmente não precisava falar da violência em si, não precisava saber os pormenores, não era esse o objetivo. [...] não necessariamente tem que falar daquilo.” (P14). Assim, a busca por promoção de espaços de autonomia e que promovam o reconhecimento das potencialidades das pessoas atendidas pode ajudar a desconstruir o mito de que a violência sofrida será tema central nesses atendimentos e a lidar com os receios advindos dessa questão.

É possível, portanto, que com o fomento de estratégias de segurança de autonomia, as pessoas atendidas se apropriem desses espaços num importante exercício de participação em seu próprio processo de atendimento, reconhecendo-se como sujeito de direitos com possibilidade de agência e não como espectador passivo exposto a orientações propostas nos espaços de atendimento. Espera-se que se tornem cada vez mais protagonistas, assumindo o lugar de especialistas nos conteúdos que vivenciam, enquanto as/os facilitadoras/es tornam-se especialistas nos processos que permitem viabilizar tais espaços (Mofarrej et al., 2020).

Ressalta-se o esforço para que o ambiente de formação também fosse perpassado pelas vivências das seguranças socioassistenciais que constituem os processos de proteção social.

Buscou-se a construção de uma relação de horizontalidade com intervenções não centradas nas facilitadoras, postura empática e não julgadora, e adoção de disparadores diversos que pudessem estimular a expressão tanto das dificuldades e obstáculos quanto de estratégias e recursos disponíveis. Observou-se que houve rica troca de experiências entre os profissionais não apenas nos encontros, mas durante a realização dos grupos e em seus planejamentos. Salienta-se ainda a possibilidade de tomada de decisões sobre participar ou não da atividade de dispersão, seleção do público a ser atendido, frequência de atendimento, entre outras questões, a partir de seus recursos e possibilidades. Destaca-se que a realização de estratégias de educação permanente que estimulem a participação social das/os profissionais pode propiciar que se sintam mais motivados a revisitar seus processos de trabalho buscando práticas mais horizontais e fortalecedoras de autonomia também com a população atendida (Ferreira & Torres, 2017; Santos et al, 2021).

Embora seja didaticamente relevante apresentar estas seguranças separadamente, observou-se que, na prática, elas se interconectam e se retroalimentam. Um exemplo disso pode ser indicado ao se analisar a questão colocada por Torres (2022): “a construção de uma demanda não se expressa por automático; ela é fruto de uma relação que se estabelece entre as equipes profissionais e cidadã/ãos que buscam os serviços públicos.” (p.174). A construção da demanda pode ser relacionada à segurança de autonomia; mas toma forma a partir da relação instituída que se refere à segurança de convívio na garantia do acesso à rede institucional; o que ocorre quando há segurança de acolhida, com a construção de um espaço adequado para essa expressão. Dessa forma, a oferta de segurança de acolhida é fundamental para o fortalecimento de vínculos saudáveis e a exposição de demandas de forma autônoma que podem gerar novos espaços de acolhida.

“É isso que eu acho que é a mágica do grupo...”: as potencialidades do coletivo

A estruturação deste tema se deu a partir de reflexões importantes sobre a realização de atividades em grupo na política pública de assistência social. Os aspectos identificados neste tema são: os grupos como recursos importantes para a oferta no SUAS; a desmistificação das atividades em grupo, seja no sentido de que são de difícil realização e necessitam de muitos preparativos, seja destacando-se também que são atividades que demandam engajamento e energia; aspectos facilitadores e dificultadores para realização dessas atividades; e o grupo como um espaço de cuidado para as pessoas atendidas, mas também para profissionais.

Ao longo das discussões, ressaltou-se que as atividades em grupo podem ser ferramentas valiosas para o trabalho social com famílias, tanto por serem benéficas às pessoas atendidas quanto por potencializarem a oferta dos serviços socioassistenciais:

Eu acho que o grupo ele tem uma potencialidade muito grande, né, principalmente dessas trocas de experiência entre as pessoas, é onde a gente pode ver como que aquelas famílias podem se ajudar juntas, né, trocarem estratégias pra enfrentar alguma situação e eu acho que essa é uma das potencialidades muito grande, quando a gente fala das seguranças do SUAS [...]. Então, é um dos ganhos muito, muito importante e que potencializa demais nosso trabalho. (P10).

A política pública de assistência social tem por objetivo o enfrentamento a desigualdades sociais que provocam relações assimétricas, muitas vezes, violentas. Considerando que essas disparidades são coletivamente construídas e sustentadas, atividades também coletivas podem ser ferramentas potentes para seu enfrentamento. Por isso, identifica-se que atendimentos em grupo ou oficinas são recursos valiosos para o trabalho social desempenhado nos equipamentos do SUAS. Destaca-se que assertivas relevantes sobre as questões que tornam o trabalho em grupo potente no contexto da assistência social foram observadas:

o grupo, ele supre algumas coisas que você não consegue trazer, reflexões que você não consegue trazer no individual, por mais que a gente seja empático e tenha uma horizontalidade com o usuário, assim, o usuário escutar do outro que ele não tá sozinho, ele ver no grupo as pessoas com a mesma situação, esse sentimento de pertencimento, essa diminuição da culpa [...]. A sensação de não estar sozinho no grupo ela é, ela acontece natural, né. Então, muitos fatores do grupo facilitam muito o trabalho do CREAS [...]. (P16).

Os aspectos destacados corroboram os fatores terapêuticos apontados por Yalom (2006) que são desejáveis em dinâmicas de atendimento em grupo, como universalidade, fato de participantes identificarem que outras pessoas vivenciam situações semelhantes e que pode auxiliar na redução de sentimento de culpa e vergonha; e compartilhamento de informações, como estratégias e recursos utilizados por outras pessoas para resolução de questões parecidas. Também nesse sentido, estudos tem indicado que atendimentos em grupo demonstram melhor resultado na atenção a situações de violência sexual em razão do espaço para compartilhamento de experiências com redução de sintomas e do sentimento de culpa (Espíndola & Batista, 2013; Habigzang et al., 2006).

Essa identificação com outras pessoas proporcionada pelos grupos também auxilia no reconhecimento e potencialização de recursos existentes no território, já que no âmbito da política de assistência social os atendimentos permitem que pessoas da mesma região e com vivências culturais e sociais semelhantes troquem experiências: “Penso que o trabalho coletivo alcança melhor as realidades dos territórios, mas hoje sinto mais dificuldade” (P15). Costa e Lordello (2017) indicam a possibilidade de reconhecimento de recursos e potencialidades das pessoas atendidas em atividades de grupo. As autoras reforçam, inclusive, a importância de que esses espaços de atendimento busquem promover recursos saudáveis o que ajuda a evitar revitimizações, bem como exaltam como benefícios de atendimentos em grupos a abertura de

espaços para expressar questões que não são aceitas em outros contextos, e a possibilidade de que as pessoas atendidas reconheçam que são apoiadas pelo grupo, mas também podem apoiar outras pessoas, percebendo que tem algo valioso a ofertar.

Observou-se ao longo dos encontros, discussões sobre crenças associadas a demandas específicas para realização de atividades em grupo, como o nível de complexidade e necessidade de preparação para efetivá-los: “[...] me lembrou dos inícios que a gente tinha de grupo, como a gente achava que era difícil fazer um grupo e, na verdade, ele acontece, assim, ele acontece.” (P16). Nesse sentido, houve relatos de que é muito importante identificar estratégias já utilizadas em outros momentos, aproveitando conhecimentos adquiridos em experiências anteriores:

E foi muito mais rápido porque a gente não precisou começar do zero, ninguém precisa começar do zero pra fazer um grupo porque tem muito material legal e o próprio grupo se faz, né, o próprio grupo se faz, é isso que eu acho que é a mágica do grupo, assim, o mais bonito de ver acontecendo. (P16).

Entretanto, ainda que tantas potencialidades sejam observadas na realização de atividades coletivas, é importante não invisibilizar as dificuldades presentes neste percurso. Essas são atividades que requerem engajamento e podem representar um grande gasto de energia para as equipes: “Grupo é, de fato, muito potente para o acompanhamento. Mas é exaustivo, sinceramente.” (P17). Embora a atenção em grupo permita a coletivização de muitas demandas, pode haver também a necessidade, em alguns momentos, de atenção individual:

Eu lembrei de um desafio aqui de grupo, de você fazer grupo, é você perceber as situações individuais ali que aparecem dentro do grupo, e aí é cansativo justamente por isso também, [...] porque o grupo acaba mas depois você tem muita demanda. (P2).

Diante de desafios como esse, uma das principais questões elencadas foi a importância da participação e organização da equipe para realização dessas atividades: “Uma equipe

organizada é melhor que um equipamento organizado. Não que o equipamento organizado não seja importante, mas que a união da equipe, ela faz com que as coisas aconteçam, né?” (P5).

Outros desafios também foram abordados, como as dificuldades para realização de visita domiciliar e para conseguir alimentação, estratégias frequentemente utilizadas no contexto do SUAS. Ressalta-se que dificuldades com infraestrutura para realização de grupos foram citadas também em outros estudos (Campos, 2016; Costa et al., 2007) e que tais aspectos podem impactar tanto a adesão às atividades quanto a qualidade de sua realização.

Lidar com a temática de violência sexual, também foi destacado como desafio. Ressaltaram-se dificuldades de manejo tanto em razão do possível silêncio extremo, presente em alguns grupos com essa temática em razão das dinâmicas envolvidas nessas violações, quanto a fala descontrolada, resultante da percepção de que há um espaço de acolhida seguro para expressão: “Então, foi meio difícil a gente conseguir manejar isso com as outras violações porque era esses extremos, né. Ou o silêncio extremo ou só esse assunto e assim de um jeito meio verborrágico, né.” (P4). Destacou-se que o problema não eram as narrativas sobre as violações, mas sua presença num espaço despreparado e sem propósito. Como alternativa para lidar com esses desafios, foi indicada a realização de grupos específicos para essa temática, o que pressupõe uma preparação para receber esses relatos, ou o direcionamento para a partilha com outras famílias, buscando descentralizar as falas e promover maior protagonismo ao grupo: “Quando surge alguma narrativa mais densa buscamos ver como toca com outras histórias no grupo e como alguma atividade conversa com as narrativas. Métodos mais ativos de ação a partir do que o grupo vai trazendo.” (P11).

Ao falar de experiências anteriores, participantes indicaram a realização de supervisões como estratégia que pode ajudar a lidar com os desafios nesse contexto: “E também positivo foi a supervisão e a troca com as demais unidades que participaram.” (P17). Essa possibilidade foi ressaltada não apenas como meio de qualificar atendimentos, mas também como

possibilidade de prestar cuidados às/aos profissionais: “se não tivermos um bom suporte nós quem também adoecemos, intervenção e supervisão” (P18). A supervisão técnica é uma das ações de capacitação possíveis previstas na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS ([PNEP/SUAS], 2013) e tem como objetivo apoiar e acompanhar equipes de trabalho no desenvolvimento de suas funções, viabilizando reflexões sobre aspectos relacionados às práticas profissionais com formulação de alternativas de respostas para as questões encontradas. A utilização do termo intervenção nesta pesquisa como em outras (Silva & Lordello, 2021) busca ressaltar a busca por relações de horizontalidade, co-construção e validação dos conhecimentos e habilidades das/os profissionais participantes.

As trocas propostas nos espaços de oficina e intervenção foram percebidas como benéficas auxiliando nas discussões, nos planejamentos e no reconhecimento e validação de habilidades das/dos profissionais:

Então a gente tá nessa fase, assim, de experiências positivas, estamos tendo bons resultados, estamos aprendendo com vocês, quando vocês passam uma experiência eu falo ‘vamos pegar isso aqui, vamos incorporar isso aqui na nossa oficina, no nosso, na nossa forma de trabalho em grupo’ e a gente tá assim aproveitando o máximo de vocês, aprendendo com quem já está executando os grupos.” (P19).

Este espaço pode, portanto, permitir a identificação e nomeação de experiências e sua transformação em conhecimentos (Finkler et. al, 2021), viabilizando construções conjuntas e conectadas com as realidades vividas. Além do ambiente de troca e reconhecimento, o processo de intervenção pode proporcionar um espaço de cuidado e de suporte. Os atendimentos a situações de violência, sobretudo, sexual impactam as/os profissionais envolvidas/os: “Tá causando muito desconforto, desde os primeiros grupos que eu fiz aqui no CREAS me trouxe muito desconforto mesmo essa temática e... continua me causando né? e eu venho assim pensando e refletindo. É isso. É só um desabafo” (P6). É fundamental que sejam elaboradas

estratégias de atenção aos impactos desse tipo de atendimento para as/os profissionais, que podem resultar em consequências para essas/es trabalhadoras/es e reverberar na qualidade dos atendimentos prestados à população (Nunes et al., 2019). Ressalta-se, assim, a importância de espaços em que possam ser construídos, promovidos e compartilhados recursos para lidar com as questões causadas por essa rotina de atendimentos.

A troca com colegas de trabalho foi uma das estratégias mais apontadas para lidar com as dificuldades após a realização de um atendimento difícil. A importância da acolhida entre as/os trabalhadoras/es no contexto dessa política pública também foi ressaltada: “Eu acho que na assistência o acolhimento é que faz toda diferença, né, de nós pras famílias e de nós trabalhadores uns com os outros [...]” (P16). A sensação de pertencimento e suporte encontrada nos colegas também foi destacada: “[...] tava lembrando assim de todo o processo da elaboração do encontro, né, e o tanto que foi bom. [...] tô emocionada [...] E assim, foi muito importante pra mim. Eu me senti muito acolhida [...]” (P2).

Foi possível observar, portanto, o reconhecimento de que a intervenção também consistia em um grupo capaz de auxiliar na identificação de dificuldades enfrentadas pelas/os profissionais e de estratégias para lidar com elas:

é importante, assim, poder ter esse espaço e vivenciar o grupo, que é o grupo que a gente conduz, mas é um grupo também, né, que é o grupo da intervenção, o grupo que a gente também tem de poder se organizar, enquanto colegas que tão conduzindo esse grupo. (P20).

Indica-se, assim, que os ambientes coletivos de reconhecimento de obstáculos e recursos são benéficos para as pessoas atendidas, e representam uma ferramenta de cuidado para as/os trabalhadoras/es: “Eu acho que todo grupo tinha que ter essa, esse suporte pra gente trocar essas experiências e poder ser escutado, porque a gente trouxe muita angústia, muita angústia mesmo, assim, durante a intervenção.” (P2)

Além da possibilidade de acolhida aos outros, ressaltou-se a importância de um olhar mais cuidadoso e menos crítico consigo. Em diversos momentos percebeu-se a dificuldade de ressaltar qualidades ou potencialidades no cotidiano de trabalho, enquanto observavam-se falas muito baseadas em obstáculos. Uma das participantes lembrou uma situação em que percebeu a importância de atentar-se para isso após o processo de avaliação de um grupo anterior:

E a gente ficou surpresa com o quanto a gente tinha conseguido alcançar de perspectiva mesmo na vida daquelas pessoas, de como tinha sido engrandecedor e a gente achava que tinha sido péssimo. E aí a gente parou pra, e aí a gente precisou parar pra se olhar também com mais carinho, né, acho que foi bem importante. (P1).

Intencionou-se, nesta formação, a construção de um espaço em que as/os profissionais também pudessem vivenciar as seguranças de autonomia, convívio e acolhida que buscam assegurar por meio do trabalho social desenvolvido no SUAS. Essas seguranças podem ajudar a qualificar as ofertas, mas também podem proporcionar o fortalecimento das equipes. Finkler et al. (2021) em apresentação de um processo de intervenção indicam a relevância de que trabalhadoras/es possam vivenciar uma experiência de cuidado e afeto, questões que também são fundamentais para o trabalho social desenvolvido por elas/es. Outros aspectos importantes a serem observados em espaços desse tipo são a busca por relações horizontais e acolhedoras, a promoção de pertencimento e de críticas cuidadosas e construtivas.

Observa-se, portanto, que espaços coletivos podem ser muito benéficos às pessoas atendidas e podem constituir ambientes de cuidado e fortalecimento para profissionais que lidam com situações tão complexas e precárias, em contexto muitas vezes adoecedores. Constituem-se como estratégias que possibilitam a colocação das práticas profissionais no centro dos processos de formação, potencializando a participação e o protagonismo das/dos trabalhadores:

E é muito bom, assim, a gente ter esse espaço, esse grupo também é um espaço de acolhimento, tem sido maravilhoso, assim. A gente ouvir e ser ouvido e ver como que a gente mesmo depois de tantos anos de trabalho a gente consegue ainda se reinventar, né, e receber e dar dentro do nosso trabalho, assim, muito bom. (P16).

Considerações finais

Intervenções inadequadas ou a falta de ações para lidar com situações de violência sexual contra crianças e adolescentes são considerados danos secundários para essa população (Costa & Lordello, 2017). É fundamental a construção de espaços de formação que permitam o desenvolvimento de ofertas e ações para lidar com essas violações.

Considerando que as/os trabalhadoras/es também vivenciam o contexto sócio-histórico em que atuam, é fundamental que os ambientes de formação sejam dialógicos, buscando o desenvolvimento de consciência crítica, para que as/os profissionais reconheçam a historicidades das questões, bem como os recursos e barreiras presentes. Esses espaços de formação podem representar, portanto, investimento na qualificação dos serviços, mas também no cuidado com as/os profissionais que promovem essas ofertas.

Evidencia-se, assim, o desafio de buscar estratégias que viabilizem a realização dos processos de formação conectados a realidade e efetivamente continuados e consistentes. Uma das questões percebidas, neste estudo, é a dificuldade para a alocação de atividades de qualificação, como oficinas ou intervisões, na sobrecarregada agenda de trabalho das equipes. Desenvolver uma ação que tinha como parte prática a realização de atendimentos na unidade pode ter auxiliado no processo de adesão e de compreensão desta atividade formativa como parte do processo de trabalho das/os participantes. Assim, estratégias que envolvam teoria e prática podem auxiliar. Neste estudo, não foi possível a utilização de fóruns ou ferramentas do tipo para comunicação no período entre os encontros. Atividades que viabilizem a troca de informações para além do momento das intervisões, permitem o mapeamento de novas

demandas, potencializam as partilhas e ampliam as possibilidades de participação e acompanhamento das facilitadoras que não realizam as atividades práticas.

A parceria entre a universidade e o órgão executor da política de assistência social para realização de uma atividade de extensão propondo uma ação formativa pode ser um instrumento valioso na implementação de estratégias de educação permanente. A característica inovadora das propostas de extensão e a possibilidade de se apresentar como alternativa consistente e contínua da instituição de ensino pode ser um caminho para lidar com o desafio de manter ofertas continuadas de formação nas políticas públicas. Essas articulações precisam ser realizadas de forma conectada às realidades dessa população considerando suas vulnerabilidades, necessidades e potencialidades para ultrapassar a visão de qualificações baseadas em prescrições e protocolos elaborados.

Referências

- Bonfati, A. L., & Gomes, A. R. (2019). Violência sexual contra meninas: infâncias diante do desamparo em uma sociedade heteropatriarcal. In A. A. Silva, A. L. G. Faria, & D. Finco (Orgs.). *“Isso aí é rachismo!” Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras*. (pp. 179-202). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Braun, V. & Clake, V. (2012). Thematic analysis. In: Cooper, H.; Camic, P. M.; Long, D. L.; Panter, A. T.; Rindskopf, D. & Sher, K. J. (Eds.) *APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological*. American Psychological Association.
- Broseguini, G. B. & Iglesias, A. (2020). Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4991-5002. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>

- Cabral, A. G., Giese, J., Souza, M., & Toneli, M. J. F. (2008). Atenção a vitimizadores sexuais, suas vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis. *Extensio, Revista Eletrônica de Extensão*, 5(6). <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Carvalho, C. S., Silva, E. R., Souza, S. J., & Salgado, R. G. (2012). Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. *Psicologia Clínica*. 24 (1). 69-88.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA]. (2017). Nota Pública sobre Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes. <https://encurtador.com.br/lpIVX>
- Conceição, M. I. G. (2021). Análise temática: como fazer análise qualitativa de dados qualitativos. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern. (Orgs.). *Estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica: Possibilidades e avanços*. (pp. 67-86). Curitiba: CRV.
- Costa, P. R., Grossi, M. P., & Macarro, M. J. M. (2016). “Não dói o útero e sim a alma”: A violência sexual que fere, que mata, que dilacera as mulheres no Brasil. *Caderno Espaço Feminino*. 29 (2). 124-149. DOI 10.14393/CEF-v29n2-2016-9
- Costa, L. F. & Lordello, S. R. (2021). Pesquisa com populações vulneráveis e em contexto de grande complexidade. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern. (Orgs.). *Estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica: Possibilidades e avanços*. (pp. 67-86). Curitiba: CRV.
- Costa, P. H. A. & Lordello, S. R. (2019). Psicologia e realidade brasileira: notas preliminares para uma práxis psicossocial. Em: Antloga, C., Brasil, K. T., Lordello, S. R., Neubern, M. & Queiroz, E. (Orgs.) *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. Brasília, DF: Technopolitik.

- Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. A., & Borba, N. F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 245-255. <https://cutt.ly/iBOITip>
- Coutinho, M. L. & Morais, N. A. (2018). O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 18 (1). 93-113.
- Decreto 9.603, de 10 de dezembro de 2018. (2018). Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. <https://cutt.ly/HLeDg0V>
- Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso sexual infanto-juvenil: A atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 596-611. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300007>
- Ferreira, S. S. Torres, A. S. (2017). Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social em Revista*, 20(1), 215-232. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2017v20n1p215>
- Finkler, L., Cunda, M. F., Giongo, C. D., Rosa, H. R. & Obst, J. (2021). Intervisão: Estratégia de Formação Profissional para o Trabalho com Famílias e Comunidades. *Pensando Famílias*. 25 (1). 112-126.
- Jimenez, L., Assis, D. A. D. & Neves, R. G. (2015). Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde. *Saúde Debate*. 39 (107). 1092-1104. DOI: 10.1590/0103-110420151070385
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroehrer, F., & Koller, S. (2006). Grupos de terapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção. *Psicologia Clínica*, 18(2), 163-182. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200012>

- Hohendorff, J. V., & Patias, N. D. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*. 49(1). 239-257.
<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>
- Hohendorff, J. V., Salvador-Silva, R., Andrade, R., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 27(3), 424-433.
<https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427302>
- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências. <https://cutt.ly/eLeDzty>
- Leite, V. (2019). “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*. 119-142.
<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>
- Lordello, S. R. M. & Costa, L. F. (2017). Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica*. 59. 52-70.
- Manzan, F. R. A., Hueb, M. F. D., Santeiro, T. V., & Borges, M. A. P. (2021). Enfrentamento materno diante de violência sexual: Experiência grupal em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. *Refacs*, 9(1), 159-168.
<https://doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5114>
- Marchi, G. S. S., Alves, P. B., & Ribeiro, R. K. S. M. (2023). Gênero e violência sexual contra crianças: um debate sobre relações de poder. *Interação em Psicologia*. 27(2). 346-355.
<https://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i3.92830>
- Martins, J. S. & Santos, D. K. (2022). atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: percepções de psicólogas de um CREAS/PAEFI.

Psicologia: Ciência e Profissão, 42 e233520, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233520>

Mendonça, V. N. T. & Lima, M. C. V. (2023). Ameaça neoconservadora aos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes. *Argumentum*.15 (1). 174-187. <http://10.47456/argumentum.v15i1.39010>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF. <https://encurtador.com.br/kxOT5>

Mofarrej, G. J. C., Paschoal, V. N., Medina, G. B. K. (2020). Práticas Colaborativas e Dialógicas como Recursos para a Promoção da Saúde Mental: Uma Entrevista com Harlene Anderson. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*. 9 (2). 9-18. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/326/201>

Moreira, D. L., & Costa, L. F. (2021). Psychosocial intervention in sexual violence against children: Reflexivity and psychodramatic resource. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 29 (1), 16-25. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.21449>

Nunes, M. C. A., Lira, A. N., & Morais, N. A. (2019). Cluster de Engajamento e Satisfação de Profissionais da Rede contra a Violência Sexual Infantojuvenil. *Avaliação Psicológica*. 18(4), 352-361. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18734.03>

Paiva, S. P. & Brandão, E. R. (2023). Abusos sexuais de crianças e adolescentes: não podemos ‘aguentar mais um pouquinho’! *Argumentum*.15 (1). 188-201. DOI: <http://10.47456/argumentum.v15i1.38931>

Paludo, S. S., Nascimento, D. B., Lordello, S. R. M. & Rosa, E. M. (2020). Home is not always a safe place: A bioecological approach for the violence in pandemic time. *Estudos de Psicologia*. 25 (2). 222-231. DOI: 10.22491/1678-4669.20200022

- Pantoja, L. M. & Pinheiro, F. A. (2015). Infância e Adolescência abandonadas: os pressupostos jurídicos do acolhimento institucional. In M. A. Penso, & L. F. Costa (Eds.) *Infância e adolescências abandonadas: acolhimento institucional do Distrito Federal*. Brasília: Paco Editorial.
- Penante, A. P. & Sousa, A. A. S. (2023). Infância, adolescência e direitos sexuais no Brasil: conservadorismo em azul e rosa. *Argumentum*. 15 (1). 160-173. DOI: <http://10.47456/argumentum.v15i1.38999>
- Pinho, A. R. I., & Lordello, S. R. M. (2023). Atendimento à violência sexual no contexto de políticas públicas: Uma revisão integrativa. *Interação em Psicologia*. 27(2). <https://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i2.86304>
- Santos, L. N. (2015). As psicólogas no SUAS: Mobilizando recursos para uma atuação com compromisso social. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 4(1). <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v4i1.588>
- Santos, R. M. (2018). Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. *Teoria e Cultura*. 13 (2). 118-134.
- Santos, L. N., Santana, I. O., Sales, E. F., Souza, R. M., Andrade, J. C. & Rangel, T. S. B. (2021); Quem forma quem? Experiência de extensão universitária em tempos de pandemia com profissionais da política pública de assistência social. In M. Lima, D. Coutinho, V. Bustamante, S. Aires, & R. Patiño (Orgs). *Pensar Junto/Fazer com. Saúde mental na pandemia de COVID-19*. (pp. 463-484). Salvador: EDUFBA.
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (2012). *Norma Operacional Básica: NOB-SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://cutt.ly/6LeDC73>
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 71(2). 51-67.

- Silva, I. M. & Lordello, S. R. (2021). A supervisão clínica a partir de uma perspectiva sistêmica e construcionista social: Uma revisão narrativa da literatura. In T. Féres-Carneiro (Org.) *Casa e Família: Clínica, conflitos e afetos*. (pp. 59-78). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Spaziani, R. B. (2020). As dimensões de gênero na produção da violência sexual contra crianças. *Gênero*, 21(1), 265-284. <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46927>
- Sposati, A. (2016). Que política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? *Argumentum*, 8 (2), 6-15. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i2.12776>
- Torres, A. (2022). Segurança de convivência no SUAS: proteção em situações de violações de Direitos Humanos. In R. F. S. Paula (Org.) *Direitos humanos em tempos de barbárie: questionar o presente para garantir o futuro*. (pp. 145-149). São Paulo: Cortez.
- Torres, A. S.; & Ferreira, S. S. (2019). Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais. *O social em Questão*, 45, 279-302

Considerações Finais da Tese

O processo de construção dessa pesquisa foi atravessado por diversos questionamentos, revisões, retomadas, reavaliações e reencontros. A proposta inicial tinha foco no atendimento à população impactada por situações de violência contra crianças e adolescentes no âmbito da Política Pública de Assistência Social. A violência sexual estava ali, mas encontrou um lugar de evitação, como lhe é característico, estando dispersa nesse contexto. No entanto, uma vez mais, o contexto acadêmico me permitiria, ou melhor, me convidaria a investigar esse fenômeno sob outras perspectivas.

Em meu primeiro contato com o tema, no mestrado, percorri um caminho de compreensão, de identificação das demandas, de mapeamento e de reconhecimento da questão. Nesta segunda oportunidade, o problema se apresentava de outra forma, a angústia mobilizadora para esse processo solicitava a busca por recursos e ferramentas. A proposta inicial era a elaboração de estratégias de intervenção voltadas a crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar e suas famílias. Ao longo do período de construção do projeto de pesquisa, continuei a participar de espaços de troca e oficinas sobre o atendimento a esse público, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), onde sou também trabalhadora, e foi possível perceber que os atendimentos a pessoas que precisam lidar com os impactos das situações de violência sexual provocavam mobilizações e receios peculiares, além do fato de requererem conhecimentos e habilidades específicos.

Um dos alertas que trouxe comigo após meu primeiro contato com esta temática era o de atentar para que o silêncio e o isolamento que sustentam situações de violações sexuais não invadissem os serviços que lidam com essas situações e não resultassem em armadilhas para as/os profissionais que tem que lidar com elas. A partir desse conjunto de percepções, alertas e demandas dispersas, partimos para a elaboração desse projeto tendo como objetivo contribuir para o fortalecimento da política pública de assistência social no âmbito do enfrentamento às

violências sexuais de forma recursiva. Foi preciso considerar, nesse percurso, o contexto histórico e político que vivíamos. Trata-se de um período de precarização das políticas públicas, sobretudo a de assistência social que ainda não estabeleceu de forma inquestionável e consistente seu caráter de garantia de direitos e não tem suas ofertas facilmente reconhecidas nem mesmo por profissionais. Foi preciso também considerar que as desconstruções e críticas precisam vir acompanhadas de propostas e alternativas sem recorrer a uma tradição ajustadora e tutelar.

Diante desse desafio, direcionamos as atenções ao planejamento de intervenções para pessoas que tem que lidar com impactos das violências sexuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E, embora se reconheça a riqueza de processos desse tipo, ainda não dialogava com as necessidades percebidas no que se refere às angústias das/os profissionais que lidam com essas situações. Aos poucos, foi-se evidenciando que talvez, nesse momento, pudéssemos investir em ações voltadas a essa população que, de certa forma, também lida com esses impactos em outra medida. Assim, buscou-se identificar estratégias e recursos, recorrendo a uma das maiores potencialidades das políticas públicas, especialmente da assistência social, a promoção de espaços para o protagonismo coletivo. E, nesse caso, o profissional.

O foco na autonomia e centralidade nas/nos trabalhadoras/es adotado teve como objetivo a construção coletiva de ferramentas para uma atuação crítica, capaz de reconhecer os obstáculos culturais e conjunturais que perpassam tanto a atuação em políticas públicas quanto as peculiaridades de situações de violência sexual. Além disso, também era alvo dessa construção buscar estratégias capazes de promover práticas compartilhadas que representam possibilidades de cuidado com trabalhadoras/es que se encontram em contextos cada vez mais individualizados, solitários e precarizados. Assim, o intuito não era a realização de um curso expositivo e conteudista, mas a elaboração e implementação de uma estratégia formativa que

considerasse as necessidades de conhecimentos específicos nesses contextos, mas também as demandas das/os profissionais e os impactos com que lidam em seu cotidiano de atendimento.

A partir disso, iniciamos o processo de avaliação de necessidades com intuito de identificar fatores importantes, promover a elaboração de uma ação cientificamente fundamentada, viável e adequada a essa realidade. O primeiro passo nesse sentido foi a confecção da revisão de literatura que abrangeu as práticas realizadas em diversas políticas públicas já que o universo de publicações envolvendo apenas a assistência social ainda é muito restrito. Essa etapa contextualizou as características das intervenções que vem sendo realizadas, as modalidades, apontou desafios e auxiliou, inclusive no percurso metodológico desta pesquisa, já que indicava procedimentos e cuidados adotados em investigações nesse contexto.

Os resultados dessa etapa também auxiliaram na preparação dos objetivos e do roteiro da entrevista semiestruturada ocorridos no segundo estudo. Tratou-se de uma fase fundamental por viabilizar o contato com desafios e potencialidades, bem como indicação de demandas para formação a partir da perspectiva de trabalhadoras. Esses procedimentos apresentaram resultados valiosos para a elaboração de uma proposta de formação, apontaram questões a serem abordadas nos processos de articulação e negociação com órgãos de gestão e fatores que poderiam ser utilizados na mobilização para participação nessa atividade.

No que se refere às estratégias de articulação, é importante ressaltar ainda, que o encontro final da formação foi realizado de forma presencial e contou com representantes dos órgãos de gestão, o subsecretário, a coordenadora e a diretora dos setores referentes às unidades participantes. Nesse espaço, essas pessoas puderam compreender a proposta a partir das percepções e avaliações das/dos participantes. Esse momento fortaleceu as discussões para articulação e realização de novas parcerias entre a universidade e o órgão gestor da política de assistência social, com intuito de promover outras atividades de extensão voltadas a essa comunidade.

Por fim, houve ainda a possibilidade de aliar a pesquisa à extensão, não apenas como entrega de uma ação inovadora mas, sobretudo, como parte do procedimento de pesquisa integrando a construção de conhecimento de forma coletiva e conectada à realidade. Isso ocorreu na terceira fase dessa pesquisa, que consistiu na implementação da ação de formação direcionada às/aos trabalhadoras/es que atendem a população que lida com os impactos de violações sexuais. A realização desta etapa confirmou que o processo de análise de necessidades é contínuo (Neves & Lordello, 2022) e requer atenção constante das pessoas envolvidas.

Esta etapa foi importante por permitir a integração das/dos trabalhadoras/es; viabilizar o levantamento de novas demandas; apontar aspectos que podem ser aprimorados e ressaltar potencialidades valiosas desses contextos. O fato de ser, além de pesquisadora, servidora desta Secretaria facilitou o acesso ao campo, o manejo de algumas questões administrativas, a mobilização de participantes e a compreensão de algumas questões específicas apontadas nas dinâmicas que, caso se tratasse de uma pesquisadora sem esse vínculo, talvez exigisse mais empenho e articulação. Entretanto, é importante ressaltar que essa proximidade representa também limitações e possibilidade de vieses. Foi fundamental contar com uma orientação próxima e baseada numa construção dialógica que propôs ao longo de todo o processo uma avaliação crítica desse lugar de trabalhadora/pesquisadora apontando suas potencialidades, mas reconhecendo e adequando posturas que buscassem identificar fatores cotidianos nas práticas de trabalho e não justificá-los.

Ressalta-se que não apenas a avaliação de necessidades foi contínua nesse processo, mas também a construção de conhecimento. Assim, a efetivação desse espaço de partilha reforçou que as atividades de grupo são benéficas para atendimentos a situações de vulnerabilidade, risco social e violências, mas indicou também a demanda de que em ações futuras as estratégias e fatores relacionados ao manejo dessas atividades sejam abordadas de

forma mais abrangente. As reflexões e discussões a partir da prática, permitiram a identificação de fatores que caracterizam ações psicossociais e que podem ser elaboradas de forma mais sistematizada em formações futuras.

A preocupação com o planejamento das atividades é uma dessas questões. Em contextos psicossociais e de políticas públicas o tempo destinado às ofertas é reduzido, além do fato de que as pessoas atendidas que lidam com vulnerabilidades diversas podem não conseguir estar presente em todos os encontros. Em razão disso, é importante que as atividades planejadas sejam alinhadas com os objetivos, que cada encontro possa conter em si um início, meio e fim já que a dinâmica de atendimentos não é linear, e que os disparadores sejam cuidadosamente avaliados e elaborados.

Pode-se utilizar perguntas, materiais audiovisuais, utilização de jogos ou outras estratégias lúdicas que facilitam a expressão mas, além disso, que viabilizem o reconhecimento de recursos e potencialidades para além das questões relacionadas às violências, aos riscos e às faltas. É importante privilegiar disparadores que não reproduzam estratégias de tutela e aconselhamento. Não se trata de invisibilizar as dores e sofrimentos, mas de permitir que seja um espaço adequado para identificar recursos de que essa rede dispõe para lidar com essas questões.

Ainda sobre a necessidade de avaliar os disparadores, nos contextos psicossociais, sobretudo lidando com violações que são estruturadas em desigualdades sociais coletivamente construídas, é importante investir em atividades que permitam esse caráter de construção conjunta promovendo a identificação com os pares e a desindividualização das situações. São ações que auxiliam no enfrentamento a sentimento de culpa, vergonha e impotência característicos desses contextos. Promover espaços para narrativas presentes no cotidiano dessas pessoas, mas não individualizadas emerge como uma possibilidade benéfica. São propostas que permitem reflexões individuais a partir de vivências coletivas e potencializam o

protagonismo do grupo. Nesse sentido, relatos sobre as situações vivenciadas são bem-vindos, desde que a partir da eleição das pessoas atendidas e não como condição para andamento das atividades.

O foco em discussões de metodologias e aspectos característico de práticas psicossociais em contextos de políticas públicas, como os indicados, permite que as interações e partilhas não se restrinjam a perspectivas teóricas muito particulares de uma ou outra disciplina, como a psicologia ou o serviço social. A adoção dessa perspectiva direciona as abordagens para uma construção conjunta aproveitando as contribuições de diferentes profissionais envolvidos no processo, reforçando a interdisciplinaridade que é recurso valioso nesses processos de formação e de enfrentamento (Pinelli & Albuquerque, 2020). Assim, o espaço de troca pode se tornar menos protocolar e centrado em um círculo restrito de conhecimento técnico e assumir um caráter de partilhas, cooperação e cuidados apresentando e inspirando práticas exitosas.

Embora ao longo desse processo tenha sido uma preocupação constante que essa construção não resultasse em uma ação estruturada e baseada em protocolos rígidos, observou-se que a construção de materiais que permitam a divulgação acessível do conhecimento produzidos a partir dessas atividades pode ser muito benéfico para as/os trabalhadoras/es dessa política pública. Em diversos momentos, as/os participantes destacaram a percepção de que o planejamento de suas ações pode aproveitar estratégias bem-sucedidas já utilizadas por outras/os colegas. Assim, ressalta-se a relevância de que futuramente se efetive a elaboração de cartilhas que possam apresentar atividades viáveis para processos de atendimento a famílias, crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual. Esses materiais podem incluir exemplos de abordagens com posturas adequadas, possibilidades de perguntas interessantes que conduzam a narrativas proveitosas e de ações que auxiliem na efetivação das seguranças socioassistenciais, atividades que possam ser utilizadas em contextos de grupo, entre outras. Não se trata de modelos ou estruturas a serem rigidamente seguidos, mas percursos

possíveis capazes de inspirar profissionais, sobretudo aquelas/es com pouca experiência nesse tipo de atuação e que podem enriquecer esses processos formação.

Outra questão que merece atenção em pesquisas futuras é a articulação das discussões raciais nos processos de atenção a violações sexuais, bem como em processos de formação, como o proposto nesta tese. Era esperado que essas questões surgissem nas discussões promovidas nas oficinas, inclusive considerando-se a composição do grupo, que contava com um número considerável de pessoas negras, e a seleção de alguns disparadores que apresentavam vivências de pessoas negras. No entanto, observou-se que o tema apareceu de forma mais consistente durante as entrevistas a partir dos processos de atendimento realizados. Isso é importante por evidenciar que as questões raciais perpassam as vivências dessas situações, mas indica que ainda é um tema invisibilizado e para o qual há pouco repertório de abordagens. Esse achado corrobora o estudo realizado por Alves et al. (2021) que indicam que embora as mulheres negras sejam maioria dentre as usuárias do SUAS e raça seja compreendido como importante fator para lidar com desigualdades sociais, as discussões de gênero e classe ainda são preponderantes na produção de conhecimento nacional.

A partir dessa experiência, identifica-se para pesquisas futuras a necessidade do desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas com intencionalidade de promover debates e reflexões sobre as questões raciais nos contextos de atendimento a situações de violência, sobretudo considerando que é um marcador de desigualdade social estruturante no contexto brasileiro. É importante a elaboração de ações que viabilizem essas discussões e fortaleçam a construção de conhecimentos sobre essas questões.

A pesquisa cumpriu a expectativa de contribuir para a elaboração de estratégias viáveis a um processo de educação permanente participativo, centrado nas/os trabalhadoras/es e adequado ao contexto das políticas públicas. Um importante indicador desse resultado são as tratativas em andamento para efetivação de parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e

a SEDES com intuito de promover novas atividades formativas observando essas características. É fundamental que processos de pesquisa e construção de conhecimento sejam instrumento de elaboração de ferramentas viáveis e adequadas às comunidades em que se inserem.

Esse é um percurso indicado em outros estudos que tratam de processos de formação no SUAS e ressaltam a necessidade de que ultrapassem o caráter conteudista e centrado no facilitador para uma perspectiva participativa, crítica e autônoma (Ferreira & Torres, 2017; Santos et al., 2021). Indicam que essa postura é importante para uma prática emancipatória e alinhadas com os paradigmas de garantia de direitos do SUAS. Essa concepção é importante ainda para que não sejam elaborados processos de capacitação individualizados e desconectados que, ao não considerarem os contextos de precarização e desmonte das políticas públicas, geram culpabilização das/os profissionais pelas dificuldades de ofertas à população, compreendendo que a qualificação dos serviços está relacionada apenas com o repasse de informações e procedimentos.

Referências

- Alves, C. O.; Murta, S. G. & Moreira, A. L. C. (2021). Sobre Presença e Ausência: Revisão de Literatura sobre Mulheres Negras no SUAS. *Revista da ABPN* 13 (36), 601-628.
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1106>
- Neves, M. S., & Lordello, S. R. (2022). EPIS Framework: pontes para inovação social. In N. P. P. Carozzo, J. M. O. Luz & C. O. Alves. *Como avaliar programas e intervenções: um guia para avaliação de necessidades, implementação e efeitos*. (pp. 274-311). EDUFMA.
- Pinelli, L. V. & Albuquerque, M. S. L. (2020). Interfaces entre os princípios pedagógicos da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

(PNEP-SUAS) e as ideias de Paulo Freire. *Dialogia*, 34, 22-33.

<https://doi.org/10.5585/dialogia.n34.16651>

Ferreira, S. S. Torres, A. S. (2017). Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social em Revista*, 20(1), 215-232. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2017v20n1p215>

Santos, L. N., Santana, I. O., Sales, E. F., Souza, R. M., Andrade, J. C. & Rangel, T. S. B. (2021); Quem forma quem? Experiência de extensão universitária em tempos de pandemia com profissionais da política pública de assistência social. In M. Lima, D. Coutinho, V. Bustamante, S. Aires, & R. Patiño (Orgs). *Pensar Junto/Fazer com. Saúde mental na pandemia de COVID-19*. (pp. 463-484). Salvador: EDUFBA.

Anexos

Anexo 1 - Instrumento para coleta de dados sociodemográficos

1. Nome: campo aberto
2. Idade: campo aberto
3. Gênero: campo aberto
4. Cor: campo aberto
5. Qual o cargo que exerce na política pública de assistência social? Psicóloga/o; Assistente Social; Pedagoga/o; Especialista em direito; Educador Social - nesse caso, apontar área de formação.
6. Formação acadêmica: graduação; pós-graduação - especialização; pós-graduação - mestrado; pós-graduação - doutorado; outros.
7. Em caso de pós-graduação, especifique a área:
8. Há quanto tempo trabalha na política pública de assistência social? campo aberto para apontar em anos.
9. Em que unidades da política de assistência social já atuou? CRAS, CREAS, Centro Pop, Unidade de Acolhimento para adultos / idosos; Unidade de acolhimento para crianças; Unidades de gestão.
10. Há quanto tempo trabalha em uma unidade de CREAS? Campo aberto para resposta em anos/meses
11. Há quanto tempo presta atendimento a crianças, adolescentes e famílias que vivenciaram situações de violência sexual? Campo aberto para resposta em anos/meses.

Anexo 2 - Instrumento entrevista semiestruturada com profissionais

Objetivo: informações sobre percepção das/os profissionais sobre violência sexual e fatores que julgam estar relacionado a esse tipo de violação, rotina de atendimentos e seus impactos, aspectos e habilidades que acredita ser importante para lidar com tais situações,

bem como, o que seria importante para uma intervenção formativa voltada a profissionais nesse contexto.

1. Pode falar um pouco sobre sua experiência profissional atendendo a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes?
2. Como é sua rotina de atendimento para essas situações?
3. Pode falar um pouco sobre os atendimentos a crianças e adolescentes?
4. Para você, que indicadores, conceitos ou sinais estão relacionados a violência sexual?
O que se relaciona a violência sexual?
5. Como é, para você, fazer esse tipo de atendimento?
6. Que habilidades, conhecimentos ou postura você julga que são importantes para atuar profissionalmente nesse contexto?
7. Que conteúdos ou fatores você acha que seriam importantes numa atividade de formação para profissionais que lidam com essas questões? O que você gostaria de saber quando chegou aqui?

Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidada/o a participar do estudo “O atendimento a situações de violência sexual na política pública de assistência social” que tem como objetivo identificar e/ou desenvolver estratégias de atenção a situações de violência sexual no âmbito do SUAS, considerando as especificidades dessa política e outras normativas pertinentes. A pesquisa será desenvolvida sob responsabilidade de Aline Rose Inácio Pinho, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília e orientação da prof^ª Dra. Silvia Renata Lordello.

Você receberá todas as informações sobre a pesquisa e os procedimentos antes, durante e após a finalização do estudo. Sua colaboração será por meio de participação em entrevista / grupo focal / intervenção em grupo que serão gravados e transcritos. Ao longo do processo de

pesquisa e publicação dos resultados sua identidade será mantida em sigilo e serão omitidas informações que possam identifica-la/o. Os dados coletados, tais como, entrevistas, questionários ou gravações, ficarão sob guarda da pesquisadora responsável. Sua participação é voluntária, livre de riscos, custos, benefícios ou remuneração. Você pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento. Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora por meio do telefone 61 99226 4758 ou pelo e-mail aline.roses@gmail.com. Os resultados serão devolvidos por meio de envio do relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente para conhecimento da comunidade científica.

Este projeto foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. Informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora e outra com você.

Assinatura da/o participante:

Assinatura da pesquisadora:

Brasília, _____, de _____ de _____.

Anexo 4 - Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado “O enfrentamento a situações de violência sexual: contribuições a partir da

política de assistência social”, sob responsabilidade de Aline Rose Inácio Pinho vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise de dados por parte da equipe de pesquisa.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Assinatura da/o participante:

Assinatura da pesquisadora:

Brasília, _____, de _____ de _____.

Anexo 5 - Parecer do Comitê de Ética

Anexo 6 – Formulário de Avaliação do Curso de Atualização Violência Sexual CREAS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O enfrentamento a situações de violência sexual: contribuições a partir da política de assistência social

Pesquisador: ALINE ROSE INACIO PINHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51977721.7.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.146.664

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado n. 5.084.015 emitido pelo CEP/CHS no dia 07 de novembro de 2021.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado n. 5.084.015 emitido pelo CEP/CHS no dia 07 de novembro de 2021.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado n. 5.084.015 emitido pelo CEP/CHS no dia 07 de novembro de 2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foi solicitado alguns esclarecimentos ao pesquisador destacado no parecer consubstanciado n. 5.084.015 emitido pelo CEP/CHS no dia 07 de novembro de 2021.

- A pesquisa é apresenta as etapas de entrevista, grupo focal, intervenção com profissionais do CREAS. Entretanto, não deixa claro quais desses serviços no DF que será realizado a pesquisa. Além disso, a pesquisadora anexou o Aceite institucional da diretoria de serviços Especializados a famílias e indivíduos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, uma instância superior dos CREAS. Portanto, observa-se a necessidade de compreender onde será o

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 5.146.664

cenário da pesquisa, qual o CREAS. Além disso, há uma referência no método sobre o tratamento e reserva de áudio e vídeo, porém não consta termo de consentimento de imagem.

A pesquisadora apresenta o cenário do quantitativo dos serviços do CREAS (11 unidades) e respectivos servidores (70), de diversas categorias e descreve a forma de convite dos participantes

Serão convidadas/os a participar deste estudo trabalhadoras/es de nível superior (psicólogas/os, assistentes sociais, pedagogas/os, educadores sociais ou especialistas em direito) que prestam ou já tenham prestado atendimento especializado a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. O estudo realizará coleta de dados por meio de entrevistas (entre cinco e dez participantes), grupo focal (10 participantes) e realização da intervenção de capacitação construída a partir dessas etapas (10 a 15 participantes).

Para isso, informa que articulou o aceite institucional junto a Diretoria de serviços especializados a famílias e indivíduos, unidade responsável pela gestão dos serviços de proteção social especial de média complexidade do DF. como se dará a busca dos profissionais colaboradores, e neste sentido, o aceite do CREAS selecionado. Além disso, a pesquisadora informa que em pesquisa no Portal da Transparência do DF (<http://www.transparencia.df.gov.br/#/servidores/orgao>) existem poucos profissionais por unidade e que necessitará buscar uma a duas unidades, na qual buscará os participantes por meio de convite por diversas fontes.

A pesquisadora adicionou o termo de autorização de imagem e som de voz

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora adicionou o termo de autorização de imagem e som de voz

Recomendações:

Após apresentação dos ajustes solicitados no parecer consubstanciado n. 5.084.015 emitido pelo CEP/CHS no dia 07 de novembro de 2021, o projeto de pesquisa encontra-se de acordo às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendência

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.146.664

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1532778.pdf	14/11/2021 11:41:41		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDoutoradoAline.pdf	14/11/2021 11:38:40	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	cartaderespostaAline.pdf	14/11/2021 11:31:49	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeautorizacaoimagemesomdevozaAline.pdf	14/11/2021 11:31:09	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclesAline.pdf	21/09/2021 21:01:47	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Cronograma	cronogramaAline.pdf	21/09/2021 21:00:06	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	cartaderevisaoeticaAline.pdf	21/09/2021 20:59:08	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	curriculolattesorientadoraAline.pdf	21/09/2021 20:58:43	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	curriculolattesAline.pdf	21/09/2021 20:58:08	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	aceiteinstitucionalAline.pdf	21/09/2021 20:57:36	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	intrumentoscoletasAline.pdf	21/09/2021 20:56:59	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Outros	cartadeencaminhamentoAline.pdf	21/09/2021 20:56:09	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoAline.pdf	21/09/2021 20:51:15	ALINE ROSE INACIO PINHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.146.664

BRASILIA, 05 de Dezembro de 2021

Assinado por:
MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Avaliação do Curso de Atualização Violência Sexual CREAS

* Indica uma pergunta obrigatória

Inicialmente, gostaríamos de agradecer pelo seu empenho e sua participação neste curso. Que bom poder contar com você aqui!! Para nós é muito importante que você contribua com esta avaliação.

1. IDENTIFICAÇÃO

1. Onde você está lotado? *

Marcar apenas uma oval.

- CREAS Brazlândia
- CREAS Ceilândia
- CREAS Estrutural
- CREAS Gama
- CREAS Núcleo Bandeirante
- CREAS Samambaia
- CREAS São Sebastião
- CREAS Sobradinho
- Outro: _____

2. Se respondeu outro, indicar qual:

3. Qual a sua especialidade? *

Marcar apenas uma oval.

- TAS - Agente Social
- EAS - Direito
- EAS - Pedagogia
- EAS - Psicologia
- EAS - Serviço Social
- EAS - Educador (a) Social

4. Qual a sua idade? *

5. Qual o seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Outro

6. Qual o tempo de experiência profissional? *

7. Qual o maior grau de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Graduação
- Aperfeiçoamento
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

8. Qual a sua raça/cor? *

Marcar apenas uma oval.

- Branco
- Preto
- Pardo
- Indígena
- Amarelo (asiático)
- Outro

2. AVALIAÇÃO DO CURSO

9. Como você avalia as características do curso? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Péssimo	Muito ruim	Ruim	Bom	Muito bom	Ótimo
O conhecimento das facilitadoras...	<input type="radio"/>					
A disponibilidade das facilitadoras...	<input type="radio"/>					
A competência das facilitadoras...	<input type="radio"/>					
O tempo do curso...	<input type="radio"/>					
O horário que aconteceu o curso...	<input type="radio"/>					
Os encontros de intervenção...	<input type="radio"/>					
A proposta pedagógica do curso...	<input type="radio"/>					
A execução dos grupos durante o curso...	<input type="radio"/>					
A reserva de carga-horária para a prática...	<input type="radio"/>					
O material de apoio (textos, slides, referências)...	<input type="radio"/>					
A autorização da sua chefia	<input type="radio"/>					

para participar
do curso...

O apoio da sua
instituição...

3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO CURSO

10. O quanto o curso aprimorou você e sua atuação profissional nos itens abaixo? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada	Pouco	Muito	Totalmente
Técnicas e manejo de grupo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abordagens teóricas apresentadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Temas relacionados à violência sexual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicação e generalização para outros contextos de atenção à situações de violência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. O quanto você se sente preparado(a) para conduzir novos grupos após o curso? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7

Nad Totalmente

12. O quanto você se sente preparado(a) para atuar como multiplicador(a) deste curso para outros(as) profissionais? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7

Nad Totalmente

4. ALCANCE DO CURSO

13. Quantas famílias começaram o grupo? *

14. Quantas famílias terminaram o grupo? *

15. Você pretende realizar outros grupos esse ano? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Talvez

16. Justifique sua resposta: *

17. Se sim, quantos grupos você pretende conduzir até o final do ano?

18. O quanto você acha fácil ou difícil os itens abaixo para a implementação de novos grupos? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Extremamente fácil	Muito fácil	Fácil	Difícil	Muito difícil	Extremamente difícil
Tempo para preparar o grupo	<input type="radio"/>					
Tempo para realizar o grupo	<input type="radio"/>					
Apoio operacional para organizar o grupo	<input type="radio"/>					
Parceiro(a) profissional para realizar o grupo	<input type="radio"/>					
Apoio da chefia	<input type="radio"/>					
Estrutura física e condições para receber as pessoas.	<input type="radio"/>					
Possibilidade de apoio da UnB	<input type="radio"/>					
Habilidades pessoais para conduzir o grupo	<input type="radio"/>					
Conhecimento de metodologias para realização de grupos...	<input type="radio"/>					

5. AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

19. O quanto você acredita que a UnB, por meio deste curso, auxiliou na construção de respostas a situações de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes no âmbito da Política de Assistência Social? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7

Nad Totalmente

20. O quanto você acredita que a UnB, por meio deste curso, se mostrou parceira e incluiu você como co-construtor na implementação dessa proposta? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7

Nad Totalmente

21. Você indicaria esse curso para outros colegas dessa política? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

22. Justifique sua resposta. *

23. Gostaríamos de saber de suas impressões acerca desse curso. Esse espaço é para que você pra deixar suas sugestões, comentários ou críticas.

Agradecemos sua valiosa contribuição!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários